

Caderno de Pesquisa em **Ciências Sociais e Aplicadas**

Mônica Aparecida Bortolotti
Maricléia Aparecida Leite Novak
Organização

A R C O
EDITORES ● ● ●



Caderno de Pesquisa em **Ciências Sociais e Aplicadas**

Mônica Aparecida Bortolotti
Maricléia Aparecida Leite Novak
Organização

A R C O
EDITORES ● ● ●



Editor Chefe

Ivanio Folmer

Bibliotecária

Eliane de Freitas Leite

Revisora Técnica

Gabriella Eldereti Machado

Diagramação e Projeto Gráfico

Gabriel Eldereti Machado

Imagem capa

www.canva.com

Revisão

Organizadores e Autores(as)

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Profa. Dra. Alicia Eugenia Olmos - Universidad Católica de Córdoba

Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - Instituto Federal Farroupilha

Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - Universidade Cidade de São Paulo

Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - Faculdade Sesi-Sp de Educação

Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - Universidade Franciscana

Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - Universidade Católica de Brasília

Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch - Universidade Federal de Santa Maria

Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros - Universidade Federal de Santa Maria

Profa. Dra. Marcela Mary José da Silva - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - Universidade Federal do ABC

Prof. Dr. Roberto Araújo Silva - Centro Universitário Lusíada

Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - Universidade Federal do Oeste da Bahia

Prof. Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández - Universidade Central “Marta Abreu” de Las Villas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Caderno de pesquisa em ciências sociais e
aplicadas [livro eletrônico] / organização
Mônica Aparecida Bortolotti, Maricléia
Aparecida Leite Novak. -- Santa
Maria, RS : Arco Editores, 2023.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-5417-157-1

1. Administração 2. Ciências contábeis 3. Ciências
sociais - Pesquisa 4. Ensino superior I. Bortolotti,
Mônica Aparecida. II. Novak, Maricléia Aparecida
Leite.

23-176069

CDD-300.72

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências sociais : Pesquisa 300.72

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415



10.48209/978-65-5417-157-1

Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte
e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



ARCO EDITORES

Telefone: 5599723-4952

contato@arcoeditores.com

www.arcoeditores.com

PREFÁCIO

*Mônica Aparecida Bortolotti
Maricléia Aparecida Leite Novak*

Estimado (a), esta obra com cinco pesquisas realizadas na área de ciências sociais e aplicadas, com ênfase a Administração e Ciências contábeis. Prezando pela triangulação teórica, metodológica e prática, os trabalhos traduzem a combinação teórico empírica desenvolvida a nível de graduação e pós graduação.

O primeiro capítulo apresenta os fatores críticos para o desligamento de empreendedores junto a unidades franqueadoras: uma análise sob a óptica de ex- franqueados em um município da região central do Rio Grande do Sul. Segundo os autores, o sistema de franquias expandiu-se como modelo de negócio nos últimos anos no Brasil, tendo em vista as oportunidades de benefícios para novos empreendedores e investidores. Em tal contexto, o artigo ponderou investigar os aspectos críticos em sistemas de franquias, que geram a desistência por franqueados a optar pelo desligamento junto aos franqueadores em um município situado na região central do Rio Grande do Sul. Revelou-se com esta pesquisa que a gestão empresarial, pautada para o modelo de franquias carece de um entendimento mais amistoso, coerente e flexível. Os resultados apontam como principais fatores de desligamento ao modelo de franquia estão relacionados, a falta de planejamento estratégico do franqueado, a dificuldade de recrutamento de mão de obra qualificada específica para o modelo de negócio, a irredutibilidade no modelo de gestão de franchising, as exigências de compras aos delimitados números de fornecedores indicados pelo franqueador, e a identificação de oportunidade de negócio no mesmo ramo fora da franquia.

O segundo capítulo aborda a implantação de um sistema de energia renovável fotovoltaico: um estudo de caso relacionado ao *payback* de um pequeno negócio no interior do estado do Rio Grande do Sul. Conforme os autores, as Empresas de pequeno porte, por muitas vezes criadas a partir da necessidade de seus empreendedores, tem práticas de gestão empíricas, seja pela falta de conhecimento de ferramentas de gestão, que minimizam as chances para tomada de decisão mais assertiva. O empreendedor de pequeno porte carece de recursos para investimento em novas estratégias, ao depara-se com altos custos em energia elétrica, necessitando de alternativas que colaborem na diminuição destes custos. A alternativa no cálculo de viabilidade por meio do *payback* permite a uma tomada de decisão para proposição da adoção de energia fotovoltaica, permitindo à redução imediata aos custos da empresa conforme evidenciado no estudo em até 2000% mensalmente. Seguindo a perspectiva, para que a empresa consiga pagar o investimento de R\$ 125.000,00 no período máximo de 7 anos. A utilização do método de *payback* permitiu auxílio na tomada de decisão para o investimento, além de permitir a redução imediata nos custos com energia elétrica. A utilização desta ferramenta para tomada de decisão possibilita a sua aplicabilidade atendendo as especificidades para cada tipo de negócio.

O terceiro e quarto capítulos se corroboram, ao apresentar dois estudos realizados sobre lavagem de dinheiro e corrupção, através de pesquisa bibliométrica. Sendo assim, o terceiro capítulo descreve a lavagem de dinheiro, utilizando a análise bibliométrica da produção científica brasileira na base de dados spell. Os autores salientam que a lavagem de dinheiro é uma prática onde o indivíduo aplica seus recursos oriundos de atividades ilícitas em um fluxo de caixa lícito, desta forma, escamoteando suas origens ilegais. Esse é um tema muito mencionado ultimamente pois o Brasil testemunhou com a Operação Lava Jato, um dos maiores casos de corrupção e lavagem de dinheiro do mundo. Por se tratar de um assunto atual e de grande relevância, esta pesquisa

tem por objetivo realizar uma análise bibliométrica na base de dados SPELL, verificar a produção científica acerca desse tema e verificar a aplicação das leis bibliométricas que serão abordadas neste estudo. A pesquisa se consolidou através da criação de tabelas construídas a partir das amostras coletadas na base, que foram de 18 artigos e, a partir destas, pudemos observar que as leis bibliométricas nem sempre conseguem se aplicar dependendo do tamanho da amostra.

Na mesma perspectiva, o capítulo quatro, contempla o tema Corrupção, também utilizando-se da análise bibliométrica da produção científica brasileira na base de dados spell no período de 2013 a 2019. Os autores enfatizam que a corrupção é um termo bem difundido no meio popular e descende de tempos onde a democracia apenas engatinhava, nesse sentido, percebe-se que não é fácil defini-lo, uma vez que sua percepção se alterou ao longo dos anos. Adotando o termo corrupção como parâmetro, esta pesquisa buscou realizar uma análise bibliométrica da produção científica nacional relacionados a este tema na base de dados SPELL, aplicando das leis bibliométricas nas análises, sendo elas a Lei de Lotka, Lei de Bradford e Lei de Zipf. Deste modo, foram coletados 136 artigos e construídas tabelas para organizar os dados. Através das tabelas, verificou-se que um pequeno número de periódicos são responsáveis por produzir muitos artigos sobre o tema, enquanto um grande número de outros periódicos produziram apenas 1 artigo. Verificou-se também, que a produção científica cresceu após a sanção da Lei nº 12.846 de 2013, também chamada de Lei Anticorrupção, e também após a instituição da Operação Lava Jato no início de 2014.

Por fim, o último trabalho aborda a gestão pública, através de um Estudo de Caso no município paranaense de Francisco Beltrão, onde os autores estudam o instrumento de gestão pública Plano PluriAnual. O objetivo des-

te trabalho foi demonstrar a Análise Orçamentária da prefeitura de Francisco Beltrão, referente ao plano plurianual de 2013 a 2025, verificando as receitas previstas e comparando as com as que foram realizadas durante este período, para evidenciar a ocorrência de mudanças durante o período de governo. A partir das análises realizadas é possível estabelecer uma base de comparação entre a teoria e a prática, as revisões bibliográficas demonstraram um conceito de como a contabilidade orçamentária deve ser executada no setor público. A partir do estudo de caso é possível perceber que a atividade de estimar o valor a ser gasto em cada um dos anos é árdua e pouco valorizada, existem ações com variações bastante elevadas e em conta partida outras ações não tiveram nem sua execução iniciada, o assim uma quebra de compensação entre o previsto e o realizado.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - FATORES CRÍTICOS PARA O DESLIGAMENTO DE EMPREENDEDORES JUNTO A UNIDADES FRANQUEADORAS: UMA ANÁLISE SOB A ÓPTICA DE EX-FRANQUEADOS EM UM MUNICÍPIO DA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL.....	11
---	-----------

Bruno Irineu Mendes Pereira

Vinícius Radetzke da Silva

Ana Carolina Cozza Josende da Silva

doi: 10.48209/978-65-5417-157-0

CAPÍTULO 2 - A IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE ENERGIA RENOVÁVEL FOTOVOLTAICO: UM ESTUDO DE CASO RELACIONADO AO PAYBACK DE UM PEQUENO NEGÓCIO NO INTERIOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL-RS.....	36
--	-----------

Fernanda Tamiosso Wesz

Ana Carolina Cozza Josende da Silva

Vinícius Radetzke da Silva

doi: 10.48209/978-65-5417-157-2

CAPÍTULO 3 - LAVAGEM DE DINHEIRO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA NA BASE DE DADOS SPELL.....	60
--	-----------

Fernanda Barbosa Pereira

Maricléia Aparecida Leite Novak

Yaskara Max Raimundo Fegert

doi: 10.48209/978-65-5417-157-3

**CAPÍTULO 4 - CORRUPÇÃO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA
DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA NA BASE DE
DADOS SPELL NO PERÍODO DE 2013 A 2019.....82**

Fernando Costa Felix

Maricléia Aparecida Leite Novak

Yaskara Max Raimundo Fegert

doi: 10.48209/978-65-5417-157-4

**CAPÍTULO 5 - INSTRUMENTOS DE GESTÃO PÚBLICA:
ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
NO ESTADO DO PARANÁ.....103**

Gabriela Gaievisk Fillos

Lucas José Garcia

Vanessa Berdinski

Mônica Aparecida Bortolotti

doi: 10.48209/978-65-5417-157-5

SOBRE AS ORGANIZADORAS.....130

SOBRE OS AUTORES.....132

CAPÍTULO 1

FATORES CRÍTICOS PARA O DESLIGAMENTO DE EMPREENDEDORES JUNTO A UNIDADES FRANQUEADORAS: UMA ANÁLISE SOB A ÓPTICA DE EX-FRANQUEADOS EM UM MUNICÍPIO DA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL

Bruno Irineu Mendes Pereira

Vinícius Radetzke da Silva

Ana Carolina Cozza Josende da Silva

Doi: 10.48209/978-65-5417-157-0

Introdução

Com a devida transformação em modelos de negócios, acirrado à disputa constante entre empresas e a dinâmica de mercado, abrem-se opções de investimentos próprios. Os agentes de uma mudança empreendedora são essenciais nesse cenário, pois possuem como característica principal a identificação de oportunidades afim de incorporar ou substituir as antigas práticas, elevando a eficiência e a produtividade para organizações (ANDRADE, 2010). Uma opção

de modelo de negócios para tais investidores é baseada em franquias, utilizado como opção de expansão de negócios, a partir do capital de terceiros, e com fins de fortalecimento e notoriedade da marca (REDECKER, 2020).

Neste sentido, o *Franchising*, ou sistema de franquia, foi criado para permitir o controle e a rápida expansão e comercialização de produtos e serviços já consagrados no mercado Brasileiro e Internacional, não necessitando de capital do franqueador e repassando o risco para o novo franqueado, dono de uma unidade da franquia (MARICATO, 2017). Muitos empreendedores buscam se integrar a um modelo de negócios típico de uma rede de franquias, conforme explicam Ortega et al., (2016), existe um suporte oferecido pelo franqueador e uma gama de orientações padronizadas e determinadas a ser seguidas, essas responsáveis pelo argumento de garantia de sucesso do empreendimento, conforme apontado por estudos, diferencial atrativo para os níveis de satisfação do franqueado. Sob este enfoque, uma franquia é uma forma homogênea de negócio, com uma gestão imposta pelo franqueador, requerendo uma boa adaptação por parte do franqueado, tendo em vista uma capacidade imensa em padronização de atividades estruturais, produção, gosto, marca, gestão e serviços.

Dados sobre este setor corroboram para um modelo de negócio próspero, segundo o Sistema Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas –Sebrae (2019), a taxa de mortalidade das pequenas empresas com até dois anos de operação é de 23%, enquanto isso, na *franchising*, o mesmo indicador é de 3%. Esse é um dos motivos, senão o principal, que levam os investidores a aportarem recursos em franquias. De acordo a Associação Brasileira de *Franchising*–(ABF) 2022, O setor representado pela ABF faturou, em 2021, mais de R\$ 185 bilhões, em cerca de 170 mil unidades e 2.800 marcas de franquias em todo o Brasil. O *Franchising* brasileiro, responde por aproximadamente 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB), e é responsável por empregar diretamente mais de 1,4 milhão de trabalhadores.

Ao aderir a um modelo que possui procedimentos padronizados, muitas vezes acontecerão diferentes posicionamentos na gestão do negócio, por existir um relacionamento mais complexo do que uma mera transação financeira entre comprador (franqueado) e vendedor (franqueador), ainda que esse vínculo ser mais próximo e acentuado conforme comentam Sousa et al.(2014), haja vista, o franqueador por ter investido tempo, dinheiro e esforço para projetar e desenvolver seu sistema de gestão, e o franqueado, geralmente quer ser seu próprio chefe e possa resistir em algumas normas impostas, tal atitude pode levar a um conflito, o sistema perde sinergia e nenhuma das partes atinge seus objetivos (SHERMAN, 1993).

Sob essa perspectiva, alguns fatores são geradores de conflito, conforme descritos por Toledo (2005), recrutamento e seleção do franqueado, considerada fase muito essencial para saber se o franqueado tem o perfil adequado ao sistema, também a seleção do ponto comercial e direitos territoriais, geralmente o franqueado é responsável pela seleção do ponto e o franqueador aprova ou não o ponto selecionado, e ainda o pagamento de *royalties* e a prestação de contas também um motivo para rompimento de contrato, além do controle de qualidade, proteção da imagem da marca e do seu sistema de negócios, na qualidade dos produtos e serviços oferecidos, a não obediência por parte dos franqueados como exemplo a padronização dos produtos e serviços pode levar a rompimento de contrato.

0 Sistema de Franquias

Conceitualmente *franchising* é um sistema que possibilita a expansão de inúmeras empresas que não teriam estrutura, recursos e tecnologia para um crescimento rápido e sustentável em mercados muito dinâmicos e competitivos (TOLEDO E PROENÇA, 2005). Caracterizada por um negócio jurídico comercial, em amplo crescimento no Brasil, que unifica a distribuição de produtos e serviços acordados por meio de um contrato entre franqueador e franqueado (FERREIRA, 2014).

A franquia, é uma grande oportunidade para futuros empresários que pretendem abrir seu negócio e não possuem o conhecimento necessário para gerir a empresa, embora as atividades do franqueado são orientadas e controladas com a supervisão do franqueador tendo uma relação contínua enquanto durar o contrato, cabendo a franqueadora organização do sistema e a capacitação dos integrantes da empresa. (DIAS, 2003). Conforme Guetta (2002), as redes franqueadas tem razão para ter mais sucesso, visto que, funcionam diferentemente das estruturas típicas da sociedade industrial, por uma organização que preza processos efetivos no compartilhamento de conhecimento padronizado.

Existem inúmeras nomenclaturas, associações, termos e padrões para definir as relações envolvendo franqueados e franqueadores no sistema de *franchising*, percebe-se uma evolução, que de acordo a Maricato (2017) são caracterizadas como as cinco gerações da franquia, cada uma com suas características próprias. Conforme observado no Quadro 1.

Quadro 1 – Evolução das franquias

FRANQUIAS	DESCRIÇÃO
Singer:	Foi a chamada franquia da primeira geração. Nesse modelo, a preocupação maior era o produto. O foco era aperfeiçoar cada vez mais o produto para, então, passá-lo adiante para que fosse comercializado pelos franqueados. “O franqueado ficava preso ao franqueador pela força de venda do produto”. Havia noções iniciais de fidelidade contratual, mas bastava aparecer outro franqueador com condições melhores de produto que o antigo era rapidamente substituído.
Segunda geração	Como se trata de uma evolução, esse modelo agrega muitas das características da anterior, o que diferia era o relacionamento como franqueado, que se tornou mais próximo. “Os contratos escritos tornaram-se mais comuns”. Já se percebia a necessidade de documentar por escrito as negociações realizadas.

Terceira geração	Nesse modelo agregaram-se a consultoria decampo e alguns sistemas operacionais já formatados, além de assessoria em relação a encontrar um local para instalação e suporte com o aluguel, gerando “melhores condições de captação e seleção de franqueados, treinamento, supervisão, assistência, fiscalização e controle”.
Quarta geração	Nessa época surgiram as franquias formatadas, ainda mais detalhistas e contratuais. Nesse tipo, o franqueador cuidava de todos os detalhes, desde o visual até o ponto comercial para entregar ao franqueador tudo pronto e sempre mediante contratos. Foi nesse período que surgiu a preocupação com outros itens, tais como unidade modelo, planos de negócio e até estratégias de marketing.
Quinta geração	Foi a franquia que surgiu de maneira paralela aos avanços na área de recursos humanos, que contava com conceitos de proatividade, aprendizagem, aperfeiçoamento e clima organizacional favorável. “Como nunca, franqueador e franqueados se conscientizam da necessidade de somar forças para [...] buscar harmonia para evoluir e superar os concorrentes”. Essa evolução crescente coincidiu também com a evolução do comércio, assim como a tecnologia, tornando todos esses itens complementares.

Fonte: Adaptado de MARICATO (2017).

Percebe-se uma evolução nos moldes das franquias, a forma singular e primitiva no início, na primeira geração, vem com o decorrer do tempo necessitando de adaptações conforme a evolução da forma de pensar nos negócios. Tal evolução, se dá por meio de experiências adquiridas pelos franqueadores e franqueados no decorrer do tempo, visando a eficiência e eficácia dos investimentos feitos nas operações da organização.

Franquias no contexto brasileiro

A ABF relata que o início da expansão da *franchising* especialmente a partir dos anos 1980 não aconteceu por acaso. Para que o país chegasse ao ponto de entender e assimilar esse modelo de negócio, muito teve de ser conquistado

antes pelo varejo. Aos poucos, ao longo do século XX, o comércio brasileiro foi abandonando o modelo rudimentar do século XIX e passando a absorver conceitos mais sofisticados de gestão, logística e marketing (ABF, 2017).

Segundo Karvat (2014), as primeiras redes de franquia surgem no Brasil, na década de 1950, mas o pleno crescimento se deu a partir da década de 1980, reforçado pela criação da Associação Brasileira de *Franchising* – ABF, em julho de 1987.

O ritmo de expansão mais forte e as perspectivas econômicas relativamente melhores levaram o setor de franquias a registrar um crescimento nominal de 7% no 1º trimestre de 2019, ou seja, um ritmo mais intenso se comparado ao mesmo período de 2018 que foi de 5,1%. O faturamento passou de R\$ 38,762 bilhões para 41,464 bilhões (ABF, 2019).

Vantagens e desvantagens do sistema de franquias

As franquias são bastante atrativas para novos empreendedores, pois oferecem menores riscos uma vez que há experiência anterior de sucesso desse negócio. Para o franqueador, a franquia consiste numa oportunidade de ampliar seus conhecimentos sobre as demandas locais, o ambiente institucional e as experiências locais dos franqueados. Esses fatores podem aumentar a possibilidades de sucessos de ambas as partes (WELSH et al., 2006). Para Ribeiro e Pietro (2011), as franquias são vantajosas à medida que uma pessoa sem experiência administrativa tem condições de iniciar suas atividades empresariais, com suporte e respaldo de um modelo de gestão e uma marca bem-conceituada.

Segundo Santana (2019), as franquias oferecem benefícios tanto para franqueador e para o franqueado. Para os franqueadores, o principal benefício é a capacidade de usar o dinheiro de outras pessoas para expandir a marca mais rapidamente do que poderiam por conta própria ou por meio de investidores ou credores.

Padilha et al. (2008), afirmam que as vantagens são diversas, as que se destacam para o franqueado, são: a segurança e a estabilidade de um negócio amplamente conhecido e aceito por seu público-alvo, com um modelo de gestão e produção organizado e testado empiricamente pela empresa franqueadora. Já, para a franqueadora, destacam-se as vantagens da expansão com baixo investimento, rápida e de menor risco gerencial. Acrescente-se ainda que atualmente o fator mais procurado pelos franqueados em seus franqueadores, é a experiência e a parceria.

Becker (2007, p. 25) destaca que uma característica muito citada tanto por franqueados quando por franqueadores é a segurança que esse tipo de negócio traz para ambas as partes. Bernard (1993) complementa dizendo que o fortalecimento dos negócios como um todo é uma das vantagens do *franchising*, que une franqueador e franqueados.

Para Hoffmann (2005), a escolha do local é uma vantagem importante a ser analisada, pois a opção correta do local para estabelecer uma nova unidade da rede franqueada está atrelada ao sucesso da franquia. Schneider et al. (1991, p. 47) comentam que, “muitas vezes, o candidato a franqueado já possui um ponto comercial antes mesmo de contatar o franqueador. No entanto, é essencial que o franqueador faça um estudo de viabilidade desse ponto para garantir a satisfação de pressupostos básicos”.

O apoio obtido no início do negócio para o novo franqueado, visto que na maioria das vezes não tem experiência no ramo. Por isso, o franqueador deve estar bem preparado para dar o apoio necessário e satisfazer as expectativas de seu novo parceiro. Os entrevistados ressaltaram que, sem dúvida, a perspectiva de um apoio inicial é um forte fator para o ingresso em uma franquia, já que em um negócio independente poderiam levar muito mais tempo para iniciá-lo (HOFFMANN,2005).

Outro ponto a ser destacado é a operacionalização dos fundos de propaganda e publicidade a grande maioria das redes de franquia contam com um fundo de propaganda e publicidade, que é, na maioria das vezes, gerenciado pelo franqueador. Schneider et al. (1991) dizem que o sistema franchising possibilita que os custos de publicidade sejam divididos entre os franqueados e permite ampla divulgação da marca a um custo relativamente menor.

Mas não é só de vantagens que é feita essa relação no sistema de franquias, em qualquer relacionamento de negócios pode existir desvantagens, não é diferente na relação de *franchising*, tanto para o franqueador quanto para o franqueado. Segundo Santana (2019), as desvantagens potenciais para o franqueados incluem: falta de independência, dos bens e serviços; Promoções obrigatórias em toda a empresa que podem não funcionar em seu mercado (cortes de preços, novos produtos ou serviços), mas custam dinheiro para implementar; Rendimento dispendioso e caro da sua unidade franqueadora; E, após a assinatura de um contrato de 10 ou 15 anos por exemplo, uma mudança na gestão ou propriedade que leva a marca em uma direção nova e indesejada.

Entretanto, algumas desvantagens para o franqueador são pontuais, tais como: o risco de desistência do franqueado em caso de dificuldades ou diminuirão na rentabilidade e lucratividade da franquia; problemas de adequação e capacidade do franqueado em operar o franchising; falhas na padronização que poderá ocorrer nas redes que não mantiverem um controle rígido sobre os produtos oferecidos e o modelo de negócio, a perda da vantagem competitiva (LEITE,1991; SIMÃO FILHO,1997 apud NASCIMENTO,2017). Como desvantagens para o franqueador, a obra coordenada por Dahab (1996) apresenta alguns pontos como pode ser observado no Quadro 2.

Quadro 2 – Desvantagens para o Franqueador

DESVANTAGENS	DESCRIÇÃO
Perda parcial do controle:	À medida que existe uma distância cada vez maior do franqueador para os franqueados. Nota-se que há uma perda parcial do controle dos atos dos franqueados. Para tanto, as normas de controle, assim como a necessidade de auditorias, devem estar contidas explicitamente no contrato;
Maior custo da supervisão:	Com a possibilidade de perda de controle, o franqueador terá que aumentar o seu custo de supervisão para manter o controle sobre as operações de seus franqueados. Esta supervisão é obtida através da elaboração de critérios, parâmetros e formas de operar a franquia, em seus respectivos manuais;
Maiores custos de formatação:	Para uma maior qualidade, é necessária a formatação do sistema de franquia, pois sem esta não haverá o controle do sistema e não se verificará o seu bom funcionamento. Quanto maior a rede de unidades franqueadas, maior será a necessidade de manutenção. E a atualização de manuais deve ser permanente, sob pena de se colocar em risco a eficácia do sistema;
Perda de sigilo:	A partir do momento em que o franqueador transfere o seu know-how para os seus franqueados, há perda parcial de sigilo das informações;
Risco de desistência:	A ruptura e a desistência do contrato trarão problemas ao franqueador, pois o franqueado poderá tornar-se um concorrente em potencial, podendo abrir um negócio similar, reaproveitando os conhecimentos adquiridos no sistema;
Autonomia parcial:	Para introduzir uma nova linha de produtos e/ou serviços na rede de franqueados, o franqueador não poderá executá-la sem uma prévia consulta, assim como terá que elaborar alterações nas características básicas do negócio. Assim, ele perde parcialmente a liberdade do sistema;
Não planejamento da expansão:	Quando ocorre uma expansão muito rápida da rede, sem planejamento, há o risco de saturação da capacidade produtiva;
Cuidados para seleção:	Para se manterem inalteradas as características essenciais do sucesso do empreendimento, o franqueador deve selecionar criteriosamente os seus associados para a rede de franqueados, e um dos requisitos primordiais para o sucesso destes é o espírito empreendedor

Fonte: Adaptado de DAHAB (1996)

O modelo de contrato é peça fundamental para uma boa relação com seus franqueados, e para isso o franqueador tem que ter investimentos contínuos para a manutenção do seu sistema de franquias, que se torna desvantagem porque o franqueador passa a não ser somente o único gestor de sua marca perdendo um pouco da autonomia. A expansão trará maiores necessidades de controles, com isso terá que ser feito maiores investimentos para manter a supervisão das unidades assegurando o bom desempenho das mesmas, como toda relação contratual pode ocorrer o risco por alguma razão a quebra de contrato o que seria uma desvantagem para o franqueador tendo em vista todo tempo e valor investido.

Por fim, a mesma autora Dahab (1996), cita como desvantagens por outro lado, que é o dos franqueados, os aspectos são discriminados conforme no Quadro 3.

Quadro 3 – Desvantagens para os franqueados

DESVANTAGENS	DESCRIÇÃO
Autonomia parcial:	A autonomia do franqueado é parcial e refere-se a aspectos básicos do sistema. Quanto à criatividade, por exemplo, o franqueado não poderá usufruir de todo o seu poder, pois terá que atender aos interesses do sistema como um todo, e qualquer iniciativa necessariamente tem que passar pela aprovação do franqueador;
Maiores controles:	O controle sobre os franqueados é uma forma de detectar falhas no cumprimento das obrigações dos mesmos. Este controle se dá de forma constante e permanente e se refere, principalmente, às partes financeiras e contábeis;
Taxas de franquias:	São muitas as taxas que incidem sobre o franqueado; e para o negócio não se tornar inviável estas devem ser compatíveis com os preços de mercado. O franqueador, almejando lucrar cada vez mais, pode querer cobrar taxas irreais;
Risco associado ao desempenho do franqueador:	O desempenho do negócio, para o franqueado, não depende só dele, pois está associado ao do franqueador, e essa dependência pode gerar certa insegurança.

Fonte: Adaptado de DAHAB (1996)

Por outro lado, conforme o Quadro 3, as taxas de franquias e uma gestão imposta pelo franqueador caracterizam-se como uma desvantagem para o franqueado, visto que ele fica com autonomia limitada, não podendo muitas das vezes colocar ideais próprias na unidade franqueada, corre risco de não se adaptar ao perfil do franqueador no decorrer do contrato, tendo que arcar com uma possível quebra de contrato e perdendo todo o tempo e dinheiro investido.

Além destas observações citadas, Toledo e Proença (2005), em seu estudo com a análise e experiência de fracasso nessas negociações, possibilita a identificação de pontos comuns que podem nortear atuais e novos participantes do sistema por questões evidenciadas na literatura mostram-se presentes, como: a crença da adesão as redes de franquias oferece maior sucesso; o foco em vendas na maioria das franqueadoras; a promessa na hora da venda da franquia, que não se realizam; a importância da confiança como base do relacionamento do franqueador com franqueado; a importância da administração do clima de relacionamento por parte do franqueador; a insatisfação dos franqueados com os serviços prestados pelo franqueador.

Contribuindo para esta discussão, Cherto (1994), afirmam que a franquia é como um casamento de interesses em que franqueador e franqueado tendem a unir os seus esforços e suas habilidades, trabalhando harmonicamente em busca de um único objetivo: o sucesso de ambos.

Método

Esta pesquisa de caráter qualitativo, valeu-se dos procedimentos técnicos, um estudo de campo e uma pesquisa *ex-post-facto*. Por caracterizar-se pelas investigações na coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa como a *ex-post-facto*, pesquisa-ação, pesquisa participante, entre outras, a pesquisa *ex-post-facto* investiga as possíveis relações de causa

e efeito de um determinado fato descrito pelo pesquisador e um fenômeno que ocorre após, a principal característica é os dados serem coletados após a ocorrência dos eventos (FONSECA, 2002). Dessa forma, a pesquisa foi sustentada após os fatos ocorridos foram relatados por 5 ex-franqueados entrevistados, revelando os possíveis motivos em comum que os levaram a desistência pelo sistema de franquias.

Como instrumento para coleta de dados utilizou-se de uma entrevista semiestruturada, composta por 13 perguntas, dividida em: expectativas dos entrevistados ao aderirem ao sistema; escolha da marca; os principais serviços prestados pela franqueadora no início e no decorrer das operações; relacionamento contratual entre as partes; opinião dos ex-franqueados sobre o que levou ao desligamento no sistema de franquias; e pontos críticos avaliados pelo entrevistado. A estrutura foi criada pelo autor da pesquisa, com base no autor (TOLEDO, 2004)

A análise dos dados foi realizada de forma descritiva, respondendo os objetivos propostos na pesquisa. O paradigma interpretativo de análise para Morgan (1980) afirma que o investigador interpretativo tenta entender os processos pelos quais as múltiplas realidades compartilhadas surgem, sustentam-se e modificam-se, atentando para a rede de informações, baseada em grupos de conceitos e regras subjetivamente determinadas.

Análise dos Resultados

Após terem respondido o instrumento de coleta desenvolvido para esta pesquisa procedeu-se então a análise dos dados coletados. Com a intenção de anonimato dos entrevistados, preferiu-se adotar o termo entrevistado, identificados conforme o Quadro 4.

Quadro 4 – Identificação dos entrevistados

Sujeito	Ramo de Atuação	Tempo de Franquia
Entrevistado 1	Construção civil	5 anos
Entrevistado 2	Bebidas Artesanais	4 anos
Entrevistado 3	Alimentação	4 anos
Entrevistado 4	Cafeteria e confeitaria	1 ano e 5 meses
Entrevistado 5	Estética/ Barbearia	3 anos

Fonte: Elaborado pelos autores

Para a análise, as entrevistas foram transcritas, posteriormente procedeu-se numa análise interpretativa das respostas investigadas com a pesquisa, que para uma melhor interpretação, foram divididas em: expectativas dos investidores ao aderirem ao sistema de franquias, serviços prestados pelas franqueadoras, e por fim, pontos críticos que levou ao desligamento no sistema de franquias.

Expectativas dos investidores ao aderirem ao sistema de franquias

O sistema de franquias deve ser encarado pelo investidor que pretende aderir, como estratégia para expansão de seus negócios, ampliando o seu acesso ao mercado de consumidores, com um canal de vendas efetivo para seus produtos e seus serviços. A operação de franquias tem um sistema bem estruturado, implantado e bem gerido, tornando assim uma forma mais vantajosa para o franqueado. Conforme BOE et. al (1987), aponta que o principal objetivo de um franqueado, ao decidir pela compra de uma franquia é a obtenção de vantagens, por intermédio de um negócio fechado e comprovadamente bem-sucedido, uma marca conhecida e assistência continua por parte do franqueador e um retorno de investimento em um pequeno período de tempo.

Nesse sentido, inicialmente os entrevistados foram questionados em relação às expectativas ao investirem e aderirem ao sistema de franquias, ao justificarem a razão de aderirem ao sistema de *franchising*, a maioria dos entrevistados citou que os principais motivos seriam um sistema com baixo custo operacional, uma organização padronizada, transferência do *know-how*, as duas últimas refletem a procura por segurança e uma maior probabilidade de êxito no empreendimento.

Custos operacionais, são os custos diretos que interferem no processo de funcionamento da organização. Conforme Padoveze (2003) pode-se definir custos operacionais como sendo a mensuração dos recursos financeiros destinados à obtenção e à venda de produtos e serviços necessários para o funcionamento da empresa.

Já outro aspecto mencionado foi a padronização, ato de formalizar os processos, organizando e desenvolvendo um padrão a ser seguido por todos os franqueados, aumentando as chances de eficiência nas operações e diminuindo os riscos. A repetitividade pode ser conseguida principalmente por meio da padronização, que é o processo de desenvolvimento e combinação de técnicas em que se determinam padrões para os procedimentos operacionais. Trata-se, portanto, de uma ferramenta gerencial relevante para a melhoria do desempenho empresarial (GONZALEZ e MARTINS, 2007).

A transferência de conhecimento da forma de gerir, forma de implementação da metodologia de trabalho entre a franqueadora para o franqueado, é concebido através principalmente do que denominamos contrato de *Know-How*. Martins (1988), acredita que *Know-How* seja certos conhecimentos ou processos, secretos e originais, que uma pessoa tem, e que, devidamente transferidos e aplicados dão como resultado um benefício a favor de quem o emprega.

A partir das respostas obtidas junto aos entrevistados, foi desenvolvido

pelo autor uma nuvem de palavras, a qual é um gráfico digital que mostra o grau de frequência das palavras em um texto, quanto mais a palavra é utilizada, mais chamativa é a representação dessa palavra no gráfico. A Figura 01 representa a nuvem das palavras mais citadas na entrevista realizada com ex-franqueados.

Figura 01 – Nuvem de palavras com resumo da entrevista de ex-franqueados



Fonte: Elaborado pelos autores

A Figura 01 é uma nuvem das palavras mais citadas nas respostas dadas pelos ex franqueados na entrevista realizada a na entrevista realizada a respeito das expectativas ao aderirem o sistema de franquias e também o pós-venda. Palavras como suporte, produto, retorno e prazo, estavam no topo do ranking, as quais foram mais citadas.

Pode-se justificar o maior aparecimento das palavras acima pela *franchising* ser um sistema de negócio que alia fatores que implementados continuamente atende aos requisitos de eficiência, possui um suporte próprio, uma gestão integrada, com um produto que atende as expectativas dos investidores.

Os entrevistados foram questionados sobre o processo de contratação, neste sentido, todos os entrevistados tiveram uma contratação rápida e prática, após a assinatura do contrato, especificando valores, prazos e condições, a ope-

ração foi iniciada. A partir dessas respostas pode –se observar que os contratos estabelecidos pelas franquias possuem detalhamento da operação, tornando o processo muito mais rápido e ágil, favorecendo os franqueados.

Quando investigado sobre fatores que levam a escolha pelo sistema de franquias, obteve-se como resposta do Entrevistado 5 “queria empreender para ter meu próprio negócio e que me desse um retorno de investimento em pouco tempo no prazo máximo de 2 anos”. Para Souza e Clemente (2008) o tempo de retorno de investimento, indica o número de períodos necessários para a recuperação do investimento, logo, quanto menor o tempo de retorno, menor será os riscos do investimento.

Ainda sobre os fatores para a escolha do sistema, foram mencionadas algumas vantagens em escolher a franquia, como ter acesso a uma assistência administrativa, informações sobre o mercado, auxílio na gestão e outros suportes prévios, informando sempre ao franqueado o melhor caminho a seguir tornando mais eficiente a tomada de decisão.

Outras razões mencionadas demonstraram ter afinidade com o ramo de atividade da franquia, a partir daí, passaram a estudar as vantagens e desvantagens das marcas que ofereciam a possibilidade da franquia no mercado. A experiência por parte do franqueado até então cliente com a unidade franqueadora, o que fortaleceu ainda mais o interesse em adquirir uma unidade.

Serviços prestados pelas franqueadoras

Com o objetivo de conhecer os serviços oferecidos pelas franqueadoras desde o momento da contratação da franquia e após o início do exercício da operação, os pesquisados relatam que dentre os serviços iniciais, disponibilizados pela franquia antes e durante a abertura das operações da unidade os que mais mereceram comentários foram a gestão imposta e o pós-venda oferecido

pela franquia. Segundo o Sebrae (2019), as franquias, com uma gestão imposta e padronizada, apresentam muitas vantagens ao franqueado.

Embora a gestão padronizada seja na sua maioria aceita como uma vantagem, o Entrevistado 2 declara que “Entendo que por se tratar de uma franquia, devemos seguir regras da gestão imposta, como não modificar o layout da empresa, ter preços tabelados, material igual em todas as lojas, mas acredito que em determinadas situações poderia haver uma certa flexibilização para o melhor funcionamento de cada ponto”. Entende-se que uma flexibilidade de ambas as partes é algo que pode melhorar o relacionamento entre franqueador e franqueado.

Já outros franqueados relataram que a gestão imposta funcionou bem no primeiro ano, após isso ocorreu mudanças na forma de fechamento de caixa e porcentagens de pagamento de licença pelo uso de marca, o que ocasionou um descontentamento. Contrato de licença, nada mais é, que um documento cedido pela franqueadora com o direito de uso da marca pelo franqueado através do pagamento de um valor mensal, acordado entre as partes. Para Ribeiro et al. (2013), a licença permite o uso de marca ou patente de determinada organização, autorizando o uso e distribuição de seus produtos ou serviços de forma exclusiva, mediante remuneração em estabelecido em contrato.

Nesse sentido, questionados sobre a gestão imposta oferecido pela franqueadora, os entrevistados 1,3 e 5 comentaram que a gestão imposta se manteve boa e que tiveram liberdade para tomada de decisões, já os entrevistados 1, disse que na opinião dele a gestão imposta é um dos fatores para fechamento das franquias. O entrevistado 4, aponta que a gestão imposta não interferiu no primeiro ano, foi “tranquila”, após esse prazo começou a ter alguns problemas quanto a valores impostos por eles. Percebe-se que a gestão imposta pela franquia se for de forma muito mecânica e rígida, não deixando nenhuma liberdade

aos franqueadores, certamente será fator crucial para o desligamento junto a franqueadora, visto que mesmo sendo imposta pela franquia, o franqueador, dono do seu negócio, pretende e gostaria de ter algum tipo de liberdade para gerir.

Sobre o serviço prestado pela franqueadora quanto ao pós-venda, Leite (2003) define a o pós-venda como aquele serviço que abrange o planejamento, a operação e o controle do fluxo físico e das informações de bens sem uso ou com pouco uso, que voltam, por conta de diversos motivos, às diferentes partes da cadeia de suprimentos. Esse serviço é uma forma da franqueadora criar um relacionamento estável e harmonioso, sendo atenciosos as necessidades do franqueado logo após a implementação da operação, tirando dúvidas, superando as expectativas dos franqueados, tendo a certeza da sua fidelização e a possibilidade de negócios futuros. Os entrevistados em sua maioria relataram que foi um serviço precário, a prestação desse serviço ficou muito aquém do esperado pelos entrevistados, já que esses dois serviços são tidos como vantagens em redes de franquias.

O Entrevistado 3 cita que “Pós-venda foi decepcionante, pois embora o franqueador tinha grande conhecimento do produto vendido, não havia reuniões periódicas para apresentar o planejamento futuro do negócio que poderia impactar na operação”. Para que uma empresa mantenha uma política de pós-venda com êxito em sua execução, treinamentos oferecidos pela empresa são essenciais para o sucesso da organização. Conforme Albrecht (1992), programas de treinamento em serviço ao cliente estão novamente na moda. As empresas que promovem cursos e oferecem seminários de administração de serviços de pós-venda, e muitas editoras de guias de treinamento estão desenterrando seus produtos de serviços ao cliente e colocando-os novamente no topo da lista.

Dentre os entrevistados, apenas o entrevistado 5 mostra-se satisfeito quanto ao pós-venda, “experiência satisfatória, cumpriu com minhas expec-

tativas, muitos atenciosos e compreensíveis”. Segundo Mattar (2011), é necessário investir no relacionamento saudável e harmônico entre as partes com confiança, transparência e união. Ambos precisam ser bem-sucedidos, para que o sistema funcione.

É necessário que se entenda o valor de um cliente. Las Casas (2011) menciona que existem os clientes que podem trazer lucros para a empresa e outros que podem trazer prejuízos, esse entendimento se dará com um serviço de pós-venda, onde manterá um relacionamento e contato frequente com o cliente que adquiriu a franquia.

Pontos críticos que levou ao desligamento no sistema de franquias

Com relação aos principais motivos que levaram ao desligamento das redes de franquias, podemos destacar alguns pontos relatados pelos entrevistados, conforme observado no Quadro 5.

Quadro 5 – Critérios que levaram ao desligamento da franquia

Sujeito	Ramo de Atuação	Critérios que levaram ao desligamento
Entrevistado 1	Construção civil	Falta de mão de obra para contratar
Entrevistado 2	Bebidas artesanais	Gestão imposta
Entrevistado 3	Alimentação	Falta de planejamento a longo prazo de marketing para novos produtos
Entrevistado 4	Cafeteria e confeitaria	Gestão imposta e restrição de compras ao franqueado
Entrevistado 5	Estética/ Barbearia	Oportunidade de um negócio novo sem ser franquia

Fonte: Elaborado pelos autores

O Quadro 05 traz alguns pontos críticos citados pelos entrevistados, conforme experiência vivenciada, o Entrevistado 1 citou que a falta de mão de obra qualificada foi o fator determinante para o desligamento. Conforme Vázquez-Barqueiro (2002), onde existe a mão de obra qualificada, a produção se torna mais eficiente e se espalha por todo o sistema produtivo dentro da organização, gerando lucros e custos menores que beneficiam e favorecem o crescimento econômico local e regional.

Os entrevistados 2 e 4, concordam que o motivo que os levaram ao desligamento da franquia, sendo a gestão imposta oferecida pelo franqueador, a compra de mercadorias somente com fornecedores exigidos pela franqueadora acabou prejudicando um relacionamento entre franqueado e franqueadora. Segundo Mancuso (1993), o franqueado precisa saber seguir uma direção corretamente para poder exercer seu papel corretamente. Caso o franqueado não atenda ao que o franqueador lhe propõe, não haverá uma padronização da rede e o sistema de franquia pode fracassar. Porém, é preciso tomar cuidado com a padronização pois deve-se levar em conta também o consumidor. Se for o caso, será necessário adaptar a franquia através de um bom relacionamento adquirido junto ao franqueado.

Outro fator de relevância apontado pelo entrevistado 3 é a falta de um planejamento estratégico fornecido pela franqueadora. De acordo com Cobra (1992), planejamento estratégico, que deve ter enfoque no momento atual da empresa, bem como no próximo desafio, a fim de constituir um movimento essencial para o sucesso permanente.

Conforme o comentário do entrevistado 3, “a falta de planejamento de longo prazo, inexistência de planejamento e execução de marketing, como criação de novos produtos, pesquisas de mercado, promoções em datas festivas”, o planejamento estratégico é de extrema importância para o negócio, pois atra-

vés dele, serão abordados meios de atingir metas estabelecidas, através de um marketing para alavancas as vendas de algum serviço ou produto e ações de vendas para prospecção de novos clientes.

Diante destes dados, é possível verificar a importância do aprofundamento de estudos que identifiquem a temática sobre gestão das franquias, e principalmente sobre as variáveis positivas e negativas que englobam este ramo empresarial. Toledo e Proença (2005), apresentam como resultados de uma pesquisa sobre sistema de franquias no Brasil, a partir da investigação do relacionamento Franqueador/Franqueado, sob uma visão de ex- franqueados verificou-se que os fatores que conduzem as insatisfações e o consequente desligamento junto da franqueadora são: Recrutamento e seleção do franqueado, seleção do ponto comercial, pagamento de *royalties*, administração do fundo de propaganda, supervisão e suporte, controle de qualidade, tratamento desigual, crescimento rápido.

Em outro estudo apresentado por Frazer (2001), numa pesquisa realizada com redes australianas que haviam desistido da franchising como forma de expansão dos seus negócios, constatou-se que as taxas cobradas por *royalties* eram demasiadamente altas, corroborando pelo desestímulo à sua continuidade no sistema de franquias.

Para Kaner (1997), foram classificados em pesquisas com franqueadores como principais fatores de sucesso em um sistema de franquia, juntamente com a “transparência no relacionamento”, recrutamento e seleção de um franqueado, pois é uma fase fundamental para que se garanta que o franqueado tem o perfil adequado ao sistema e de que o sistema é apropriado ao franqueado. Outro fator muito importante é o ponto comercial, pois em geral o franqueado é o responsável pela seleção do ponto comercial e espera a aprovação ou não por parte do franqueador. Franqueadores desenvolvem critérios bem definidos para

a seleção do ponto para que tenha poucos problemas com seus franqueadores e garanta a cada franquia um mercado não saturado e que haja determinada densidade populacional e potencial.

Conclusão

O sistema de franquia cresceu fortemente nos últimos anos no Brasil, tal crescimento, justificado pelo fomento de novos empreendedores, inovações em serviços e produtos ofertados, distintas formas de consumo e a ascensão de novas classes, contribuíram para a pujança nesse modelo de negócio. Nesse sentido, o estudo se propôs a revelar percepções de ex franqueados, em suas expectativas do antes e após aderirem ao sistema de franquias. Revelou-se com esta pesquisa que a gestão empresarial, pautada para o modelo de franquias carece de um entendimento mais amistoso, coerente e flexível. Nas respostas evidenciadas percebeu-se um discurso comum dos ex-franqueados sobre rigidez em normas, e os níveis de exigências impostos, que sucederam em alguns momentos certo desconforto no relacionamento a longo da relação entre franqueadores e franqueados.

Com base nas respostas do instrumento de coleta desenvolvido para esta pesquisa e sua posterior análise, percebe-se a execução do ponto principal desse estudo, ao analisar e demonstrar as percepções dos franqueados com os franqueadores. Assim, sugere-se que os franqueadores estreitem cada dia mais os relacionamentos com seus franqueados, para que os problemas rotineiros que ocorrem em cada loja sejam facilmente resolvidos da melhor forma possível, mas atendendo também as especificidades locais pra cada negócio, o que contribuirá no maior fortalecendo da marca e resultados para ambos. Ainda para estudos futuros, propõe-se um levantamento a nível nacional dos modelos de franquias mais prósperos e com maior índice de aproveitamento e menor desistência.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FRANCHISING. **Números do *franchising*: censo do *franchising***. Disponível em: <https://www.portaldofranchising.com.br/https://www.portaldofranchising.com.br/> . Acesso em: 02 de dezembro 2022.
- ALBRECHT, K. **Revolução nos serviços**: como as empresas podem revolucionar a maneira de tratar os seus clientes. São Paulo:Pioneira, 1992
- ANDRADE, E. **Internacionalização de Franquias**. Do dia 07/12/2010. Extraído via , <http://mundodofranchising.blogspot.com/2010/12/internacionalizacao-de-franquias.html>> acessado em fevereiro de 2021.
- BOE K. L.; GINALSKI, W.; HENWARD, III, D. M. The Franchise Option. Washington: International Franchise Association, 1987.
- CHERTO, M.; RIZZO, M. **Franchising na Prática**. São Paulo: Makron Books, 1994. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistages-taoedesenvolvimento/article/view/904/1183> acessado dia 23 de abril 2020.
- COBRA, M. **Administração de Marketing**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- DAHAB, S. **Entendendo *Franchising*: uma alternativa eficaz para o pequeno e médio empreendedor**. 2 ed, Salvador, BA: Casa da Oualidade, 1996 disponível em: http://naomeabandone.org.br/images/downloads/31_230920121951310.pdf acessado em 21 de abril 2020 23
- DIAS, S. **Gestão de Marketing**. 1. Ed. São Paulo Saraiva 2003.
- FERREIRA, D. G. **Contrato internacional de *franchising*, 2014**, consultado online em março de 2020 disponível em: <https://santacruz.br/revistas/index.php/JICEX/about>.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- GONZALEZ, R. V. D.; MARTINS, M. F. Melhoria contínua no ambiente ISO 9001:2000: estudo de caso em duas empresas do setor automobilístico. **Produção**, v. 17, n. 3, 2007

HOFFMANN, J; ALBERTON, L; **Análise custo benefício entre negócios independentes e sistema de franquias**, 2005. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/2177/2177> acessado dia 21 de abril 2020.

KANER, L. A. B. **Franchising: fatores críticos de sucesso no ramo de fast food**. Rio de Janeiro: COPPEAD/UFRJ, 1997.

LEITE, R. **Franchising na criação de novos negócios**, Atlas, 1990 disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/49993/M198.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acessado em: 21 de abril 2020

MANCUSO, J. How to buy and manage a franchise. New York: Ed. Fireside, 1993.

MARICATO, P; **Franquias: Bares, restaurantes, lanchonetes, fast-foods e similares**, 2017. Disponível em <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=RsJDDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=franquias&ots=FLHgLUt5xd&sig=Epmd63kSNaIv3Qp810DsoHcoBe0#v=onepage&q=franquias&f=false> .

MARTINS, F. **Contrato e obrigações comerciais**. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense. 1988. Disponível em: http://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/11/2013_11_11855_11879.pdf acessado dia 24 de abril 2021

MORGAN, G. Paradigms, metaphors and puzzle solving in organization theory. *Administrative Science Quarterly*, 25 (4), 605-622, 1980.

NASCIMENTO H LL; **Vantagens e desvantagens conforme a percepção de um franqueador e franqueado**, Passo Fundo, 2017 Disponível em: <http://repositorio.upf.br/bitstream/riupf/1329/1/PF2017Hesther%20Louise%20Lopes%20do%20Nascimento.pdf> acessado dia 23 de abril 2020.

Ortega, R. P., Melo, P. L. R., Boaventura, J. M. G., & Mascena, K. M. C. (2016). Atendimento dos Interesses do Stakeholder Franqueado e sua Relação com o Desempenho Financeiro em Redes de Franquias. *Revista de Administração da UFSM*, 9 (Ed. Especial), 24-38. <https://doi.org/10.5902/1983465922118>

PADOVEZE, C. Curso básico gerencial de custos. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

RIBEIRO, A. MARC, L. GUALHARDO, M. IMPERATORE, L. **Gestão estratégica do *Franchising***: Como construir redes de franquias de sucesso. São Paulo: DVS editora, 2013.

RIBEIRO, A; Marchi, L. et al: **“Gestão Estratégia do *Franchising*”**: Como construir redes de franquias de sucesso, 2, Ed: São Paulo, 2011. 25

SCHNEIDER, A. At. AL, ***Franchising da pratica á teoria***. 1. Ed. São Paulo. Maltese 1991.

SEBRAE/SP. Entenda o motivo de sucesso e fracasso das empresas. 30 de outubro 2019. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/bis/entenda-o-motivo-do-sucesso-e-do-fracasso-das-empresas,b1d31ebfe6f5f510VgnVCM1000004c00210aRCRD>.

SIMÃO FILHO, A. ***Franchising: aspectos jurídicos e contratuais***. 2.ed. São Paulo, Atlas: 1997.

SOUZA, A.; CLEMENTE, A. **Decisões Financeiras e Análises de Investimentos**: Conceitos, técnicas e aplicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

TOLEDO, G. L.; PROENÇA, C. Fatores críticos de sucesso da franquia – uma análise sob a óptica de ex-franqueados no município de São Paulo. **Revista de Gestão**, v. 12, n. 1, p. 43-53, 2005.

CAPÍTULO 2

A IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE ENERGIA RENOVÁVEL FOTOVOLTAICO: UM ESTUDO DE CASO RELACIONADO AO PAYBACK DE UM PEQUENO NEGÓCIO NO INTERIOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL-RS

*Fernanda Tamiosso Wesz
Ana Carolina Cozza Josende da Silva
Vinícius Radetzke da Silva
Doi: 10.48209/978-65-5417-157-2*

Introdução

A busca incessante pelo progresso econômico e social tem acelerado o uso contínuo e exarcebado pelos recursos naturais existentes nas sociedades. A tônica é a de explorar indiscriminadamente tais recursos, na maioria das vezes de maneira não sustentável. Porém, torna-se notório nos dias de hoje, que as empresas estão procurando utilizar em seus processos, uma maior ponderação no uso destes recursos, devido aos passivos ambientais gerados. Assim, as em-

presas estão em busca de atender as necessidades de seus clientes, empenhadas em diminuir os impactos deixados para as próximas gerações. Nessa perspectiva, devido às preocupações ambientais, houve uma grande busca por energias mais limpas e menos poluentes (SIMAS E PACCA, 2013, p. 100).

O desenvolvimento econômico, conforme apontado por Peraza (2013), em uma determinada região está relacionado ao consumo de energia, pois é fundamental para o desenvolvimento da sociedade moderna, encontrar mecanismos que propiciem a viabilidade econômica. A busca pelo desenvolvimento sustentável leva a ações que visem à inovação em tecnologias, buscando fazer a conversão e o aproveitamento dos recursos energéticos naturais, através do auxílio das tecnologias, para aumentar a eficiência energética e a sustentabilidade na produção, com viés de reduzir os impactos ambientais gerados (PEREIRA *et al.*, 2017, p.11). Aponta Dupont *et al.* (2015) que dentre as fontes renováveis, a mais abundante em toda superfície da Terra é a energia solar, sendo inesgotável na escala de tempo humano.

Este estudo apresentou como problema de pesquisa inicial a verificação da viabilidade econômico-financeira para a implantação de um sistema de energia fotovoltaica em uma empresa de pequeno porte. Desta forma, o estudo investigou os custos da instalação de um sistema de energia fotovoltaica para uma empresa de pequeno porte no interior do estado do Rio Grande do Sul – RS, utilizando-se de um comparativo delimitado entre as faturas de energia referentes a seis meses do ano de 2017 e do mesmo período do ano de 2018, elencando também o período de retorno do capital investido. Em razão da confidencialidade de informações optou-se por utilizar um nome fictício para caracterizar a empresa, sendo este a Empresa Gama de Energia.

Energias Renováveis

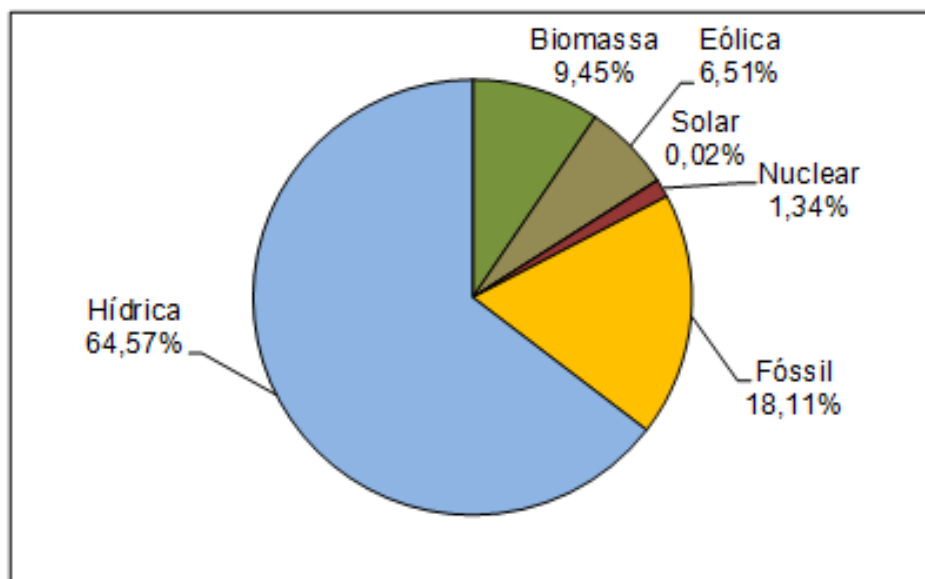
Conforme apontado por Simas e Pacca (2013), um fator que contribui para a busca por energias renováveis, é a preocupação pela redução de emissões de gases do efeito estufa, que a partir do Protocolo de Quioto em 1997, fez aumentar ainda mais o pensamento sobre as mudanças climáticas e os impactos ambientais gerados.

Sobre o assunto, de acordo a Barbieri (1997, *apud* Camargo, 2012, p. 72), o desenvolvimento sustentável é uma nova maneira de percepção para os problemas globais, que não se reduzem somente para a degradação ambiental, mas incorporam questões sociais, políticas e culturais.

Da Silva (2015), afirma que uma hora de radiação solar sobre a Terra é equivalente a toda energia mundial consumida durante o período de um ano. Segundo ele, o índice de incidência de radiação solar mundial pode ser usufruído em todos os países do mundo.

De acordo a Esposito e Fuchs (2013), a indústria fotovoltaica se consolidou no Brasil a partir da primeira década dos anos 2000, principalmente pelo aumento da demanda e da escala de produção, que associadas com o desenvolvimento tecnológico, ajudaram a viabilizar a redução de preços e ter uma maior penetração de mercado. Tal indústria teve seu início primeiramente na Alemanha e nos Estados Unidos. Conforme Da Silva (2015), a radiação solar pode ser usada como energia elétrica, sendo convertida através de efeitos sobre materiais, dentre eles o termoeletrico e o fotovoltaico. No Brasil, as que mais se destacam são a energia hidráulica e a biomassa, conforme a Figura 1.

Figura 1 – Matriz energética do Brasil



Fonte: Adaptado de ANEEL, Infográficos, Série Fontes de Energias, 2017.

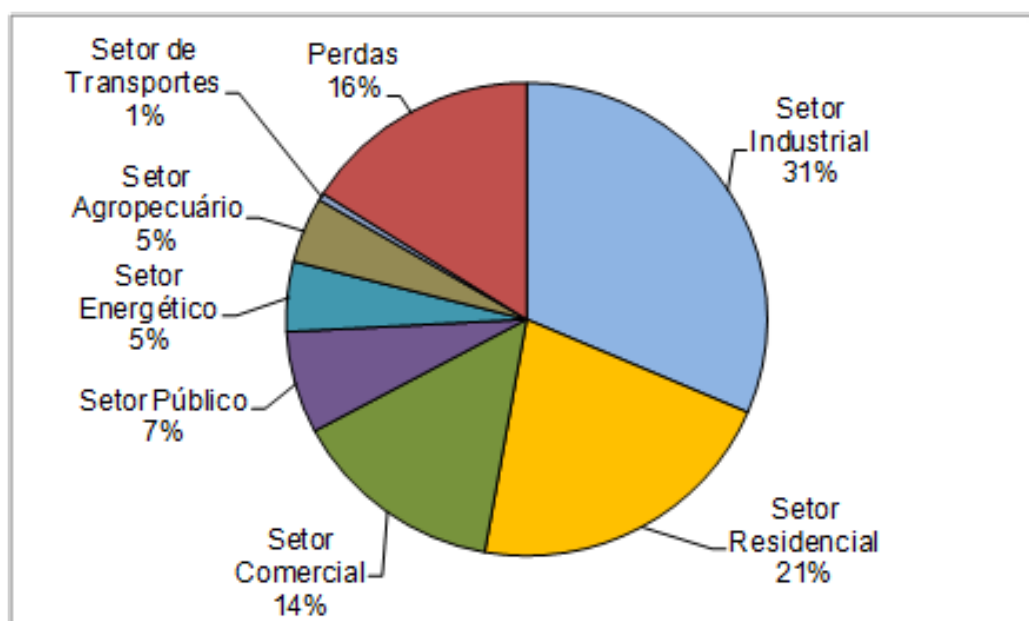
Destaca-se que as energias renováveis são: a hídrica, biomassa, eólica e a solar. Onde segundo a ANEEL (2017), havia 119,4 GW de potência instalada (fiscalizada) e 2.194 usinas em operação. Há também as energias não renováveis, que englobam a nuclear e a fóssil, que geravam, conforme os dados disponibilizados 28,8 GW de potência instalada (fiscalizada) e 2.400 usinas em operação.

Desse modo, conforme a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL houve a criação de uma organização que fosse responsável pelo setor de energia, portanto no Brasil, para gerenciar e regular o setor elétrico, foi criado a ANEEL, que é uma autarquia vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Dentre suas principais funções estão a de regular a geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, estabelecer tarifas, bem como fiscalizar e implementar diretrizes relativas a exploração de energia elétrica.

Conforme apontado no Balanço Energético Nacional - BEN (2017), a maior geração de eletricidade no Brasil é hidráulica com um percentual de 68,1%, conforme mostra a Figura 2, seguida da de gás natural com 9,1%. O

total oferecido internamente no país através de todos os meios é de 619,7 TWh, onde destes a maioria, com 31,5% é consumida no setor industrial, seguida pelo residencial, com 21,4% e apenas 4,5% no setor agropecuário. Tendo como perdas na distribuição um percentual de 16,1%.

Figura 2 - Consumo de Energia Elétrica no Brasil por setor.



Fonte: Adaptado de ANEEL, BEN, p. 40, 2017.

Destaca-se assim, que há uma grande centralização da produção e o consumo está bastante concentrado em apenas um setor. A energia solar vem ganhando destaque nos últimos anos e segundo a ANEEL (2017), em 2016, o Brasil atingiu 6.017 conexões, sendo que destas 98,5% eram de fonte solar fotovoltaica principalmente instalada em residências e comércios.

Dentre os benefícios da utilização da energia solar fotovoltaica pode-se salientar a diminuição de gastos com energia elétrica, a geração de empregos locais e o aquecimento da economia regional, a geração de energia limpa, renovável e sustentável, buscando contribuir para a redução de emissões no país, diversificação da matriz energética brasileira e redução nas perdas de transmissão e distribuição (SAUAIA, 2018, p. 11).

Conforme dados do Portal Solar (2018), onde enfoca que no ano de 2016, o país tinha aproximadamente 61,7 MW instalados de geração de energia solar fotovoltaica, passando para 180 MW instalados em 2017. Surge assim, à oportunidade em possibilitar conhecimento sobre a opção da utilização de energia renovável em um pequeno município do estado do Rio Grande do Sul, com aproximadamente 11.473 habitantes, conforme o Censo Demográfico de 2010, divulgado pelo IBGE. Este município fica localizado a aproximadamente 111 km da cidade de Santa Maria, localizada na região central do estado do Rio Grande do Sul, próxima à cidade onde foi realizado este estudo, onde dispondo de um olhar em âmbito regional, segundo Horn *et al.* (2009), é uma cidade com um dos menores valores de radiação solar global do Estado, porém com elevadas temperaturas, que compensam essa falta de radiação.

Para Possebon (2016), a implantação da geração de energia distribuída reduz os investimentos na transmissão, uma vez que a energia utilizada é gerada próxima aos centros de consumo, fazendo com que a inserção de painéis fotovoltaicos conectados à rede se torne favorável. Estes painéis são compostos de materiais que tem um custo um pouco elevado, onde se aponta que uma das formas de o reduzir seriam através de subsídios que incentivassem o desenvolvimento dessa tecnologia, buscando aumentar o volume vendido, fazendo assim com que os preços fossem reduzidos. (LISITA JÚNIOR, 2005, p. 26.)

Conforme Rüther e Salamoni (2011), em centros urbanos os sistemas fotovoltaicos podem ser instalados e áreas ocupadas, como por exemplo, em coberturas de estacionamentos e edifícios, telhados de residências e comércios, sendo uma forma de aproveitamento do local já existente e a oportunidade de geração de energia fotovoltaica.

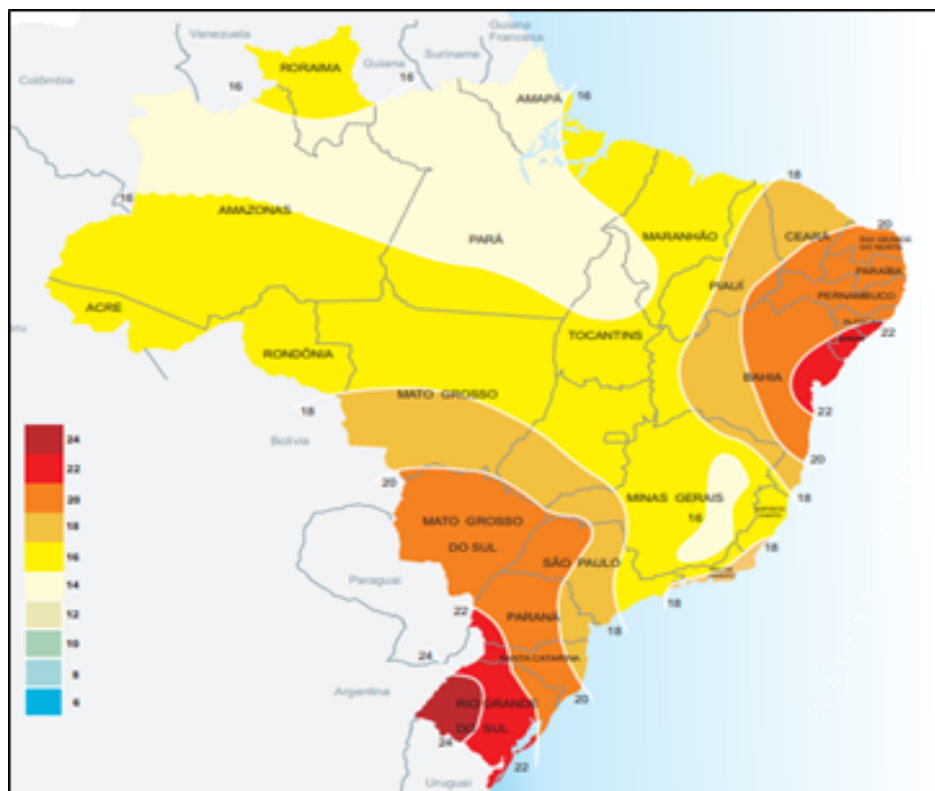
Deste modo independente do local de implantação do sistema fotovoltaico, verificam-se algumas vantagens, segundo Mori *et al.* (2007), onde resalta-se que são sistemas bastante simples, em que inexistem peças mecânicas

móveis, possuindo um curto prazo de instalação, um elevado grau de confiabilidade, pouca manutenção, sendo uma fonte de energia renovável, silenciosa e não poluente., Mori *et al.* (2007), aponta ainda que a célula não armazena energia elétrica, sendo usado no armazenamento baterias, principalmente as de chumbo-ácido.

Coelho *et al.* (2013), afirma que os fatores que afetam negativamente o rendimento do sistema solar são a sazonalidade da irradiação solar, a direção do sol, a nebulosidade e a temperatura de funcionamento dos painéis.

Conforme apontado por Tiba (2000), no Atlas Solarimétrico do Brasil, verifica-se que a sazonalidade de produção de energia no Estado do Rio Grande do Sul tem grande variação, segundo um comparativo entre a Figura 3 e a Figura 4, que mostra a diferença na radiação solar global diária em MJ/m²/dia, através da média mensal dos meses de dezembro e junho, respectivamente.

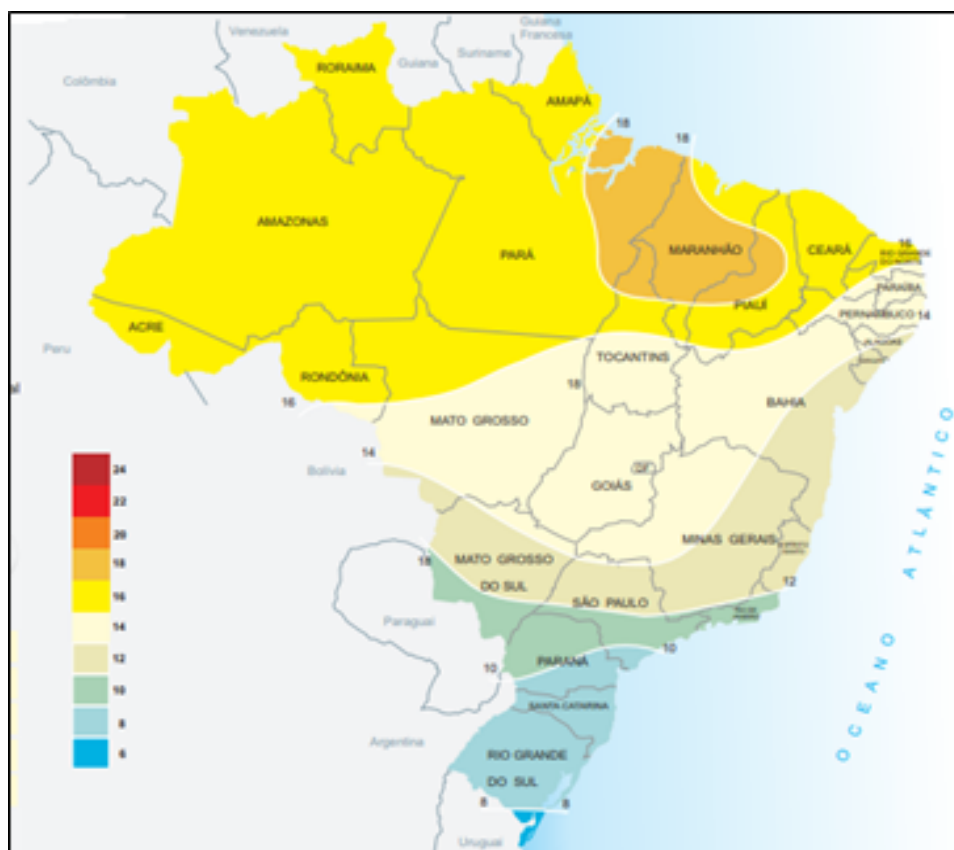
Figura 3 - Radiação Solar Global diária do mês de dezembro.



Fonte: Adaptado do Atlas Solarimétrico do Brasil, p.45, 2000.

Sendo considerados estes dois meses, dezembro e junho, como os mais extremos em termos de radiação solar global diária. O primeiro por ser o de maior índice, com 24 MJ/m²/dia em algumas regiões do Estado e o segundo por ser o mês de menor radiação, conforme a Figura 4, com apenas 6 MJ/m²/dia.

Figura 4 - Radiação Solar Global diária do mês de junho.



Fonte: Adaptado do Atlas Solarimétrico do Brasil, p.57, 2000.

Entende-se assim que cada região do país tem suas peculiaridades em relação à variação da radiação solar, visto que algumas estão mais próximas dos polos e trópicos, outras mais distantes, em algumas o ambiente e o clima contribuem para maior volume pluviométrico, dentre outras questões. Quando analisado o Estado do Rio Grande do Sul, encontra-se esta disparidade de até 18 MJ/m²/dia.

Metodologia

A pesquisa classificou-se quanto sua abordagem como um estudo de caso de caráter qualitativo e quantitativo, em uma empresa de pequeno porte, onde se busca informações sobre a opção do uso de um sistema de energia fotovoltaica, a fim de verificar os custos da instalação, bem como o retorno financeiro investido.

Para Mattar (2001), a pesquisa quantitativa busca a validação das hipóteses mediante a utilização de dados estruturados, estatísticos, com análise de um grande número de casos representativos, recomendando um curso final da ação. Ela quantifica os dados e generaliza os resultados da amostra para os interessados. Já para Malhotra *et al.* (2006), a pesquisa qualitativa proporciona uma melhor visão e compreensão do contexto do problema, enquanto a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados e aplica alguma forma da análise estatística. A pesquisa qualitativa pode ser usada, também, para explicar os resultados obtidos pela pesquisa quantitativa.

A coleta de dados ocorreu em uma empresa prestadora de serviços na área de projetos e construções de redes de distribuição de energia elétrica, sendo a responsável pela implantação do sistema de painéis fotovoltaicos no local onde o estudo foi realizado. O estudo foi feito por meio da utilização das informações e variáveis coletadas no local da pesquisa e disponibilizadas pela empresa através de suas planilhas de controle e faturas de energia, sendo posteriormente tabulados e interpretados.

Inicialmente, foi realizada a organização dos dados levantados na pesquisa, onde posteriormente houve uma revisão bibliográfica, que levou em conta os dados da empresa, a fim de verificar as possíveis distinções existentes entre estudos anteriores, bem como a verificação através de fórmula matemática, do tempo que o cliente terá de esperar para obter o retorno financeiro que investiu no sistema.

Resultados e Discussão

A geração de energia renovável no Brasil conforme Shayani (2006), ainda não pode ser vista sem levar em conta o desenvolvimento da população e os aspectos sociais. Desta maneira, procurou-se expandir o conhecimento sobre a área fotovoltaica no Brasil, principalmente através de pesquisas e no meio acadêmico, servindo de parâmetro para demonstração de novidades do setor, informações e características das empresas que estão inseridas no ramo.

Dentre uma das pesquisas realizadas pelo Instituto Ideal e a AHK-RJ - Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha (2017), foram levantados dados referentes a 373 empresas do ramo de energia, incluindo instaladoras, proprietários de sistemas fotovoltaicos, projetistas, fabricantes, revendedores, entre outros. A pesquisa apontou que a maioria das empresas está com tempo de atuação no mercado de um a dois anos e que em sua maioria, são localizadas principalmente na região sudeste do Brasil, seguida da região sul, região onde está inserida a cidade desse estudo. Apontou ainda que o segmento de atuação dessas empresas tem índice de 62% em residenciais e 31% no segmento comercial.

Há também alguns custos que envolvem a instalação completa dos painéis fotovoltaicos, segundo informações fornecidas pela Empresa do estudo, tais dados são apresentados na Tabela 1, valor que é referente à instalação de 95 módulos/painéis, mais o inversor, o cabeamento, a estrutura, o projeto e assinatura do engenheiro.

Tabela 1 - Itens envolvidos na prestação do serviço.

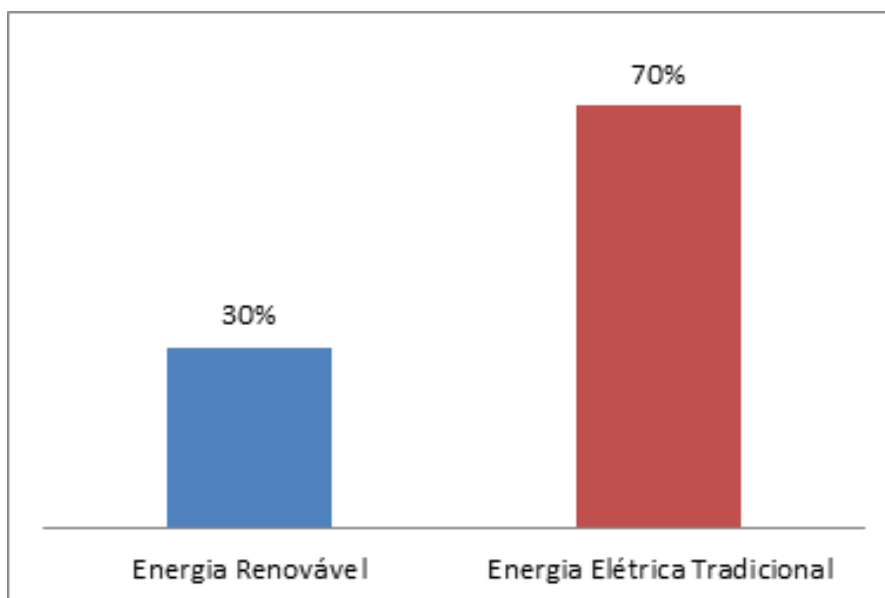
Itens	Valor em R\$
Sistema Solar	105.908,00
Mão de Obra e Frete	19.092,00
Total	125.000,00

Fonte: Dados fornecidos pela empresa.

Cabe destacar que estes valores variam conforme a quantidade de módulos instalados, que compreendem as placas já com o vidro e conectadas. Além desses gastos, em determinados períodos, têm-se custos com a limpeza dos painéis, onde existe a opção de contratar a mesma empresa com custos separadamente do valor da instalação, ou outra do ramo que realize o serviço, para realizar a manutenção. A mesma é calculada levando em conta a quantidade e a capacidade do sistema de cada cliente, sendo que a mesma se encontra neste período no valor de R\$ 200,00. Entende-se assim, que dependendo da quantidade de módulos instalados o valor de mão de obra e frete também sofre variações, bem como os demais valores, alterando o valor total a ser pago pelo cliente.

Ao analisar os custos despendidos pela energia elétrica e a renovável, gerada pelo sistema, tem-se o exposto na Figura 5, onde se ressalta que os valores comparativos são baseados na última atualização tarifária em vigor, bem como nos valores da concessionária RGE SUL, que presta os serviços para a Empresa Gama de Energia, levando em conta os dados da fatura de energia do mês de abril de 2018, da empresa em estudo.

Figura 5 - Comparativo de custos entre a energia renovável e a tradicional.



Fonte: Adaptado de dados fornecidos pela empresa.

Quando comparado os custos de energia renovável com os custos da energia elétrica tradicional, por kW/h, incluindo os impostos e as perdas técnicas de energia tem-se uma exibição positiva em relação à energia provinda de fonte renovável, visto que a mesma se mostra mais vantajosa, conforme a Figura 5.

Pode-se mencionar que os custos pagos pela energia ativa injetada são menores, com índice de 46%, se comparados a 54%, da energia elétrica tradicional. Essa diferença é devida a diferentes fatores, inclusive ao que evidencia que a energia ativa injetada não envolve cobranças tarifárias sobre a distribuição e transmissão. Desse modo, verifica-se assim que há uma economia de aproximadamente R\$ 0,8297 por kW/h. Tornando-se desta maneira, imprescindível a visualização da queda de valores sobre a utilização de geração de energia através de painéis fotovoltaicos, trazendo benefícios ambientais a toda sociedade, bem como financeiros à empresa, se analisados seu custo-benefício.

O sistema instalado na Empresa Gama de Energia tem potência instalada menor ou igual a 75 KW conectada a rede de distribuição, enquadrando-se desta maneira como microgeração distribuída. Enfatiza-se que engloba a Resolução Normativa Nº482/2012, na qual a energia ativa gerada pela unidade consumidora é cedida por empréstimo gratuito a distribuidora, sendo compensada no consumo de energia elétrica ativa, através de créditos que possuem validade por 60 meses, podendo ser consumidos nos próximos meses, quando a geração de energia for maior que o consumido naquele mês.

Este estudo buscou verificar o período que o capital investido na implantação do sistema de geração de energia fotovoltaica atinge. Na Tabela 2, foi realizado um comparativo dos valores das faturas de energia dos 12 meses analisado pelo trabalho, referenciando as diferenças entre as faturas pagas antes da instalação do sistema e as faturas pagas após seu funcionamento.

Tabela 2 - Comparativo dos valores das faturas antes e depois da instalação do sistema.

Meses do ano	Valor pago pela fatura mensal (R\$) / ano de 2017	Valor pago pela fatura mensal (R\$) / ano de 2018	Redução no Custo da Energia Elétrica
Março	2.617,42	73,44	2.543,98
Abril	2.217,41	192,26	2.025,15
Maio	1.812,17	255,16	1.557,01
Junho	2.095,32	723,10	1.372,22
Julho	2.137,46	940,12	1.197,34
Agosto	2.328,15	969,2	1.358,95

Fonte: Elaborado pelos autores.

Desta forma, ao analisar-se a Tabela 2 é possível perceber que para os meses de março a abril, o valor economizado ultrapassa aos R\$ 2.000,00, mês a mês, representando uma redução de 2.000% no valor pago mensalmente antes da instalação dos painéis.

Para prever aproximadamente o tempo que compõe o período que o empresário irá levar para ter o retorno dos seus R\$ 125.000,00 reais, optou-se pela utilização do cálculo matemático do período de recuperação do investimento, conhecido como *payback*. Conforme Groppelli e Nikbakht (2010), o período de *payback* é o número de anos necessários para a recuperação do investimento inicial. O método de *payback* é um dos mais simples de se aplicar, onde ajuda empresas a mensurar o risco. Destacam ainda que a desvantagem da utilização desse método é desconsiderar o valor do dinheiro no tempo.

Aponta Gitman (2010), que o período de *payback* é calculado através de entradas de caixa, sendo utilizado para avaliar propostas de investimento de

capital. Enfatiza que quando é critério de aceite ou rejeição possui dois vieses, sendo que o primeiro deles caracteriza-se pelo período de *payback* sendo menor que o período máximo aceitável, decidido pela empresa antes do investimento. Dessa forma, o projeto é aceitável. O segundo viés ocorre quando o período de *payback* é maior que o período máximo aceitável. Assim, há rejeição do projeto.

Nessa perspectiva, com o passar do tempo, o atingimento do valor investido pelo proprietário da empresa é projetado com base na média dos valores das faturas dos seis meses analisados, conforme a Figura 6, considerando que os valores previstos podem sofrer alterações e são estimados para os demais meses do ano.

Desta forma, para a apuração do período de retorno do investimento, *payback*, foi utilizado o programa editor de planilhas Microsoft Excel, onde inicialmente analisou-se a quantidade de kW/h que foi consumida nos meses anteriores à instalação do sistema, bem como os valores pagos pelas faturas destes seis meses. Após, foi realizada a mesma análise, porém dos seis meses referentes ao ano de 2018, com o sistema fotovoltaico funcionando e gerando energia. Adotou-se a fórmula abaixo:

$$VALOR\ PAGO\ MENSAL\ (R\$)\ EM\ 2017 - VALOR\ PAGO\ MENSAL\ (R\$)\ EM\ 2018 = ECONOMIA\ (R\$)$$

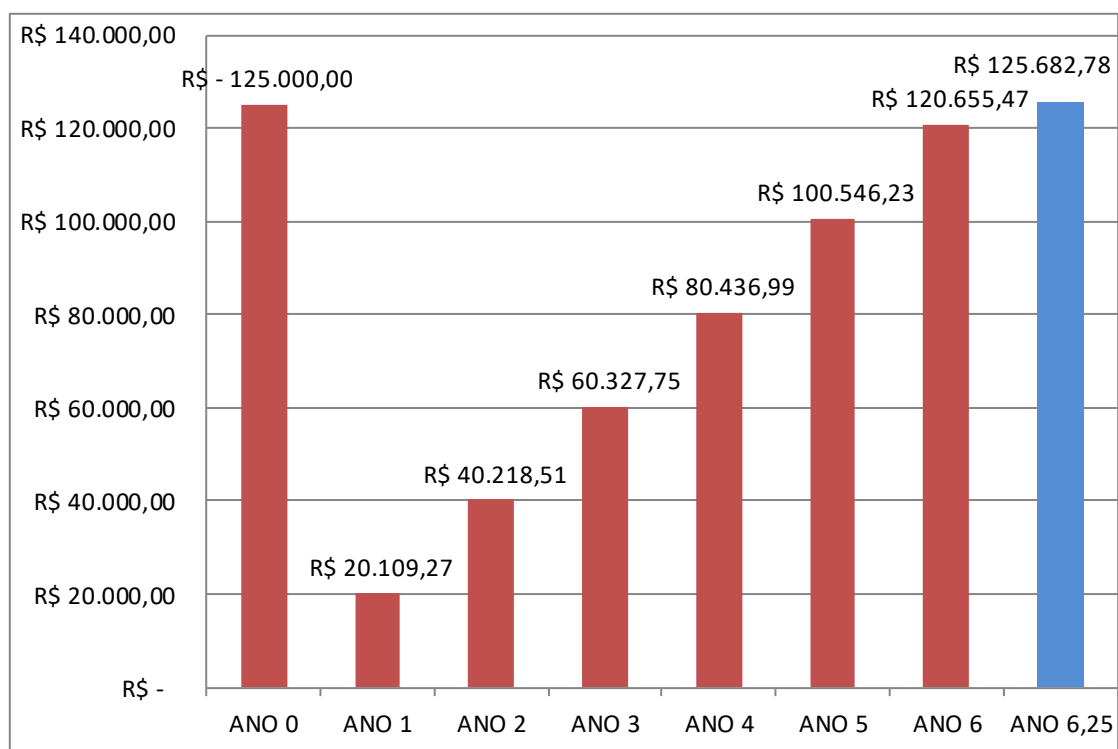
Fez-se a diferença entre os valores pagos em cada mês dos dois diferentes períodos, verificando qual o valor em reais, que a empresa economizou em cada um deles. Desta forma, foi realizada a média, através da soma dos valores economizados nos meses analisados e sua divisão por seis, para verificar qual seria o valor economizado nos outros meses em que não possuía-se os dados das faturas.

$$\frac{\text{SOMA DO VALOR ECONOMIZADO NOS SEIS MESES}}{\text{VALOR MÉDIO MENSAL (R\$)}} = 6$$

Após isto, foram feitas subtrações do valor investido inicialmente, que foi de R\$ 125.000,00 em cada mês do ano, utilizando a média de R\$ 1.675,77 para os meses futuros. Diante disso, quando se atingiu 75 meses, o valor investido foi alcançado, explicitando que a previsão do retorno para o empresário da Empresa do estudo foi de pouco mais de seis anos e dois meses, conforme à Figura 6.

$$\frac{\text{VALOR INVESTIMENTO INICIAL (R\$)}}{\text{VALOR INICIAL SERÁ ATINGIDO VALOR MÉDIO MENSAL}} = \text{QUANTIDADE DE MESES QUE O VALOR INICIAL SERÁ ATINGIDO}$$

Figura 6 - Previsão através do método de *payback*.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Esta projeção realizada para prever o retorno do investimento feito pelo empresário da pequena empresa utiliza as informações estimadas obtidas e aproximadas dos valores reais, visto que seriam necessárias mais informações

concretas para a mensuração correta, bem como em maior escala de tempo, as quais não foram obtidas. Desta forma, justifica-se que este é mais um meio de auxiliar o gestor há prever o tempo que levará para obter o retorno esperado previsto pela empresa antes de seu investimento. Logo, verificou-se que o empresário terá além de uma geração de energia limpa, um retorno financeiro ao longo do tempo, implicando em um custo-benefício que se caracteriza como aceitável.

Neste sentido, destaca-se um estudo de viabilidade realizado por Santos *et al.* (2016), em que utiliza-se o método *payback* para averiguar o retorno sobre um sistema fotovoltaico residencial em Minas Gerais. O mesmo apresenta como tempo de retorno do investimento, um período de 12 anos, que segundo ele pode não ser favorável em vista da consideração do dinheiro no tempo. E que quando analisado de outra maneira, são favoráveis por não atingirem o esperado, visto que ao longo do tempo, há aumento de impostos e tarifas que tornam aceitáveis as objeções.

Em outro estudo realizado na região Sul do País, no ano de (2017), através de cálculos matemáticos, ficou evidente que em relação ao contexto regional, próximo do local deste mesmo estudo, tornou-se viável a instalação de painéis fotovoltaicos, devido ao fato de trazerem o retorno de seu investimento dentro do padrão aceitável de projeto, considerando atrativa a utilização dos mesmos em residências unifamiliares na cidade de Santa Maria – RS, cidade de realização do estudo. (BUDEL, 2017, p. 23).

Desta maneira, quando analisado o tempo para o retorno dos R\$ 125.000,00, levam-se em conta alguns fatores como: o valor das tarifas praticadas pela concessionária; a quantidade de kW/h consumida mensal geradas pelo sistema fotovoltaico instalado e o valor pago pelas faturas, estimando para os próximos 75 meses, que o valor investido supre o investimento inicial quando atinge 6 anos, 2 meses e aproximadamente 15 dias.

Toda a energia que é considerada excedente, pois não foi utilizada pela empresa em estudo, é injetada na rede de energia e a empresa geradora, recebe bônus para quando necessitar utilizar a energia da concessionária local. Na Tabela 4, é possível verificar a energia excedente produzida no período entre março e agosto de 2018. Verifica-se uma variação sazonal desta produção ao longo do decorrer destes seis meses de instalação e funcionamento dos painéis.

Tabela 4 - Produção de energia injetada mensal na Empresa Gama de Energia.

Meses do ano/2018	Quantidade de energia injetada em KW/h
Março	3418
Abril	5746
Maio	7382
Junho	8376
Julho	9136
Agosto	10057

Fonte: Dados fornecidos pela empresa.

No primeiro mês, fevereiro de 2018, teve-se o registro de sua menor produção, com aproximadamente 3418 KW/h. As maiores quantidades registradas foram nos meses de julho e agosto de 2018. A energia injetada durante todo o período analisado foi de 40697 KW/h, o que representa a economia de R\$ 10.054,65 reais à empresa somente neste período.

É possível perceber que ao calcular-se a média destes seis meses, a energia gerada e injetada pelo sistema fotovoltaico fica aproximadamente na média de 6782,8333 KW/h por mês, sendo um valor significativo, frente à quantidade de módulos instalados. Conforme apontado pelos estudos anteriores, na região Sul do Brasil, a sazonalidade de geração durante o ano todo fica bastante evidente, o que se espera que nos meses de verão a energia injetada na rede seja significativamente maior, afetando diretamente a produção de energia da empresa.

Quando analisado a Tabela 5, encontra-se a quantidade de energia consumida nos seis meses do ano em comparação com o ano anterior da instalação do sistema fotovoltaico.

Tabela 5 - Comparativo da quantidade consumida antes e após a instalação do sistema fotovoltaico.

Meses do ano	Quantidade consumida em kW/h em 2017 (Sem sistema)	Quantidade consumida em kW/h em 2018 (Com sistema)
Março	3454	100
Abril	2974	1224
Maio	2687	1731
Junho	2967	1698
Julho	3238	1700
Agosto	3257	1852

Fonte: Dados fornecidos pela empresa.

Dado o apontado na Tabela 5, elenca-se que ao comparar a quantidade consumida em Kw/h nos mesmos seis meses em dois anos diferentes, onde no primeiro ano a empresa não contava com a geração de energia fotovoltaica, e já a tinha no segundo, verifica-se que as maiores disparidades de consumo se elencam nos meses de março, com 3354Kw/h e julho, chegando a 1538 Kw/h a menos. Mostrando assim uma economia aproximada de R\$ 1.197,34 para a empresa, somente no mês de julho de 2017. Cabe ressaltar que os valores tarifários utilizados foram os últimos em vigor no decorrer do trabalho, podendo sofrer alterações e algumas disparidades.

Conforme apontado por Pereira *et al.* (2017), no Atlas Brasileiro de Energia Solar, a sazonalidade no potencial de geração de energia fotovoltaica nos 12 meses do ano no Estado do Rio Grande do Sul, com rendimento energético mensal acontece, utilizando uma escala de 92 à 150 kW/h/kWp.mês, conforme a Tabela 6.

Tabela 6 - Sazonalidade na geração de energia fotovoltaica em 12 meses.

Meses do ano/2018	Média mensal no Estado do RS (Kw/h)
Janeiro	142
Fevereiro	129
Março	142
Abril	117
Maio	96
Junho	92
Julho	96
Agosto	100
Setembro	100
Outubro	125
Novembro	137,66
Dezembro	146

Fonte: Adaptado do Atlas Brasileiro de Energia Solar, INPE, p. 60, 2017.

Ao examinar os dados da Tabela 6, nota-se que levando em conta a média realizada, a partir dos três principais valores percentuais de geração identificados no Estado, os meses em que o potencial de geração de energia fotovoltaica caracterizou-se como maior, em janeiro, março, novembro e dezembro. Esses quatro meses são encontrados na estação de verão do Hemisfério Sul, onde a insolação diária é maior. No mês de novembro transcorre a estação da primavera, que antecede o verão, porém mostrando-se com percentuais elevados de geração fotovoltaica, chegando a aproximadamente 137,66 kW/h/kWp.mês.

A demanda pela energia, conforme Pereira *et al.* (2017), mostra-se com variações no decorrer dos meses, sendo que os meses de verão continuam sendo os de maiores demanda, com destaque para o horário entre as 12 e 15 horas, justamente em função da maior utilização de ar-condicionado. O valor da tarifa da eletricidade convencional é outro fator impactante nesse aumento de

demanda pela geração fotovoltaica, associado a outro importante fator, sendo este, o valor dos geradores solares fotovoltaicos, que em território brasileiro, diminuíram significativamente nos últimos anos, atingindo a partir de 2016, um crescimento exponencial.

Em um contexto regional, conforme apontado pelo INMET (2018), na cidade de Santa Maria, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, verificou-se através do índice de insolação total diária, os valores mensurados no mês de março de 2018. É explícito que há uma grande variação da insolação diária na região, onde há picos que chegam a quase 12 horas diárias, em alguns dias do mês e em outros onde a insolação praticamente não ocorre. Desse modo, torna-se visível a sazonalidade da geração de energia solar fotovoltaica, que nestes dias de menor insolação, praticamente não ocorre.

Ao analisar o contexto da pequena empresa em questão, verifica-se que ao comparar a quantidade de energia gasta mensalmente no período analisado do ano de 2017 é relativamente muito maior que no período de 2018. Em média, R\$ 10.054,65 foram gastos a menos no mesmo período. Deste modo, apura-se que após a instalação dos módulos fotovoltaicos a empresa vai levar em torno de 6,25 anos para obter retorno sobre o valor investido no sistema, que foi de R\$ 125.000,00 e passará a gastar somente com as manutenções que se fizerem necessárias.

Os fatores que influenciam no tempo de retorno do trabalho desenvolvido são: a variação de irradiação solar diária da região onde a pequena empresa se encontra, sendo o município de Jaguari – RS; a estação do ano que é analisada as faturas, influenciando em clima, temperatura e índice pluviométrico; o custo total de instalação do sistema, incluindo a mão de obra e o frete; as normas e legislações, que incluem as tarifas a serem pagas e os impostos incidentes sobre a energia elétrica utilizada; bem como a sazonalidade existente ao decorrer do ano, causando grande variação na irradiação solar, o que afeta diretamente a quantidade mensal produzida pelo sistema; dentre outros fatores.

Considerações Finais

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou a verificação da contribuição da geração de energia solar fotovoltaica, através do entendimento da matriz energética brasileira e das fontes renováveis existentes, que a utilização de recursos naturais sustentáveis contribui para uma energia limpa e uma redução nos custos pagos pelos consumidores. Em relação a sua relevância para a empresa participante, o meio acadêmico e sua contribuição regional, pode-se dizer que se buscou colaborar se ocorreria viabilidade para instalação do sistema de energia fotovoltaico na empresa do estudo. Levando em consideração o período específico do retorno do capital investido pela empresa, onde, dentro do cenário de energias renováveis, buscou-se sucintamente demonstrar o processo de instalação de painéis de energia fotovoltaica para perfil de consumo empresarial no meio urbano.

Contudo, para a empresa participante esse estudo teve seu papel de informação e conhecimento, através da demonstração de quanto à mesma economizou neste período após a instalação, tornando o sistema instalado viável, onde se supõe que nos meses de verão as economias financeiras serão ainda maiores. Como sugestão de estudos futuros, permita-se investigar a aplicabilidade e o tempo de retorno do sistema fotovoltaico em áreas rurais, mais remotas à rede de distribuição, bem como analisar outros lugares em observância para aplicação, como por exemplo, adoção de geração de energia em diferentes ambientes, como escolas, instituições públicas e indústrias, que primem à busca pela eficiência energética aliada ao desenvolvimento econômico e sustentável.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br>>. Acesso em: 03 abr. 2018.

BARBIERI, 1997 apud CAMARGO, A. L. de B. **Desenvolvimento Sustentável: dimensões e desafios**. 6. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

BRASIL. **Decreto Nº 5.163 de 30 de julho de 2004**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5163.HTM>. Acesso em: 14 abr. 2018.

BRASIL. **Lei complementar Nº 10.848, de 15 de março de 2004**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.848.htm>. Acesso em: 12 out. 2018.

BRASIL. **Lei complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: 29 abr. 2018.

BUDEL, D. A. **Viabilidade Econômica de sistemas fotovoltaicos em residências**. (Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel em Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Maria). Santa Maria, 2017.

COELHO, F. J. S.; SILVA, V. L.; NETO, M. R. B.; LOPES, L. C. N.; SILVA, R. G.; CUNHA, L. D. B. **Desenvolvimento de um sistema de aquisição de dados de baixo custo para monitoramento de sistemas de geração fotovoltaica**. VIII Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação, Bahia: Salvador, 2013.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA. **Convênio 016/15 de 22 de abril de 2015**. Disponível em: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/convenios/2015/CV016_15>. Acesso em: 12 out. 2018.

DA SILVA, R. M. **Energia Solar no Brasil: dos incentivos aos desafios**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, Fevereiro/2015 (Texto para Discussão nº 166).

DUPONT, F. H.; GRASSI, F.; ROMITTI, L. Energias Renováveis: buscando por uma matriz energética sustentável. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental Santa Maria**, v. 19, n. 1, Ed. Especial, p. 70 – 81. ISSN: 22361170, 2015.

ESPOSITO, A. S.; FUCHS, P. G. **Desenvolvimento tecnológico e inserção da energia solar no Brasil**. 2013.

GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira**. Tradução Allan Vidigal Hasting. 12ª ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2010.

GROPPELLI, A. A.; NIKBAKHT, E. **Administração Financeira**. Tradução Célio Knipel Moreira. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

HORN, J. F. C.; OLIVEIRA, E. D.; BURIOL, G. A.; ESTEFANEL, V. **Disponibilidade de radiação solar em Santa Maria, RS. *Disc. Scientia***. Série: Ciências Naturais e Tecnológicas, ISSN 1981-2841, Santa Maria, v. 10, n. 1, p. 67-76, 2009.

INSTITUTO IDEAL; AHK –RJ. O mercado brasileiro de geração distribuída fotovoltaica. Ed. 2017, Rio de Janeiro, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. Disponível em: <<http://www.inmet.gov.br/portal/>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LISITA JÚNIOR, O. **Sistemas voltaicos conectados a rede: Estudo de caso – 3 kWp instalados no estacionamento do IEE – USP**. Dissertação – (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Energia) – Instituto de Eletrotécnica e Energia. São Paulo, 2005.

MALHOTRA, N.k.; ROCHA. I.; LAUDICIO, M.C.; ALTHEMAM, E.; BORGES, F. M. **Introdução à pesquisa de marketing**. São Paulo: PearsonPrentice Hall, 2005.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Balanço Energético Nacional 2017**. Disponível em: <<https://ben.epe.gov.br/>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

MORI, V.; SANTOS, R. L. C.; SOBRAL, L. G. S. **Metalurgia do silício: processos de obtenção e impactos ambientais**. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2007: it. p. 42.

PERAZA, D. G. **Estudo de viabilidade da instalação de usinas solares fotovoltaicas no Estado do Rio Grande do Sul**. Dissertação - (Mestrado em Engenharia Mecânica) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

PEREIRA, E. B.; MARTINS, F. R.; GONÇALVES, A. R.; COSTA, R. S.; DE LIMA, F. J. L.; RÜTHER, R.; ABREU, S. L. de A.; TIEPOLO, G. M.; PEREIRA, S. V.; DE SOUZA, J. G. **Atlas brasileiro de energia solar**. 2. Ed. São José dos Campos: INPE, p 88, 2017. ISBN 978-85-17-00089-8, 2017.

POSSEBON, R. **Avaliação do desempenho de um arranjo fotovoltaico para uma residência típica no sul do país**. Monografia (Engenharia de Energia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

RÜTHER, R.; SALAMONI, I. **O potencial dos setores urbanos brasileiros para a geração de energia solar fotovoltaica de forma integrada às edificações**. Revista Fórum Patrimônio. Mudanças climáticas e o impacto das cidades, v.4, n. 1, 2011.

SANTOS, F. A.; SOUZA, C. A.; DALFIOR, V. A. O. **ENERGIA SOLAR: um estudo sobre a viabilidade econômica de instalação do sistema fotovoltaico em uma residência em Ipatinga – MG**. XIII Simpósio de Excelência em Gestão Pública. Resende, 2016.

SAUAIA, R. L. **Energia Solar Fotovoltaica: Panorama, oportunidades e desafios**. Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica. Rio de Janeiro, 2018.

SHAYANI, R. A.; DE OLIVEIRA, M. A. G.; CAMARGO, I. M.T. **Comparação do Custo entre energia solar fotovoltaica e fontes convencionais**. Congresso Brasileiro de Planejamento Energético, Brasília, 2006.

SIMAS, M.; PACCA, S. **Energia eólica, geração de empregos e desenvolvimento sustentável**. Estud. av. vol.27, nº. 77, São Paulo, 2013.

TIBA, C. *et al.* **Atlas Solarimétrico do Brasil: Banco de dados solarimétricos**. Recife: Ed. Universitária da UFPE: il., tab., mapas, 2000.

CAPÍTULO 3

LAVAGEM DE DINHEIRO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA NA BASE DE DADOS SPELL

Fernanda Barbosa Pereira

Maricléia Aparecida Leite Novak

Yaskara Max Raimundo Fegert

Doi: 10.48209/978-65-5417-157-3

Introdução

Com as recentes descobertas de casos de corrupção e lavagem de dinheiro que tomaram as manchetes no Brasil, estes assuntos estão cada vez mais citados em diversos veículos de comunicação, em especial, a mídia televisiva. Adjunto a essas informações, aparece o nome de um órgão sem muito reconhecimento até então, mas que possui grande importância na prevenção e apuração de crimes financeiros, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

Este ente público criado a partir da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, consoante disposto no art. 14 do referido dispositivo legal, tem por finalidade

“disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas”. (BRASIL, 1998)

A responsabilidade do COAF é de monitorar movimentações financeiras atípicas e aplicar sanções administrativas, caso seja necessário, e comunicar aos órgãos competentes. Segundo o Ministério da Economia, este ente público é formado por um plenário no qual o seu presidente é escolhido pelo Presidente da República e os demais membros são formados por servidores de onze órgãos diferentes como Polícia Federal (PF), Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e Banco Central do Brasil (BACEN).

Apesar de apenas recentemente ter tomado notoriedade na mídia, o COAF esteve presente nos maiores escândalos de corrupção dos últimos anos, como por exemplo, o Mensalão, que foi um esquema de corrupção denunciado no ano de 2005, no qual ocorria a compra de votos de parlamentares corruptos.

Dentre vários crimes financeiros, a lavagem de dinheiro tem sido foco de várias notícias no Brasil devido a Operação Lava Jato e outras operações ocorridas recentemente de combate a esse tipo de crime. Lavagem de dinheiro pode ser caracterizada como uma atividade ou uma série de atividades que tem como objetivo dar aparência legal e introduzir na economia recursos financeiros e outros bens e direitos obtidos ilegalmente (JUNG 2007). O COAF, considerando apenas o ano de 2017, juntamente com o Ministério Público e autoridades policiais, possibilitou o bloqueio judicial de R\$46 milhões no Brasil e no exterior, relacionados a investigações sobre lavagem de dinheiro e outros crimes (COAF, 2017).

Partindo desta explanação, este trabalho tem por exclusividade o estudo bibliométrico desse tema tão atual e importante, principalmente no que tange atividades de lavagem de dinheiro no Brasil.

O contexto deste presente estudo será verificar a frequência com que esse tema foi pesquisado pela academia científica, utilizando a análise bibliométrica

que é regida por 3 leis clássicas, a Lei de Bradford, Zipf e Lotka, quais constituem características singulares em cada tipo de análise construída, buscando saber qual o perfil da produção científica nacional relativa à temática “lavagem de dinheiro” na base de dados SPELL.

Lavagem de Dinheiro

O crime de lavagem de dinheiro é praticado a muitos anos, em todas as esferas da sociedade e por várias pessoas, sendo esses, empresários, políticos e pessoas físicas com intuito de legitimar valores oriundos de atividades ilícitas.

Para conceituar Carli (2006, p. 122) define que lavagem de dinheiro é “o processo de legitimação de capital espúrio, realizado com o objetivo de torná-lo apto para uso.” A lavagem de dinheiro é praticada seguindo certas etapas e cumprindo regras para o encobrimento dos recursos ilícitos, de modo a mascarar toda a sua atividade origem. Partindo desse pressuposto, apesar de ser um termo recente, a prática da lavagem de dinheiro remonta séculos atrás.

No auge da pirataria, século XVII, essa prática já vinha sendo aplicada, pois, manter um navio com tripulação mesmo que para fins duvidosos era muito caro, então, após saquearem portos com auxílio de guardas corruptos, a mercadoria era trocada por valores maiores que permitiam lavar o dinheiro de mercadoria roubada para adquirir recursos financeiros e manter o funcionamento do navio e aposentadoria (MENDRONI, 2018).

Outro fato relativamente recente a ser discutido, *é protagonizado por um* importante mafioso ítalo-americano chamado Al Capone. De nome Alphonse Capone, ele detinha um esquema de corrupção de contrabando e comércio de cigarros e bebidas ilegais.

Al Capone foi um gangster do século XX, mais precisamente dos anos 1920 e 1930, preso em 1931 por sonegar impostos, a partir dessa figura que se

tem conhecimento da origem do termo “lavagem de dinheiro”, já que ele detinha lavanderias de roupas e automóveis para disfarçar o dinheiro ilícito oriundos de contrabando de bebidas e armas (MAGALHÃES, 2014).

Com o decorrer do tempo, novas práticas de lavagem de dinheiro surgiram de modo a aperfeiçoar a técnica, dificultando o trabalho de autoridades e órgãos fiscalizadores.

Etapas da Lavagem de Dinheiro

Como a prática da lavagem de dinheiro é considerado uma prática ilegal, é necessário que haja formas de escamotear os atos criminosos e transformar o dinheiro proveniente dessas práticas ilícitas em dinheiro limpo, no caso, fazer com que esse recurso financeiro sujo entre no fluxo do caixa de uma atividade legal, portanto, “lavando” o dinheiro. Teoricamente, os mecanismos mais utilizados no processo de lavagem de dinheiro envolvem três etapas independentes que, não raro, se dão simultaneamente. São elas: colocação, ocultação e integração (MINK, 2005)

A colocação é a primeira etapa da lavagem de dinheiro, uma vez que é introduzido o dinheiro proveniente de atos ilícitos em pequenas quantias no fluxo de caixa. Esta fase também é caracterizada pelo uso de laranjas, ou seja, pessoas que intermediam transações financeiras fraudulentas emprestando seu nome, dados pessoais e bancários em caráter voluntário ou involuntário para que seu contratante utilize a seu favor, assim preservando sua identidade.

Na ocultação ocorre a lavagem de dinheiro propriamente dita, ou seja, camuflagem dos recursos financeiros ilícitos para que não seja possível a sua identificação. Nessa fase também é comum que recursos financeiros sejam transformados em bens e imóveis e postos em circulação por *commodities* ou realizando depósitos em contas fantasmas nos denominados paraísos fiscais.

Já na integração, os recursos estão totalmente incorporados ao sistema econômico e são reaplicados sob a forma de investimentos externos, empresas de fachada ou coligadas ao sistema fraudulento. A característica dessa etapa é a aparência legal do dinheiro, posto que se desprende do estigma ilícito oriundo de atividades fraudulentas para ser inserido ao sistema econômico nacional, entrando em circulação em transações cotidianas da organização ou indivíduo.

Para dificultar o rastreio do dinheiro, a lavagem de dinheiro segue três etapas já discutidas anteriormente, mas além disso é necessário linhas que auxiliem a ocultação do dinheiro. O termo paraíso fiscal é utilizado ao redor do mundo para identificar países com tributação inferior a praticada no país de origem, ou seja, qualquer país cujo a tributação seja menor, é denominado paraíso fiscal.

Porém, mesmo que esse termo se relacione a crimes, sendo algo negativo, ou que seja alvo de críticas, os paraísos fiscais são países com intuito de incentivar a economia local e atrair capital estrangeiro para aquecer seu mercado interno, sendo utilizados apenas como engrenagem para os citados crimes financeiros. Como observado, o simples fato de um país ter tributos menores do que a exemplo o Brasil pratica, pode ser considerado um paraíso fiscal sob a ótica dos brasileiros.

No caso da lavagem de dinheiro, os paraísos fiscais são peças fundamentais para render o dinheiro ilícito, pois, as chances de serem descobertos pelas autoridades são baixas graças a políticas de sigilo bancário e as facilidades de transação financeira que esses países possuem, que dificultam a ação das autoridades.

Para efetuar o rendimento e a continuidade das ações criminosas, os indivíduos infratores utilizam desses meios para mascarar seus recursos e financiar seus atos fraudulentos utilizando-se de políticas internas do próprio país.

Coaf

Considerando o avanço sistêmico da lavagem de dinheiro, corrupção e o financiamento ao terrorismo, o G7, grupo composto pelos países mais ricos do mundo, quais sejam, Estados Unidos da América, Canadá, França, Japão, Alemanha, Reino Unido e Itália, compõem ação para tratar de assuntos relacionados ao avanço desses temas e desenvolver políticas nacionais e internacionais além de prover formas de combate a esses crimes relacionados.

O Brasil, no ano de 1998, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, sancionou a Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998, denominada “Lei da Lavagem de Dinheiro” que instituiu políticas rígidas, o caráter penal atribuído a essas práticas e sua prevenção, e também instituiu o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). Além de criminalizar práticas desse tipo, a instituição do COAF foi fundamental para as ações de investigação e inteligência financeira no Brasil.

Sobre esse órgão tão importante para a prevenção e identificação das movimentações financeiras ilícitas no Brasil, o COAF produziu em 2017, juntamente com outros órgãos de fiscalização (Polícia Federal, Ministério Público) 6.608 relatórios e propiciou o bloqueio judicial de recursos milionários no Brasil e exterior sob investigações referentes a lavagem de dinheiro e movimentações ilícitas (COAF, 2017).

O COAF é formado por um plenário, onde seu presidente é nomeado pelo Presidente da República através de indicação do Ministro da Economia e, até a alteração do quadro pela Lei nº 13.974 de 7 de Janeiro de 2020, era composto por 11 membros e agora composto por 12, todos os membros são servidores públicos de reputação ilibada de órgãos relacionados sendo eles a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (BACEN), Departamento

da Polícia Federal (PF), Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Controladoria-Geral da União (CGU), Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Receita Federal do Brasil (RFB), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Ministério das Relações Exteriores (MRE/Itamaraty), Superintendência Nacional da Previdência Complementar (PREVIC) e a Advocacia-Geral da União (AGU) (GOVERNO FEDERAL, 2020).

Todos os anos, o órgão público vinculado ao Ministério da Economia divulga o Relatório de Informações Financeiras (RIF) onde detalha todos os seus resultados referentes ao ano de exercício sob os termos da Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998, oriundos do cruzamento de dados com outros órgãos mencionados anteriormente.

Metodologia

No caso, a presente pesquisa busca analisar através de buscas na base de dados SPELL sobre o tema “lavagem de dinheiro” e discutir seus resultados por observação das amostras. A abordagem será classificada como quantitativa que segundo Gerhardt & Silveira (2009, p. 33) “A pesquisa quantitativa, tem suas raízes no pensamento positivista lógico, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana”. A presente pesquisa visa, portanto, quantificar a coleta de dados e exibí-los em Tabelas para análise.

Quanto ao procedimento será documental que segundo Gil (2002, p. 45) “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. O procedimento também será bibliográfico que, ainda nas palavras de Gil (2002, p. 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elabo-

rado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. A pesquisa se classifica dessa forma, pois será feita uma busca na base de dados por artigos relevantes ao tema de modo que esses dados sejam tratados e organizados para análise bibliométrica.

A pesquisa busca levantar o perfil da produção científica nacional relativa à temática “lavagem de dinheiro” em artigos da base de dados SPELL, quantificar, analisar seus padrões e aplicar técnicas bibliométricas de modo a compreender suas características.

Com relação ao embasamento teórico que rege a bibliometria e que serão ferramentas auxiliares para a análise de resultados da pesquisa, são conhecidas como leis clássicas, sendo a Lei de Lotka, Lei de Bradford e Lei de Zipf. Matematicamente, a Lei de Lotka se dá consoante Santos (2015, p. 6),” a fórmula da Lei dos Quadrados Inversos que é: $Y_x = 6/p^2x_a$, onde: Y_x é igual a frequência dos autores publicando; x é igual número de trabalhos e a é igual a um valor constante para cada campo científico.”

Para Vanti (2002, p. 153) “a Lei de Bradford, ou Lei de Dispersão, permite, mediante a medição da produtividade das revistas, estabelecer o núcleo e as áreas de dispersão sobre um determinado assunto em um mesmo conjunto de revistas”. Portanto, a lei de Bradford atua em área de conhecimentos específica, deste modo, quanto maior a quantidade de publicação de artigos maior a qualidade e relevância na área (JUNIOR, 2014).

Por fim a última das leis clássicas, a Lei de Zipf abordada entre as décadas de 30 e 40, explana a relação das palavras de um texto dispostos em ordem de modo a analisar seus padrões, segundo Araújo (2006, p. 16) “A terceira das leis bibliométricas clássicas é a Lei de Zipf, formulada em 1949 e que descreve a relação entre palavras num determinado texto suficientemente grande e a ordem de série destas palavras (contagem de palavras em largas amostragens).”

Com relação a metodologia aplicada a pesquisa, foi realizado a partir da base de dados SPELL, onde foi utilizado o termo “lavagem de dinheiro” sem aspas e com operador booleano “OU” para buscar artigos que contenham o referido termo presente no título do documento, resumo ou palavra-chave. Geralmente em buscas nas bases de dados, usa-se aspas para termos compostos de duas ou mais palavras, mas na base em questão não foram encontrados resultados pertinentes utilizando as aspas.

Nesse sentido, foram encontrados 18 artigos relacionados ao tema, não foi definido nenhum período ou qualquer tipo de filtro de data, porém, vale mencionar que mesmo sem estipular um período, foram encontrados artigos a partir de 2004 até 2020.

Após realizada a busca, os resultados foram tratados nos filtros da própria base, a SPELL possui em seu site um filtro auxiliar que organiza dados com base no período, periódicos mais produtivos, autores mais produtivos e etc., portanto, como a amostra é pequena, foi possível realizar buscas manuais utilizando apenas os filtros da base e algumas outras buscas manuais, como por exemplo, a formação acadêmica atualizada dos autores ou universidades a qual pertenciam, esses dados foram consultados tanto nos artigos quanto pelo currículo *Lattes* dos autores realizados um a um. Com o auxílio do programa “*Microsoft Excel*”, todos esses dados foram organizados em forma de Tabelas e comporão o corpo dessa pesquisa de modo a realizar a análise bibliométrica.

A análise será efetuada a partir de duas perspectivas, com visão para os artigos como por exemplo, os periódicos mais produtivos e abordagens da pesquisa e pela perspectiva dos autores tais quais gênero, formação acadêmica e autores mais prolíficos a produção de artigos dentre a amostra.

Análise de Resultados

Um dos fatores da análise será a frequência de publicação anual, pois permite ter um parâmetro sobre qual ano é mais prolífico a produção dos artigos da amostra, também permite analisar se fatores externos contribuíram para o aumento da produção científica.

Deste modo, como primeira análise, a Tabela 1 demonstra a frequência de produção de cada artigo da amostra, a análise se iniciará a partir do ano de 2004 pois este ano marca o início das publicações coletadas na base de dados.

Tabela 1- Produção científica do tema partir de 2004 a 2020

Ano	Quant. Pub.	Freq. percentual (%)	Freq. Acumulada
2004	1	5,56%	5,56%
2005	0	0,00%	5,56%
2006	0	0,00%	5,56%
2007	1	5,56%	11,11%
2008	2	11,11%	22,22%
2009	0	0,00%	22,22%
2010	2	11,11%	33,33%
2011	2	11,11%	44,44%
2012	1	5,56%	50,00%
2013	0	0,00%	50,00%
2014	0	0,00%	50,00%
2015	0	0,00%	50,00%
2016	1	5,56%	55,56%
2017	0	0,00%	55,56%
2018	3	16,67%	72,22%
2019	4	22,22%	94,44%
2020	1	5,56%	100,00%
Total	18	100,00%	

Fonte: Dados da própria pesquisa (2020).

Pode-se observar que o ano mais prolífico foi o ano de 2019 com produção de 4 artigos, seguido pelo ano de 2018 com 3 artigos e 2008, 2009 e 2010 com 2 artigos. Pela Tabela ainda se observa que a partir do ano de 2010, as publicações acerca do tema foram mais frequentes com exceção dos anos de 2013, 2014, 2015 e 2017 com nenhuma publicação.

A Tabela 2 demonstra o perfil dos periódicos responsáveis por publicar os artigos bem como a produção total dos artigos da amostra.

Tabela 2- Produção científica por periódicos

Periódicos	Quant. Pub.	Freq. Percent.	Freq. Acumulada
Revista CGU	2	11,11%	11,11%
Revista Evidenciação Contábil e Finanças	2	11,11%	22,22%
Revista Gestão e Tecnologia	2	11,11%	33,33%
BASE - Revista de Administração e Contabilidade UNISINOS	1	5,56%	38,89%
Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão	1	5,56%	44,44%
Enfoque Reflexão Contábil	1	5,56%	50,00%
Organizações & Sociedade	1	5,56%	55,56%
READ. Revista Eletrônica de Administração	1	5,56%	61,11%
Revista Catarinense de Ciência Contábil	1	5,56%	66,67%
Revista Contemporânea de Contabilidade	1	5,56%	72,22%
Revista de Contabilidade e Organizações	1	5,56%	77,78%
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	1	5,56%	83,33%
Revista em Gestão, Finanças e Contabilidade	1	5,56%	88,89%
Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios	1	5,56%	94,44%
Revista Mineira de Contabilidade	1	5,56%	100,00%
Total	18	100,00%	

Fonte: Dados da própria pesquisa (2020).

Como observado na Tabela acima, a maior produção de artigos da amostra foi nos periódicos “Revista CGU”, “Revista Evidenciação Contábil e Finanças” e na “Revista Gestão e Tecnologia”, com 2 publicações cada equivalendo a 11,11% do total. Se somarmos a frequência acumulada, esses representariam juntos 33,33% de toda a amostra, os demais periódicos ficaram com uma frequência percentual de publicação de 5,56%, ou seja, uma publicação para cada periódico totalizando 66,67%. A Tabela 3 demonstra quais são as universidades mais prolíficas a produção dos artigos da amostra.

Tabela 3 - Produção por universidades

Universidades	Quant. Pub.	Freq. Percent.	Freq. Acumulada
Universidade Federal de Santa Catarina	3	21,43%	21,43%
Universidade Federal da Paraíba	2	14,29%	57,14%
Universidade Presbiteriana Mackenzie	1	7,14%	28,57%
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1	7,14%	35,71%
Universidade do Sul de Santa Catarina	1	7,14%	42,86%
Fundação Getúlio Vargas	1	7,14%	64,29%
Fundação Pedro Leopoldo	1	7,14%	71,43%
Universidade Católica de Brasília	1	7,14%	78,57%
Universidade do Estado da Bahia	1	7,14%	85,71%
Universidade do Vale do Rio Sinos	1	7,14%	92,86%
Universidade Federal do Ceará	1	7,14%	100,00%
Total	14	100,00%	

Fonte: Dados da própria pesquisa (2020).

Como pode-se observar, a Tabela 3 expõem que a Universidade Federal de Santa Catarina é responsável por produzir três artigos da amostra representando 21,43% da frequência percentual do estudo, seguida pela Universidade Federal da Paraíba com 2 artigos e uma frequência de 14,29%. Diante disso, observar-se que o número de artigos desenvolvidos no meio universitário soma 14, sendo que os outros 4 artigos da amostra não estão atrelados diretamente a Universidades.

Em relação a Tabela 4, essa explana os métodos utilizados para coleta de dados por cada artigo da amostra.

Tabela 4 - Método de pesquisa

Tipo de Pesquisa (Coleta de dados)	Quant. Pub.	Freq. Percent.	Freq. Acumulada
Documental	5	38,46%	38,46%
Estudo de caso	1	7,69%	46,15%
Método survey	5	38,46%	84,62%
Bibliográfica e Documental	2	15,38%	100,00%
Total	13	100,00%	

Fonte: Dados da própria pesquisa (2020).

A Tabela 4 acima demonstra como as amostras foram realizadas de acordo com seus procedimentos técnicos. Dos artigos analisados, 5 utilizaram de pesquisa documental, 5 o método *Survey* (entrevistas via questionários) representando também 38,46% da amostra. Outro fator representativo na coleta de dados da amostra é o método bibliográfico e documental, na qual foi utilizado por dois artigos. Quanto as abordagens, a Tabela 5 demonstra como foi a distribuição dos artigos.

Tabela 5 - Abordagem da pesquisa

Abordagem da pesquisa	Quant. Pub.	Freq. Percent.	Freq. Acumulada
Qualitativa	6	42,86%	42,86%
Quantitativa	6	42,86%	85,71%
Quali-Quant	2	14,29%	100,00%
Total	14	100,00%	

Fonte: Dados da própria pesquisa (2020).

Como exposto pela Tabela 5, há uma divisão bem estabelecida entre os artigos da amostra sendo 6 com abordagem qualitativa e 6 com abordagem quantitativa representando 42,86% respectivamente. Já os outros 2 utilizaram de uma abordagem quali-quant.

Perfil dos Autores

Como mencionado anteriormente, esse tópico tratará os dados relacionados aos autores como aspectos pessoais ou acadêmicos, deste modo, a Tabela 6 evidencia a quantidade individual da produção de cada autor da amostra.

Tabela 6 - Quantidade de publicações por autor

Autores	Formação acadêmica	Universidade	Quant. de pub.
Alessandra Carvalho de Vasconcelos	Doutora em Engenharia de Produção	Universidade Federal do Ceará	1
Arnaldo Antonio Duarte Ribeiro	Mestre em Ciências Contábeis	Universidade Federal de Pernambuco	1
Elaine Aparecida Maruyama Vieira Nakamura	Doutora em Administração	Universidade Nove de Julho	1

Ernesto Fernando Rodrigues Vicente	Doutor em Administração	Universidade Federal de São Paulo	1
Evandro Marcos de Souza Moreira	Bacharel em Ciências Contábeis	Universidade Católica de Brasília	1
Evelyse N. Chaves de Amorim	Mestre em Ciências Contábeis	Universidade Federal de Santa Catarina	1
Fabiano Ramalho	Mestre em Direito Tributário	Universidade Federal de Santa Catarina	1
Francisco Antonio Coelho Junior	Doutor em Psicologia	Instituto de Educação Superior de Brasília	1
Francisco de Assis Pereira de Lima	Mestre em Controladoria e Administração	Universidade Federal do Ceará	1
Gardenia da Silva Abbad	Doutora em Psicologia	Universidade de Brasília	1
Graciela Dias Coelho Jones	Doutora em Administração	Universidade Presbiteriana Mackenzie	1
Hermes Oliveira Gomes	Mestre em Contabilidade	Universidade Federal da Bahia	1
Idalberto Jose das Neves	Mestre em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação	Universidade Católica de Brasília	1
Jonatas Dutra Sallaberry	Doutor em Ciências Contábeis	Universidade Federal de Santa Catarina	1
Jorge Luiz Rosa da Silva	Mestre em Administração	Pontifícia Universidade Católica - Rio Grande do Sul	1
Jose Alonso Borba	Doutor em Controladoria e Ciências Contábeis	Universidade de São Paulo	1
Jose Antonio Calastro Junior	Mestre em Controladoria Empresarial	Universidade Presbiteriana Mackenzie	1

Juliana Gonçalves de Araujo	Doutora em Administração	Universidade Federal de Pernambuco	1
Larissa Maiara Vieira dos Santos	Bacharel em Ciências Contábeis	Universidade Federal da Bahia	1
Leonardo Flach	Doutor em Administração	Universidade Federal de Santa Catarina	1
Leonino Gomes Rocha	Doutorado em Estado de Direito e Governança Global	Universidad de Salamanca	1
Lucas Martins Dias Maragno	Doutor em Ciências Contábeis	Universidade Federal de Santa Catarina	1
Luis Fernando Bicca Marques	Mestre em Administração	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1
Luiz Felipe Ferreira	Doutor em Engenharia Ambiental	Universidade Federal de Santa Catarina	1
Luiz Fernando Rodrigues	Mestre em Ciências Contábeis	Programa multi-institucional UFPB, UFRN e UNB	1
Luiz Humberto Cavalcante Veiga	Doutor em Economia	Universidade de Brasília	1
Luiz Willibaldo Jung	Especialista em Gestão Empresarial	Fundação Getúlio Vargas	1
Magali Carvalho Façanha	Mestre em Administração e Controladoria	Universidade Federal do Ceará	1
Magno Oliveira Ramos	Mestre em Ciências Contábeis	Universidade Federal da Bahia	1
Marcelo Milano Falcão Vieira	PH.D em Administração	<i>University of Edinburgh</i>	1
Marcia Martins Mendes de Luca	Doutora em Controladoria e Ciências Contábeis	Universidade Federal do Ceará	1
Maria Aparecida Cardozo	Mestre em Ciências Contábeis	Universidade Federal de Santa Catarina	1

Maria Valesca Damásio de C. Silva	Doutora em Administração	Universidade Federal da Bahia	1
Mauricio Mello Codesso	Doutor em Administração	Universidade Federal de Santa Catarina	1
Octavio Ribeiro de Mendonça Neto	Doutor em Ciências Contábeis e Atuária	Universidade de São Paulo	1
Paulo de Souza Knupp	Doutor em Administração	Universidade Federal de Santa Catarina	1
Paulo Jose de Castro Jatahy	Mestre em Administração Pública	Fundação Getúlio Vargas	1
Paulo Roberto de Araujo Ramos	Especialista em Controladoria	Universidade Estácio de Sá	1
Raimundo Nonato Rodrigues	Doutor em Ciências Contábeis	Universidade de São Paulo	1
Rodrigo Vicente dos Prazeres	Doutor em Ciências Contábeis	Universidade Federal de Pernambuco	1
Sidineia Maria Delai Onzi	Mestre em Ciências Contábeis	Universidade Federal de Santa Catarina	1
Susi Castro Silva	Mestre em Direito	Universidade Federal do Ceará	1
Vitor Borges Monteiro	Doutor em Economia	Universidade Federal do Ceará	1
Wilson Toshio Nakamura	Doutor em Administração	Universidade de São Paulo	1

Fonte: Dados da própria pesquisa (2020).

Como demonstrado pela Tabela 6, apesar de inúmeros autores pesquisando sobre o tema, a produção ainda é pequena, não sendo evidenciado na base SPELL mais de um artigo por autor, ou seja, os autores que compõem a amostra produziram em sua autoria apenas um artigo.

Já a Tabela 7 evidencia o gênero dos autores da amostra com relação ao período de publicação de seus artigos.

Tabela 7 - Gênero dos autores

Gênero dos autores	Ano das Publicações																	Total	Percentual
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
Masculino	2	0	0	1	2	0	2	3	1	0	0	0	3	0	5	10	1	30	68%
Feminino	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	0	0	1	0	3	3	3	14	32%
Total	2	0	0	1	2	0	3	4	3	0	0	0	4	0	8	13	4	44	100%

Fonte: Dados da própria pesquisa (2020).

Por meio da Tabela acima é possível verificar que os autores mais prolíficos com relação ao gênero são os homens, que durante o período analisado correspondem a 68% de toda produção da amostra. Somente, nos anos de 2012 e 2020 é que o gênero feminino produziu mais artigos do que o gênero masculino.

Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo realizar uma análise bibliométrica a partir da base de dados SPELL, coletando dados de artigos científicos nacionais sobre o tema lavagem de dinheiro. Esta pesquisa sob o aspecto metodológico foi descritiva, documental, bibliográfica e quantitativa, na qual foram encontrados na base mencionada 18 artigos para compor a amostra, a partir desses dados foram construídas Tabelas para análise da população. No total foram construídas 8 Tabelas de modo a organizar os dados para a análise de resultados.

A partir da construção mostra a incidência do gênero masculino ser mais prolífico a produção de artigos relacionados ao tema lavagem de dinheiro, correspondendo a 68% do total da amostra com um número de 30 autores no período de 2004 a 2020, ainda relacionado ao período, verifica-se a partir da Tabela 1 que o ano mais produtivo para o tema foi o ano de 2019 com 4 artigos publicados, representando um total percentual de 22,22%, se fizermos uma referência cruzada com a Tabela 8, treze autores foram responsáveis por essa produção científica sendo 10 homens e 3 mulheres.

A Tabela 3 é responsável por evidenciar que 21,43% do total da amostra é oriunda da Universidade Federal de Santa Catarina, seguida pela Universidade Federal da Paraíba com 14,29% como universidades mais prolíficas a artigos relacionados ao tema lavagem de dinheiro. Com relação a titulação dos autores,

observamos por meio da Tabela 7 que os profissionais da contabilidade são os que produzem mais artigos relacionados ao tema, contudo, os profissionais da administração possuem graus maiores de qualificação sendo um deles PH.D.

Ainda foi possível observar pela análise de resultados que as leis da bibliometria não puderam ser aplicadas em uma amostra tão pequena, uma vez que a Lei de Lotka define que uma pequena quantidade de autores é responsável por uma grande quantidade de artigos, sendo assim, a Tabela 6 foi responsável por demonstrar que cada autor contribuiu com apenas uma publicação, portanto, não se aplica a referida lei. Com relação a lei de Bradford, não se pode obter um melhor resultado devido a quantidade de artigos da amostra, pois, os periódicos com mais artigos publicados possuem apenas 2 publicados sendo eles, a Revista CGU, Revista de Evidenciação Contábil e Finanças e Revista Gestão e Tecnologia, porém, mesmo que em pequena escala é possível ter um vislumbre da aplicação dessa lei. Por último e não menos importante, a lei de Zipf não foi aplicada devido a metodologia de coleta e organização de dados ter sido manual, sem o auxílio de programas de referências ou outros tipos de aplicativos.

Para concluir, o tema abordado é pouco explorado na base de dados SPELL com relação a produção nacional, sendo coletado apenas 18 artigos para compor a amostra, isso significa que esta pesquisa é muito relevante para fomentar a produção científica relacionada ao tema lavagem de dinheiro no Brasil e também instigar a realização de uma posterior análise bibliométrica para comparação de dados do atual perfil desta pesquisa com os de futuras análises.

Referências

ARAÚJO, C. A. Bibliometria: Evolução histórica e questões atuais. **Programa de Pós-Graduação em Comunicação** - UFRGS, Porto Alegre , 2006, 22 p.

ARO, R. Lavagem de Dinheiro, Origem histórica, Conceitos e Fases. **Revista Jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina**, Santa Catarina , p. 167-177, 2013.

BRASIL. **Lei Nº9.613/1998. Lei da Lavagem de Dinheiro**, Brasília , 03 Março 1998.

CARLI, C. V. Lavagem de dinheiro : ideologia da criminalização e análise do discurso. **Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações**, Porto Alegre , Novembro 2006, 231 p.

CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS (COAF). **Relatório de Atividades de 2017**. COAF. Brasília , 49 p. 2017.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. 1ª. ed. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2002.

GOVERNO FEDERAL. **Conselho de Controle de Atividades Financeiras** - O que faz o COAF? Governo Federal. Disponível em: <<https://www.gov.br/coaf/pt-br/pastas-antigas-disponiveis-para-pesquisa/sobre-o-coaf-1/publicacoes/publicacoes-do-coaf>>. Acesso em: 25 Fev 2021

JUNG, L. W. Lavagem de Dinheiro e a Responsabilidade do Contador. **Revista Catarinense de Ciência Contábil**, Florianópolis , v. 6, p. 39-54, Abr/Jul 2007.

JUNIOR, C. M. E. A. Análise de Viabilidade de Utilizar as Leis da Bibliometria em Diferentes Bases de Pesquisa. **XXXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ENANPAD)** , Rio de Janeiro, 13-17 Set 2014.

MAGALHÃES, V. C. **Breves Notas de Lavagem de Dinheiro: Cegueira Deliberada e Honorários Máculados**. Direito Federal: Revista da Associação de Juizes Federais do Brasil (AJUFE), p.39-71, 2014.

MENDRONI, M. B. **Crimes de Lavagem de Dinheiro**. 4^a. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Fazenda.gov. **Ministério da Economia**, [20-
-]. Disponível em: <[http://www.fazenda.gov.br/acesso a informacao/institucional/estrutura-organizacional/conselho-de-controle-de-atividades-financeiras-coaf](http://www.fazenda.gov.br/acesso_a_informacao/institucional/estrutura-organizacional/conselho-de-controle-de-atividades-financeiras-coaf)>. Acesso em: 27 Abr 2019.

MINK, G. F. C. **Lavagem de Dinheiro**. **CVM.org** , Rio de Janeiro, p. 58 p, Maio 2005. Disponível em:<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/menu/acesso_informacao/serieshistoricas/trabalhos_academicos/anexos/Gisele_Fernandes_Cardoso_Mink-lavagem-dinheiro.pdf>. Acesso em: 09 Set 2019.

NETO, A. C. Análise das Comunicações de Informações Suspeitas do COAF no Período de 2004 a 2017. **Repositório institucional UFSC**, Florianópolis , 2018, 42 p.

SANTOS, G. C. Análise Bibliométrica dos Artigos Publicados como Estudos Bibliométricos na História do Congresso Brasileiro de Custos. **Atena.org, Patos de Minas** , 06 Março 2015, p. 4-13.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **SciELO**, Brasília , Maio/Agosto 2002, p. 152-162.

CAPÍTULO 4

CORRUPÇÃO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA NA BASE DE DADOS SPELL NO PERÍODO DE 2013 A 2019

Fernando Costa Felix

Maricléia Aparecida Leite Novak

Yaskara Max Raimundo Fegert

Doi: 10.48209/978-65-5417-157-4

Introdução

O tema corrupção é amplamente abordado em diversas mídias, publicações, veículos em geral e também utilizado como parâmetro em análises mundiais. Alguns órgãos como o *Transparency Internacional* classificam e monitoram países de modo a verificar e comparar sua evolução ou regressão dado um certo período.

Nesse índice, o Brasil dividia, no ano de 2019 com Argélia, Costa do Marfim, Mongólia, entre outros, a 106ª posição no *ranking* de percepção da corrupção no setor público, composto por 180 países. Este é o pior resultado desde 2012, quando os dados passaram a ser comparáveis ano a ano. Ainda des-

tacando dados estatísticos sobre corrupção, o índice de percepção de corrupção (IPC), em 2019 reformulou sua metodologia de análise permitindo resultados históricos, assim sendo, o Brasil recuou 5 vezes no ranking de países mais corruptos figurando índice de 35/100, onde 100 é considerado um país muito íntegro. (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2019).

Em dados mais abrangentes, o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP), do Conselho Nacional De Justiça (CNJ) (2018), havia no Brasil, em 2018, 602.217 pessoas privadas de liberdade. Desse total, 0,11% são presos civis; 0,15% são pessoas cumprindo medida de segurança na modalidade internação; 99,74% são pessoas presas em processo de natureza penal; sendo os crimes denominados econômicos (ou lucrativos) os mais recorrentes, correspondentes a cerca de 70% do total (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2018).

O crime pode ser segmentado em dois grupos, a saber, o não lucrativo ou não econômico e o lucrativo ou econômico (BECKER, 1968). O homicídio, a lesão corporal e o estupro, por exemplo, estão inseridos no primeiro grupo. O furto, o roubo, a extorsão, a apropriação indébita, o estelionato, a receptação, os crimes contra a propriedade imaterial, os crimes contra a administração pública (como o peculato, a corrupção passiva, a corrupção ativa, o contrabando, etc.), os crimes contra as finanças públicas, e tantos outros com previsão expressa no Código Penal Brasileiro se inserem no denominado crime econômico (BRASIL, 1940).

Compreender a ocorrência da corrupção é um estudo complexo, pois, é necessário entender as intenções, motivações e outros fatores psicológicos que norteiam as ações do homem, ou nas palavras de Santos, Amorim e Hoyos (2010, p. 2), “Na dimensão da conduta individual, a percepção do dilema moral é fundamental para compreender o fenômeno corrupção e pensar ações para mitigá-lo”.

Um bom exemplo de crimes de corrupção praticados no Brasil foi o escândalo descoberto pela Operação Lava Jato, figurando um dos maiores casos de corrupção e lavagem de dinheiro denunciados no país de acordo com o *World Economic Forum* (PADULA, ALBUQUERQUE, 2017, p. 406). Neste cenário, o estudo busca verificar como a academia aborda os temas de “corrupção” sob a metodologia de uma análise bibliométrica.

A análise bibliométrica é regida por leis clássicas que orientam o seu funcionamento, são elas a Lei de Bradford, Lei de Zipf e Lei de Lotka, cada uma abordando um fator da análise objetivo desta pesquisa. Considerando o exposto e com intuito de analisar como os pesquisadores nacionais abordam as temáticas discutidas, o presente trabalho tem por questão norteadora saber qual o perfil da produção científica nacional relativa à temática “corrupção” na base de dados SPELL no período de 2013 a 2019.

Crimes de Corrupção no Brasil

Dos crimes de corrupção no Brasil, tem-se recentes exemplos que tomaram as manchetes nacionais, principalmente envolvendo grandes empresas e pessoas com influência política. Os crimes desse tipo são denominados “crimes de colarinho branco”, ou *White-Collar Crime*, o termo se originou nos anos de 1939 com a contribuição de Edwin H. Sutherland para o *American Sociological Association*, na qual se referia a criminosos da alta sociedade, o criminologista instituiu então uma tendência que seria utilizada em futuras gerações como sendo a ideia de um homem com roupas finas insinuando sua posição na alta sociedade e grande prestígio praticando crimes de corrupção, a partir desse artigo, um estudo foi feito para mensurar a criminalidade nas classes superiores com as inferiores e elaborar uma visão única sobre esses crimes, já que para os criminologistas da época, os crimes se concentravam nas classes inferiores e eram relacionados a pobreza (VERAS, 2006, p. 36).

Nos Estados Unidos, após o caso de fraude da Enron e de outros escândalos corporativos, os senadores Paul Sarbanes e Michael Oxley criaram a Lei Sarbanes-Oxley (SOX) em 30 de julho de 2002, esta lei visa garantir segurança a investidores de empresas por intermédio de comissões e auditorias para evitar casos de fraude e corrupção, ainda nas palavras de Borgerth (2005, p. 54), “tem por objetivos estabelecer sanções que coíba procedimentos não éticos e em desacordo com as boas práticas de governança corporativa por parte das empresas atuando do mercado americano”.

O Brasil possui a Lei nº 7.492 de 16 de junho de 1986, também conhecida como Lei do Colarinho Branco, para proteger o sistema financeiro nacional. Mellin (2016, p. 54) explana que os “dados históricos da Lei nº 7.492 de 16 de junho de 1986 mostram um caminho politicamente difícil que o projeto foi obrigado a trilhar. A ideia de uma legislação própria deveu-se, em grande parte, aos inúmeros escândalos financeiros que ocorreram no final do governo militar”.

Os crimes de corrupção recém noticiados são relacionados a grandes empresas e partidos políticos, no Brasil, o primeiro grande escândalo descoberto pela justiça através de escutas secretas e, posteriormente, a delação de um ex-deputado federal do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi o Mensalão.

O Mensalão foi um esquema de corrupção que ocorreu entre 2002 e 2003 onde políticos corruptos compravam votos de outros em troca de apoio do governo, o esquema teve início com um vídeo flagrando o então presidente da Empresa Brasileira de Correios (CORREIOS), Antônio Osório Batista recebendo dinheiro do ex-deputado federal do PTB, Roberto Jefferson. Após isso foi instaurado uma Comissão Parlamentar de Investigação (CPI) para prosseguir com as investigações pois, havia uma desconfiança instalada por parte da mídia onde o Partido dos Trabalhadores (PT) era responsável por subornar deputados para evitar que a CPI se instaurasse (TRINDADE, [20--]).

Este foi até então o maior caso de corrupção que o Brasil viu, porém, em 2014, apenas um ano depois do início das prisões do Mensalão, o país viveria novamente com a marca da corrupção política, onde investigações do Ministério Público em conjunto com a Polícia Federal levariam ao maior caso de corrupção da história, o caso que levou o nome de Operação Lava Jato.

A Operação Lava Jato é uma operação nomeada com o intuito de investigar movimentações financeiras ilícitas e até então suspeitas de lavagem de dinheiro em uma lavanderia e um lava jato de carros. Foi deflagrada então o início da operação, onde investigações iniciais apuraram um esquema bilionário envolvendo o doleiro Alberto Youssef que posteriormente se revelariam ligados a empresa estatal Petrobrás.

Na segunda fase da operação, o então juiz federal da 13ª Vara Criminal de Curitiba, Sérgio Fernando Moro, instituiu as primeiras sentenças e os acordos de delação premiada garantidos aos articuladores e peças-chave para o prosseguimento da operação, nas palavras de Ferreira (2016, p. 20), “por iniciativa própria, Paulo Roberto Costa assinou um acordo de delação premiada, onde ele colaboraria com as investigações, contando os crimes cometidos e indicando os outros cúmplices no esquema, em troca de redução de pena”.

Em futuras investigações, foi identificado que empreiteiras de grande porte como a Odebrecht e a Camargo Corrêa estavam envolvidas no esquema de licitação de obras com a Petrobras, o que culminou na prisão de executivos das empresas bem como em nomes públicos de partidos políticos que estavam no poder no auge do funcionamento do esquema.

A Lava Jato é uma operação que funciona até hoje e está atualmente (2021) na 80ª fase chamada Operação Pseudéia, onde cumpre mandados de busca e apreensão a respeito de pagamentos ilícitos feitos por um representante de um estaleiro do exterior a agentes políticos (POLICIA FEDERAL, 2021).

Metodologia da Pesquisa

A presente pesquisa tem natureza básica, que nas palavras de Gerhardt & Silveira (2009, p. 34) “Objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais”, aplicando este conceito a esta pesquisa, o objetivo é gerar um estudo que contribua para a classe científica de modo a observar a produção com relação ao tema “corrupção”.

Com relação a abordagem, a pesquisa será quantitativa, segundo Turrioni & Mello (2012, p. 81) “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas”, ou seja, após a coleta serão construídas Tabelas de modo a expor os dados estatisticamente.

Ao que tange os objetivos, será descritiva, com relação ao método de coleta de dados, a pesquisa será bibliográfica e documental, combinando os dois métodos para que haja um alcance melhor na qualidade dos dados obtidos. A coleta de dados se dará também através da pesquisa documental, no caso os próprios artigos analisados que a título quantitativo, serão formuladas as já mencionadas Tabelas expondo dados de suas publicações. Esse estudo tem como objetivo verificar a produção científica brasileira através de uma análise bibliométrica, na qual funcionará através de suas leis de coleta e organização de dados, sendo elas a Lei de Lotka, Lei de Bradford e Lei de Zipf.

A Lei de Lotka foi criada para observar que uma pequena quantidade de autores era responsável por produzir muitas pesquisas e que muitos autores produziam poucas pesquisas científicas, portanto, esta lei ficou conhecida como a lei do quadrado inverso (JUNIOR, 2014; ARAÚJO, 2006, p. 13), portanto, o objetivo é verificar como essa lei se aplica a esta pesquisa.

Em 1934, Bradford realizou um estudo na qual analisava a distribuição de artigos sob um determinado tema específico e visava compreender a extensão da sua recorrência em outros periódicos. Essa lei diz que determinados periódicos são mais relevantes que outros para montar uma análise sistemática acerca de um tema definido. Bradford percebeu numa coleção de periódicos de geofísica que existiam núcleos menores de maneira mais relacionada ao assunto e núcleos maiores com abordagens mais abrangentes, percebendo assim que a produtividade diminui enquanto o número de periódicos aumenta (ARAÚJO 2006, p. 14).

Conforme o exposto, a Lei de Bradford se embasa inteiramente em cálculos matemáticos para fundamentar sua teoria de que a dispersão dos artigos através de vários periódicos sob determinados temas é proporcional ao grau de especificidade do mesmo, ou seja, quanto mais atrelado a um assunto, maior a qualidade e relevância das pesquisas indexadas em seus periódicos.

A última das leis clássicas, tem-se a já mencionada Lei de Zipf, que ordena as palavras em relação a um texto de modo a verificar a forma como ocorrem. O estudo realizado se deu consoante Araújo (2006, p. 16), “Zipf analisando a obra *Ulisses* de James Joyce, encontrou uma correlação entre o número de palavras diferentes e a frequência de seu uso e concluiu que existe uma regularidade fundamental na seleção e uso das palavras”.

Ainda em relação ao estudo de Zipf, esta é que possui menor relevância para o presente estudo pois a análise e frequência de palavras não constitui objetivo algum para o mesmo, mas vale mencionar sua importância para a análise bibliométrica e também por sua contribuição para percepção de novos horizontes acerca da coleta e análise de dados.

O foco do estudo será em compilar publicações científicas relacionados

com tema de “corrupção” publicados em periódicos da base SPELL no período de 2013 a 2019 e aplicar a análise bibliométrica a fim de compreender sistematicamente e quantitativamente os resultados obtidos.

O método de coleta de dados se deu através da pesquisa do termo “corrupção” na própria base de dados SPELL no período de 2013 a 2019, esse período se deu ao fato de que em 2013 a Lei Anticorrupção foi sancionada e buscando verificar o aumento da produção científica relacionado a este tema, essa data foi selecionada.

Ainda relacionado a busca, foi utilizado o operador booleano “OU” como condição para encontrar o termo em títulos de documentos, resumos ou palavras-chave, como resultado, a busca ocorreu 136 artigos. A base SPELL possui um sistema de filtros que auxiliaram a organização dos dados que foram feitas manualmente, ou seja, filtros por data, por autores mais prolíficos, periódicos mais prolíficos foram feitos a partir da base. Dados mais específicos como titulação dos autores e universidade a qual adquiriram os títulos foram consultados através do currículo *Lattes* atualizados dos autores e nos artigos.

Com relação a organização dos dados e construção das Tabelas foi utilizado o programa “*Microsoft Excel*”, deste modo, foram coletados os dados e transpostos da base para as Tabelas com as fórmulas estatísticas para compor a pesquisa. A análise de resultados foi observando os dados coletados, aplicando as leis bibliométricas onde possível e analisando estatisticamente os demais dados de modo a expor o perfil da amostra. Com relação aos dados gerais, em algumas Tabelas ficaria inviável evidenciar todos devido as proporções que poderiam ter ao final, portanto, foram utilizados os dados mais relevantes para compor estas pesquisas.

Análise pelo Perfil dos Artigos

A primeira análise será realizada organizando as Tabelas com base no perfil dos artigos. O estudo foi realizado utilizando um filtro presente na própria base para auxiliar a observação de periódicos que mais produziram dentre a amostra, ou seja, 2 ou mais artigos. Portanto, a Tabela 1 visa expor os periódicos mais prolíficos ao tema “corrupção”.

Tabela 1 - Periódicos por Produção Científica

Periódicos	Quant. Pub.	Freq. Percent.	Freq. Acumulada
Revista CGU	22	25,88%	25,88%
Revista de Administração Pública	10	11,76%	37,65%
Revista de Contabilidade e Organizações	10	11,76%	49,41%
Brazilian Business Review	6	7,06%	56,47%
Revista do Serviço Público	5	5,88%	62,35%
Pensamento & Realidade	3	3,53%	65,88%
RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia	3	3,53%	69,41%
Revista Contemporânea de Contabilidade	3	3,53%	72,94%
Revista de Ciências da Administração	3	3,53%	76,47%
<i>Advances in Scientific and Applied Accounting</i>	2	2,35%	78,82%
Cadernos EBAPE.BR	2	2,35%	81,18%
Desenvolvimento em Questão	2	2,35%	83,53%
Organizações & Sociedade	2	2,35%	85,88%
RAUSP Management Journal	2	2,35%	88,24%
Revista Catarinense de Ciência Contábil	2	2,35%	90,59%
Revista Contabilidade & Finanças - USP	2	2,35%	92,94%
Revista de Administração Contemporânea	2	2,35%	95,29%
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis UERJ	2	2,35%	97,65%
Revista Universo Contábil	2	2,35%	100,00%
Total	85	100,00%	

Fonte: Coleta de dados na base SPELL (2020).

Pode-se perceber através dessa Tabela que o periódico “Revista CGU” é o mais prolífico com relação a produção de artigos científicos com considerável diferença frente aos posteriores sendo estes a “Revista de Administração Pública” e “Revista de Contabilidade e Organizações” ambos com 10 artigos. Pod-se aplicar a Lei de Bradford na visualização dessa Tabela e perceber que a maioria dos periódicos também são os menos prolíficos, ou seja, enquanto apenas 1 periódico produziu 22 artigos, 10 periódicos produziram 2 artigos cada decrescendo a quantidade de artigos à medida que o número de periódicos aumenta.

A segunda análise a ser feita é com relação a produção anual de artigos da amostra no período de 2013 a 2019.

Tabela 2 - Produção Científica Anual do Período

Ano	Quant. Pub.	Freq. percentual (%)	Freq.Acumulada
2013	6	4,41%	4,41%
2014	7	5,15%	9,56%
2015	8	5,88%	15,44%
2016	16	11,76%	27,21%
2017	27	19,85%	47,06%
2018	34	25,00%	72,06%
2019	38	27,94%	100,00%
Total	136	100,00%	

Fonte: Coleta de dados da base SPELL (2020).

A Tabela 2 demonstra que houve um constante crescimento na produção de artigos no período analisado. O ano de 2013 foi marcado por inúmeras manifestações pedindo o fim da corrupção no país e também foi sancionado a Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 conhecida como Lei Anticorrupção, deste modo, percebe-se que os períodos posteriores foram realizados cada vez

mais estudos relacionados ao tema sendo o ano de 2019 o mais produtivo com 38 artigos.

Com relação a Tabela 3, demonstra o tipo de publicação presente na amostra da base de dados SPELL.

Tabela 3 - Tipos de Publicação

Tipo de Publicação	Quant. Pub.	Freq. Percent.	Freq. Acumulada
Artigo	134	98,53%	98,53%
Estudo de caso	1	0,74%	99,26%
Editorial	1	0,74%	100,00%
Total	136	100,00%	

Fonte: Coleta de dados da base SPELL (2020).

Essa análise foi realizada a partir do filtro da própria base SPELL, portanto, percebe-se que a quase todas as publicações configuram como artigos científicos, sendo apenas 1 estudo de caso e 1 artigo editorial na qual representa a opinião ou ponto de vista de um grupo. A Tabela 4 demonstra a relação de citações dos artigos da amostra, ou seja, o quanto foram citados em publicações de outros autores.

Tabela 4 - Número de Citações por Artigo

Artigos Citados	Quant.	Freq. Percent.	Freq. Acumulada
Corrupção Burocrática e Empreendedorismo: UmaAnálise Empírica dos Estados Brasileiros	9	10,23%	10,23%
Corrupção nas Organizações Privadas: Análise daPercepção Moral Segundo Gênero, Idade e Grau deInstrução	8	9,09%	19,32%
Corrupção e Composição dos Gastos Governamentais: Evidências a Partir do Programa de Fiscalização porSorteios Públicos da Controladoria Geral da União	6	6,82%	26,14%
Fatos Associados a Disperdícios de Recursos da SaúdeRepassados pela União aos Municípios Auditados pelaControladoria Geral da União	6	6,82%	32,95%
Governança Corporativa: Uma Análise da Aplicabilidadedos seus Conceitos na Administração Pública	6	6,82%	39,77%
indicadores de Governança Mundial e sua Relação com osIndicadores Socioeconômicos dos Países do BRICS	6	6,82%	46,59%
Projetos de Parceria Público-Privada: Fatores queInfluenciam o Avanço dessas Tecnologias	5	5,68%	52,27%
Corrupção e Ineficiência em Licitações de Governos Locais e Desenvolvimento Humano: Novas Reflexões	4	4,55%	56,82%
Influência da Corrupção nos Gastos das EmpresasEstatais	4	4,55%	61,36%
Perspectivas Teóricas da Corrupção no Campos da Administração Pública Brasileira: Características, Limitee Alternativas	4	4,55%	65,91%
Boicote Social	3	3,41%	69,32%
CorrupçãoeContabilidade: AnáliseBibliométrica daProdução Científica Internacional	3	3,41%	72,73%

Evolução do Controle Interno no Setor Público: Um Estudo dos Novos Normativos Emitidos entre 2003-2016	3	3,41%	76,14%
O Efeito Moderador da Corrupção do País de Origem sobre a Capacidade do País Receptor de Atrair IED	3	3,41%	79,55%
A corrupção na Perspectiva Durkheimiana: Um estudo de Caso na Operação Lava Jato	2	2,27%	81,82%
A Lei de Acesso a Informação como Controle Social: Diagnóstico dos Municípios do Sul do Brasil à Luz do Artigo 8º da Lei 12527/2011	2	2,27%	84,09%
A Petrobras nas Teias da Corrupção: Mecanismos Discursivos da Mídia Brasileira na Cobertura da Operação Lava Jato	2	2,27%	86,36%
Administração Pública Brasileira no Século 21: Seis Grandes Desafios	2	2,27%	88,64%
Ambiente Institucional e Compra de Terras por Estrangeiros em Países em Desenvolvimento	2	2,27%	90,91%
Cartografia das Controvérsias na Arena Pública da Corrupção Eleitoral no Brasil	2	2,27%	93,18%
Eficiência do Mercado e Corrupção Organizacional: Estudo dos Impactos Sobre o Valor dos Acionistas	2	2,27%	95,45%
Jeitinho Brasileiro Versus Guanxi Chinês: Investigando suas Influências Informais para Negócios Internacionais	2	2,27%	97,73%
Os Sentidos das Pesquisas sobre Corrupção	2	2,27%	100,00%
Total	88	100,00%	

Fonte: Coleta de dados da base SPELL (2020).

Por meio da Tabela 4, foi possível constatar que há uma pequena quantidade de artigos com grande relevância no meio científico, sendo estes citados e referenciados em outras obras. Assim, observa-se pela frequência acumulada que 79,55% da amostra possui pelo menos 3 citações de sua pesquisa em outras obras, cabe ressaltar que alguns artigos foram excluídos dos dados por não representar uma quantidade relevante de citações ou nenhuma citação.

Análise pelo Perfil dos Autores

Este tópico tem por finalidade analisar o perfil dos autores da amostra, nesta Tabela, a análise será composta por autores mais prolíficos ao tema “corrupção”, ou seja, aqueles que produziram 2 ou mais artigos científicos, deste modo, a Tabela 5 expõe não só a sua produção científica, mas também suas mais recentes titulações acadêmicas adquiridas e universidades a qual pertencem.

Tabela 5 - Titulação Acadêmica dos Autores e Quantidade de Publicações

Autores	Titulação acadêmica	Universidade	Quant. de pub.
Cintia Rodrigues de Oliveira Medeiros	Doutora em Administração	Fundação Getúlio Vargas	5
Edimara Mezzomo Luciano	Doutora em Administração	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	4
Almerinda Alves de Oliveira	Especialista em Administração	Universidade Cândido de Moraes	3
Guilherme Costa Wiedenhof	Doutor em Administração	Pontifícia Universidade Católica do RS	3
Ricardo Sartori Cella	Mestrado em Ciências Contábeis	Universidade Federal de Goiás	3
Temístocles Murilo Oliveira Junior	Doutor em Políticas Públicas	Universidade Federal do Rio de Janeiro	3

Ana Rita Silva Sacramento	Doutora em Administração	Universidade Federal da Bahia	2
Anderson de Oliveira Reis	Mestre em Administração	Universidade Federal de Viçosa	2
Arnaldo Paulo Mendes	Mestre em Administração	Universidade Federal Fluminense	2
Daniele Silva Rodrigues	Mestre em Administração	Universidade Federal de Viçosa	2
Danilo Soares Monte-Mor	Doutor em Ciências Contábeis	Fundação instituto Capixaba de Pesquisa	2
Fabiana Pinto de Almeida Bizarria	Doutora em Administração	Universidade de Fortaleza	2
Henrique Portulhak	Doutor em Ciências Contábeis	Universidade Federal do Paraná	2
João Carlos Hipólito Bernardes do Nascimento	Doutor em Ciências Contábeis	Universidade Federal do Rio de Janeiro	2
Jose Alonso Borba	Doutor em Controladoria e Contabilidade	Universidade de São Paulo	2
José Antonio Gomes de Pinho	Doutorado em <i>Regional Planning</i>	<i>University of London</i>	2
Josiel Lopes Valadares	Doutor em Administração	Universidade Federal de Lavras	2
Leidiane Andreola Dalla Vecchia	Doutor em Administração e Contabilidade	Universidade da Região de Chapecó	2
Lidiane Nazaré da Silva Dias	Doutora em Ciências Contábeis	Universidade de Brasília	2
Luiz Romeu de Freitas Júnior	Mestre em Administração	Universidade Federal de Uberlândia	2
Márcia Martins Mendes De Luca	Doutora em Controladoria e Contabilidade	Universidade de São Paulo	2

Marco Aurélio Marques Ferreira	Doutor em Economia Aplicada	Universidade Federal de Viçosa	2
Nálbia de Araújo Santos	Doutora em Controladoria e Contabilidade	Universidade de São Paulo	2
Nuno Rosa Reis	PhD em Gestão	Faculdade de Economia de Coimbra	2
Pedro de Barros Leal Pinheiro Marino	Mestrado em Administração e Controladoria	Universidade Federal do Ceará	2
Rômulo Alves Soares	Mestrado em Administração e Controladoria	Universidade Federal do Ceará	2
Sabrina Callegaro	Graduação em Administração	Pontifícia Universidade Católica do RS	2
Sady Mazzioni	Mestrado em Ciências Contábeis	Fundação Universidade Regional de Blumenau	2
Total = 28 autores			65

Fonte: Coleta de dados da base SPELL (2020).

A Tabela 5 nos mostra que os autores mais prolíficos somam 28 e as autoras “Cintia Rodrigues de Oliveira Medeiros” e “Edimara Mezzomo” produziram 5 e 4 artigos respectivamente, também consta-se que ambas são doutoras em Administração em universidades renomadas do país e que todos juntos produziram 65 artigos. A Tabela 6 nos mostra um panorama geral dos autores mais prolíficos com relação as suas titulações.

Tabela 6 - Titulação Geral dos Autores

Nível acadêmico	Ciências Contábeis	Administração	Outros	Somatório	Percentual
Bacharel		1		1	4%
Especialista			1	1	4%
Mestre	2	4	2	8	29%
Doutor	4	6	7	17	61%
PH.D			1	1	4%
Total	6	11	11	28	100%

Fonte: Coleta de dados da base SPELL (2020).

A Tabela anterior nos mostra que a maioria dos autores são doutores em diversas áreas representando 61% do total da amostra, porém, os mais relevantes são da área de Administração e Ciências Contábeis. Por meio da Tabela 6, é possível verificar que a área de Administração é a mais prolífica com relação a produção científica relacionado ao tema somando 11 autores de titulações diferentes, entre doutores, mestres e bacharéis.

Considerações Finais

O objetivo desta pesquisa foi estudar por meio de uma análise bibliométrica o perfil da produção científica nacional sobre a temática da corrupção nos periódicos da base SPELL. Após a construção das Tabelas e análise dos dados verificou-se que contribuem para o entendimento do perfil da produção nacional de artigos científicos. Ao aplicar a Lei de Bradford na questão da produção científica por periódicos chegando à conclusão que, um pequeno número de periódicos são responsáveis por produzir grandes quantidades de artigos com o tema estudado.

Nesse sentido, observa-se que apenas o periódico “Revista CGU” produziu sozinho 22 artigos, enquanto um grande número de outros periódicos produziram apenas 2 artigos, com isso, observa-se a relevância desse periódico para a pesquisa científica relacionadas ao tema “corrupção”.

Foi possível verificar que a produção científica cresceu após a sanção da Lei nº 12.846 de 2013, também chamada de Lei Anticorrupção, e também após a instituição da Operação Lava Jato no início de 2014. Até o fim do período do estudo em 2019, foram produzidos 136 artigos relacionados ao tema “corrupção”, tema este muito relevante e muito discutido atualmente. Observa-se também que a maioria das pesquisas são oriundas de artigos científicos correspondendo a 134, os outros 2 são relacionados a editoriais e estudos de caso completando a amostra total de 136, nesse sentido, essa informação poderia auxiliar futuros pesquisadores a tecer novos estudos e fomentar a produção de mais estudos de caso ou editoriais.

O estudo da corrupção, está relacionado a ética e a moral na sociedade. Deste modo, observar a produção científica deste tema é uma forma de analisar sob a ótica dos pesquisadores as suas abordagens pessoais compiladas em conhecimento adquirido através de vários outros estudos.

Assim, esta pesquisa é muito relevante para que a classe científica continue produzindo artigos que permitam a sociedade observar diferentes conceitos e abordagens deste tema tão complexo e também, através da análise bibliométrica, ter sua própria visão de como se comporta a atual produção científica sob os parâmetros estabelecidos.

Referências

AMARO, R. R. Peculato: Aspectos que contribuem para o crime. **AVM**, Rio de Janeiro, 2013, 40 p.

ARAÚJO, C. A. Bibliometria: Evolução histórica e questões atuais. **Em Questão, periódico da UFRGS**, Porto Alegre, 2006, 32 p.

BECKER, G. Crime and Punishment: An Economic Approach. ***Journal of Political Economy***, p. 69-217, 1968.

BORGERTH, V. M. C. A lei Sarbanes-Oxley : um caminho para a informação transparente. **Faculdades IBMEC, Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração e Economia**, Rio de Janeiro , Dezembro 2005, 142 p.

BRASIL. DECRETO-LEI No 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940. **Código Penal Brasileiro**, Brasília, 7 Dezembro 1940, não p.

BRASIL. Lei nº 7.492. **Lei do Colarinho Branco**, Brasília, 16 Junho 1986. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7492.htm>. Acesso em: 19 Jul. 2019.

BREI, Z. A. Corrupção: Dificuldades para definição e consenso. **FGV**, Rio de Janeiro , Julho 1996, p. 64-77.

CHUEKE, G. V.; AMATUCCI, M. O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 1-5, Mai/Ago 2015.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Banco Nacional de Monitoramento de Prisões**. Brasília, 2018, 97 p.

FERREIRA, R. K. T. Análise dos Impactos da Operação Lava Jato no Setor da Construção Civil. **Repositório de Outras Coleções Abertas**, Campo Mourão , 2016, 83 p.

FREITAS, F. M.; DELLAGERISI, B. O. **XII Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea** , Santa Cruz do Sul, 2016, p. 18.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. 1^a. ed. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2009, 120 p.

JUNG, L. W. Lavagem de Dinheiro e a Responsabilidade do Contador. **Revista Catarinense de Ciência Contábil**, Florianópolis , v. 6, p. 39-54, Abr/Jul 2007.

JUNIOR, C. M. E. A. Análise de Viabilidade de Utilizar as Leis da Bibliometria em Diferentes Bases de Pesquisa. **XXXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Administração (ENANPAD)** , Rio de Janeiro, 13-17 Set 2014.

KERCHE, F. Ministério Público, Lava Jato e Mãos-Limpas: Uma abordagem Institucional. São Paulo: Lua Nova, 2018. p. 255-286.

MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da Infometria e da Cientometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Scielo**, Brasília , 1998, p. 134-140.

MELLIN, S. H. R. Crimes do Colarinho Branco: Uma abordagem crítica sobre a forma jurídica. **TEDE Mackenzie - Sistema de Publicação Eletrônica de Teses Dissertações**, São Paulo, 2016. 95 p.

MENDRONI, M. B. **Crimes de Lavagem de Dinheiro**. 4^a. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

POLICIA FEDERAL. Polícia Federal. **Site da Polícia Federal**, 2021. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/imprensa/noticias/2021/10/pf-deflagra-operacao-armadeira>>. Acesso em: 15 Set. 2021.

SANTOS, R.; AMORIM, C.; HOYOS, A. Corrupção e Fraude : Princípios Éticos E Pressão. **Revistas de Inovação e Sustentabilidade (RISUS)**, São Paulo , 2010. 25 p.

TRANSPARENCIA INTERNACIONAL. Sobre Transparência Internacional. **Transparência Internacional**, 2019. Disponível em: <<https://ipc2019.transparenciainternacional.org.br/>>. Acesso em: 20 Jan. 2021.

TRINDADE, V. C. Fernanda Karina: Revelações Sobre a Crise do Mensalão. **XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste (MG)**, Juiz de Fora, [20--]. 14 p.

TURRIONI, J. B.; MELLO, C. H. P. **Métodos de Pesquisa em Engenharia de Produção**. Universidade Federal de Itajubá. Itajubá, 191 p. 2012.

VELOSO, R. R. O Crime do Colarinho Branco - Visão Geral. **Revista do Instituto Superior Politécnico de Viseu**, São Paulo , p. 58-59, 2016. Disponível em:<<https://revistas.rcaap.pt/millennium/article/view/8391>>. Acesso em: 20 Jan. 2021.

VERAS, R. P. Os Crimes do Colarinho Branco sob a Perspectiva da Sociologia Criminal. **Repositório PUCSP**, São Paulo, 2006. 197 p.

CAPÍTULO 5

INSTRUMENTOS DE GESTÃO PÚBLICA: ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO NO ESTADO DO PARANÁ

Gabriela Gaievisk Fillos

Lucas José Garcia

Vanessa Berdinski

Mônica Aparecida Bortolotti

Doi: 10.48209/978-65-5417-157-5

Introdução

O objetivo deste trabalho foi demonstrar a Análise Orçamentária da prefeitura de Francisco Beltrão, referente ao plano plurianual de 2013 a 2025, verificando as receitas previstas e comparando as com as que foram realizadas durante este período, para evidenciar a ocorrência de mudanças durante o período de governo.

Este trabalho se caracteriza inicialmente como uma pesquisa bibliográfica que consiste em realizar uma revisão bibliográfica efetuada a partir de materiais sobre contabilidade pública. Para Lakatos e Marconi (2002) esse modelo de pesquisa é constituído principalmente por livros, revistas, publicações avulsas, boletins, jornais, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos e internet.

Para o desenvolvimento desta pesquisa também foram utilizadas técnicas de pesquisa documental, que se fundamentam em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os seus objetivos (GIL, 2002). Os documentos utilizados na elaboração do trabalho foram os Planos Plurianuais dos anos de 2014 a 2025 do Município de Francisco Beltrão no estado do Paraná.

Por fim, o presente trabalho também pode ser qualificado como um estudo de caso, que é um “estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento” (GIL, 2002). Através dos relatórios orçamentários contidos no portal da transparência da prefeitura do município estudado, foi promovida uma análise quantitativa dos dados disponibilizados.

Conceitos Relevantes

Neste capítulo são apresentadas os principais conceitos, definições e informações necessários para o entendimento do tema deste trabalho. Primeiramente foram tratados os temas referentes a Administração Pública, as definições de Administração Pública Direta e Indireta e os modelos de Administração Pública utilizados no Brasil, desde a época colonial até os dias de hoje. Também foram apresentadas informações importantes relacionadas a Gestão Pública e aos Princípios da Administração Pública. Por fim, foi abordado especificamente a teoria referente ao Plano Plurianual (PPA).

Para entender melhor o conceito de Administração Pública, é necessário buscar a origem da palavra “Administração”, pois ao resgatar sua essência, é mais fácil de entender seu significado e o sentido que ela possa expressar. (PARANÁ, 2018).

Segundo Maximiano (2017, p. 3), a palavra Administração é de origem antiga, deriva do latim e tem diversos significados compartilhados em uma

família de palavras correlatas. Administração vem de *administratio*, *administrationis*, e significa “cuidar, assistir, ajudar”, “direção, gerência”.

Diante disso, “o ato de administrar significa planejar, dirigir, organizar, coordenar e controlar organizações e/ou tarefas, tendo como objetivo alcançar metas definidas por empresas, sejam públicas, privadas ou outras” (PARANÁ, 2018).

Em relação ao órgão público, entende-se em sentido amplo, a Administração Pública como órgãos governamentais (Governo), aos quais compete planejar, dirigir e comandar, como também os órgãos administrativos, subordinados, dependentes, que devem executar os planos governamentais. (MAXIMIANO, 2017).

Administração Pública Direta e Indireta

A Administração Pública pode ser dividida em direta e indireta. Conforme o Artigo 4º do Decreto-Lei Nº 200, de 25 de fevereiro de 1967:

Art. 4º A Administração Federal compreende:

I - A Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios.

II - A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:

- a) Autarquias;
- b) Empresas Públicas;
- c) Sociedades de Economia Mista.
- d) fundações públicas. (BRASIL, 1967).

Em resumo, a administração direta está ligada diretamente ao chefe do Poder Executivo, o Presidente da República. É composta por todos os entes federativos, ou seja, a União, os Estados e os Municípios. Por outro lado, a administração indireta é composta por entidades descentralizadas do Governo e criadas para desempenhar papéis variados na sociedade. Essas entidades possuem personalidade jurídica própria (CNPJ) e em alguns casos, recursos

próprios provenientes da geração de receitas. Exemplos dessas entidades são: as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações públicas. (GONZALEZ, 2017).

Modelos de Administração Pública

No Brasil, a Administração Pública passou por três modelos de gestão: o patrimonialista, o burocrático e o gerencial. A principal característica do modelo patrimonialista é do Estado não possuir distinções entre os limites do público e do privado. No patrimonialismo, o monarca gastava a sua renda pessoal e o dinheiro arrecadado junto à sociedade, ora com assuntos pessoais, ora com assuntos de governo. (NASCIMENTO, 2020).

No patrimonialismo os governantes indicavam os servidores públicos aos cargos, resultando em troca de favores, clientelismo, nepotismo e corrupção. Esse modelo de gestão esteve presente no país desde o período colonial e se estendeu até a década de 1930. Com o crescimento do pensamento capitalista, a partir do século XIX, o modelo patrimonialista tornou-se ineficiente e inaceitável, e abriu espaço para um novo modelo de administração pública: o modelo burocrático. (PARANÁ, 2018).

Apesar de o modelo burocrático ter surgido na Europa ainda no século XIX, ele só passou a ser utilizado no Brasil a partir da década de 1930, enquanto o país passava por um processo acelerado de industrialização e ao mesmo tempo eram empreendidas as reformas administrativas impostas pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas. Esse período, de 1937 a 1945, ficou conhecido como Estado Novo. (DIAS, 2017).

É durante esse período que houve a separação do que era público e do que era privado. O Estado assume a responsabilidade pela defesa dos direitos sociais, com o objetivo de combater a corrupção e o nepotismo advindos do

modelo de gestão anterior. Entretanto, os esforços para acabar com os vícios vividos no modelo patrimonialista, o modelo burocrático tornou a administração rígida, engessada e pouco eficiente. Por não atender os anseios sociais, esse modelo teve curta duração no Brasil e logo foi substituído pelo modelo Gerencial. (PARANÁ, 2018).

Com as mudanças socioeconômicas ocorridas na metade do século XX, o modelo burocrático que já estava deteriorado, não conseguiu se adaptar, por isso, o modelo gerencial surge com o intuito de superar o burocrático. O principal objetivo da administração pública gerencial era o “vencer” a crise fiscal, se utilizando de estratégias como: redução de custos e maior eficiência na administração dos serviços que eram de responsabilidade do Estado. (OLIVEIRA, 2015).

As principais características da administração pública gerencial, conforme Nascimento (2020, p. 13) é:

- ser voltada para o cidadão;
- ser orientada para obtenção de resultados;
- presumir que políticos e funcionários públicos sejam merecedores de grau limitado de confiança;
- como estratégia, servir da descentralização e do incentivo à criatividade e à inovação;
- utilizar o contrato de gestão como instrumento de controle dos gestores de recursos públicos.

A partir desse modelo, tornou-se necessária uma nova administração que fosse eficaz, eficiente, transparente, democrática e participativa, focada no planejamento estratégico das ações a serem desenvolvidas pelo poder público, e que permitisse a presença da sociedade em debates públicos, a fim de garantir os direitos de coletividade de cada cidadão. A essa nova administração pública deu-se o nome de gestão pública. (PARANÁ, 2018).

Gestão Pública

O termo Gestão Pública está relacionado ao ato de “administrar” os bens e patrimônios do Estado, seguindo leis específicas e em prol da sociedade. No caso do Setor Público, segundo Nascimento (2020, p. 9):

(...) a gestão existe para reduzir a pobreza (por meio da redistribuição tributária), para melhorar a educação, para aumentar a competitividade da economia, para elevar a conservação de recursos naturais, para preservar, estender e expandir a cultura etc.

Esses são alguns exemplos das principais ações que o governo deve realizar a favor da sociedade e toda a evolução da gestão do setor público deve ser orientada estrategicamente para que essas ações sejam atendidas, gerando em decorrência o desenvolvimento econômico e social. O principal objetivo da gestão pública é atingir resultados positivos no que se refere a prestação de serviços à população. (PARANÁ, 2018).

Mas para que essa gestão ocorra de forma certa, correta e legal, a Administração Pública de qualquer um dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, deve seguir os princípios de Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, que são a base de sustentação das ações de administradores e empregados públicos. (NASCIMENTO, 2020, p. 14).

Princípios da administração pública

Os princípios são os vetores fundamentais que alicerçam o edifício jurídico das regras. Conhecer os princípios da administração é imprescindível para analisar a atuação das autoridades, e compreender suas atribuições e seus limites, para ter um norte foram criados alguns princípios, cujo estes são responsáveis por conferir identidade ao sistema normativo, são premissas do direito

que vincula a compreensão das previsões legais por sua própria abrangência, como uma maneira de transparência com seus interessados, para deixar claro a função do estado para com a população (NASCIMENTO, 2020).

O estado se caracteriza por não possuir distinções entre os limites do público e do privado, que segundo a Constituição Federal de 1988, que no *caput* do art. 37 define, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Segundo o estudioso Nascimento (2020) estes princípios sendo separados, pelo Direito Penal que é regido pelo princípio da Presunção de Inocência e seu princípio é a Irretroatividade da Lei Penal, já o Direito Tributário é regido pelo princípio da Igualdade Tributária e pelo princípio da anterioridade, que são a base de sustentação das ações de administradores e empregados públicos.

Já a Legalidade, consta que qualquer ato da administração pública somente terá validade se for respaldado em lei, sendo responsável por impor um limite no estado. O princípio da Legalidade estrita veicula uma ordem genérica, quando ocorre uma criação ou a modificação de direitos ou obrigações, elas dependem de espécie jurídica regularmente produzida. E os princípios da Reserva Legal é atribuir a regulamentação aos termos da lei ou a forma da lei (ARRUDA, 2012).

Já o princípio da Isonomia, tem por objetivo fazer a administração pública atuar na efetivação precisa do interesse público, por meio de um caráter eminentemente impessoal, sendo vedada qualquer promoção pessoal dos agentes públicos. Em contrapartida o Princípio da moralidade não se trata da moral comum, mas sim de uma moral jurídica, é um conjunto de regras de conduta tiradas da disciplina interior da Administração (NASCIMENTO, 2020).

O Princípio da Publicidade é dever atribuído à administração pública dar total transparência a todos os atos que praticar, o princípio comporta algumas exceções, como os atos e as atividades relacionados com a segurança da sociedade ou do Estado, se objetivo é levar ao conhecimento de todos os seus atos a transparência e possibilitando o questionamento e o controle de qualquer pessoa que possua interesse público (ARRUDA, 2012).

Sobre o Princípio da eficiência a Constituição Federal 1998, sinaliza a agilização dos procedimentos licitatórios a serem adotados pelo setor público e introduz a necessidade de aperfeiçoamento, dando um norte para o controle das prestações de contas de todos os agentes e bens públicos.

O Princípio da Continuidade impõe a prestação ininterrupta do serviço público, tendo em vista o dever do Estado de satisfazer e promover direitos fundamentais. Sua função é o benefício do bem comum. E usado como instrumento de proteção ao patrimônio público, que foi impulsionada contra a administração pública burocrática (NASCIMENTO, 2020).

Plano Plurianual Anual (PPA) - Instrumento de Gestão Pública

O PPA é o principal instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo do Governo Federal. Ele define as diretrizes, os objetivos e as metas nele estabelecidas pela administração pública federal, ele conta as despesas de capital e outras delas decorrentes, orientação do gasto para resultados na sociedade. (COSTIN, 2010)

Sendo considerado como o documento da mais alta hierarquia no sistema de planejamento de qualquer ente público, ele possui uma vigência de 4 anos, Ele se inicia no segundo ano de mandato de um presidente e se prolonga até o final do primeiro ano do mandato de seu sucessor. Este sucesso é analisado no

Congresso, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que emite o parecer, por meio de um relatório sobre esse plano e demais documentos de planejamento e orçamento da União. (COSTIN, 2010).

A partir deste Parecer o PPA é analisado, e deve ser aprovado pelo Legislativo, assim sendo transformado em lei, nele é definido as prioridades do Governo pelo período de quatro anos. A partir deste documento o Executivo elabora o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que compreende as metas e prioridades da administração pública federal que orientará a elaboração da lei orçamentária anual. (COSTIN, 2010).

Segundo a pesquisadora Costin (2010) as prioridades são apresentadas no PPA e confirmadas na LDO, que obedecem geralmente a um cronograma em que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e são previstas de acordo com a receita esperada para o período e as despesas previstas, obedecendo um teto, de limite máximo de gastos. Estes orçamentos são divididos em três categorias segundo o autor. Ele descreve esta separação sendo como orçamento fiscal, orçamento de investimento das quais as empresas estejam diretas ou indiretamente que detenham a maioria do capital social com direito a voto. E o orçamento da seguridade social, que envolve os órgãos da área da saúde e da previdência social.

Descrição dos Dados

Os dados consolidados dos PPAS estão disponibilizados na Planilha de Anexo I – Consolidação dos valores Previstos x Realizados das Ações e Programas e o Anexo III - Análise selecionada dos programas.

O trabalho busca descrever os programas contidos nos PPA's da Prefeitura de Francisco Beltrão, ao longo dos anos de 2014 a 2025, a partir dessa análise estabelece que os programas mais representativos em relação ao valor total orçado de cada PPA.

Durante a análise foi possível perceber as áreas de atuação que concentram os programas de maior valor orçado, considerando os 12 anos analisados as áreas que possuem os maiores gastos podem ser elencadas como:

- Saúde
- Educação
- Urbanização
- Previdência Especial dos servidores

Ao logo dos três PPA's analisados houve apenas algumas alterações de nomenclatura, porém a essência dos programas se manteve, para demonstrar essas pequenas atualizações consolidamos os programas escolhidos por área de atuação e ano do PPA no qual ele foi planejado.

Quadro 02: Programas separados por área de atuação e ano do PPA

SAÚDE	ANO DO PPA
1001 - A Saúde Mais Perto de Você	2013
1001 - Saúde Melhor Para Nossa Gente	2017
1001 - Saúde Para Nossa Gente	2021
EDUCAÇÃO	ANO DO PPA
1201 - Educação, Qualidade e Desenvolvimento	2013
1201 - Educação Humanizadora E De Qualidade	2017
1201 - Educação Transformadora	2021
URBANIZAÇÃO	ANO DO PPA
1502 - Cidade Viva e Estruturada	2013
1501 - Urbanizar Proporcionando Qualidade De Vida	2017
1501 - Urbanizar Proporcionando Qualidade De Vida	2021
PREVIDÊNCIA ESPECIAL	ANO DO PPA
901 - Previdência dos Servidores	2013
901 - Previdência Dos Servidores Públicos Municipais	2017
901 - Previdência Dos Servidores Públicos Municipais	2021

Fonte: PPA, 2013; PPA, 2017; PPA, 2021

Dessa forma se torna claro as prioridades dos gestores durante esses anos de governo, pensando nessa estruturação e visando uma maior compreensão dos programas será explanado individualmente sobre cada área de atuação, para aumentar o conhecimento e expressividades de cada um dos programas, trazendo algumas informações referente aos planejamentos e execuções dos programas, os dados consolidados podem ser verificados na Planilha Anexo I – Consolidação dos valores Previstos x Realizados das Ações e Programas.

Os programas relacionados a área da saúde tiveram alterações bem pontuais, até o código do programa foi mantido, analisando os objetivos do programa ao longo do tempo, o foco do programa é aprimorar os serviços oferecidos pelos Município através do SUS, priorizando os recursos a urgência.

A área da saúde juntamente com o setor da educação constitui os programas de maiores investimentos, analisando o Plano Plurianual (PPA) nos anos de 2014 a 2017 o programa representou 19% do valor total orçado, contudo considerando os valores efetivados no período o programa representou uma cota de 48% do total realizado, no período de 2018 a 2021, o valor realizado representa 34% do total realizado.

Os programas relacionados a área da Educação têm grande expressividade nos documentos analisados, houve alterações suplementares nos programas analisados, mantendo seu código 1201 as alterações iniciaram na nomenclatura dos programas, em 2013 o termo usado foi Educação, Qualidade e Desenvolvimento, já em 2017 Educação Humanizadora E De Qualidade e em 2021 o nome do programa é Educação Transformadora.

Apesar da alteração de nomenclaturas analisando os objetivos dos programas relacionados a área da Educação, se verifica que a essência do programa é mantida, visando promover a educação de qualidade no município, um ponto interessante é que o objetivo do programa de 2021 demonstra uma pre-

ocupação maior com a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), atualmente segundo dados do Ministério da Educação (2019) o possui um índice de 6,7 estando a cima da média estadual de 5,1 dessa forma o município pretende priorizar o aperfeiçoamento desses índices.

Os programas relacionados a área de urbanização possuíram algumas variações ao logo dos períodos analisados, no primeiro PPA o programa foi o 1502, com o título Cidade Viva e Estruturada, nos PPA's de 2017 e 2021 o programa se manteve o mesmo, sendo o código 1501, Urbanizar Proporcionando Qualidade De Vida.

A partir dos documentos analisados vemos que os objetivos dos programas são bem semelhantes, visando promover atividades de desenvolvimento e organização das obras e atividades urbanas dentro da cidade.

Os programas relacionados a previdência especial dos servidores é um programa bem constante nos períodos estudados, o código do programa os três PPA's é 901 e se refere ao programa de Previdência Dos Servidores Públicos Municipais. O Objetivo desse programa é manter a execução do pagamento da aposentadoria e pensão para os servidores que tem direito ao benefício.

Detalhes dos Principais Programas e suas Ações

A partir dos Planos Plurianuais analisados foi executada uma consolidação das principais ações planejadas pelo município de Francisco Beltrão, analisados o seus objetivos e a estruturação do planejamento orçamentário, referente a cada área de atuação.

De forma inicial se promove um estudo em relação aos programas e a ação mais representativa de cada um desses programas em cada Plano Plurianual deferido, considerando assim cada uma das áreas selecionadas, sendo elas a Saúde, Educação, Urbanização e Previdência, a seguir se busca apresentar os

um quadro comparativo dessa realidade em cada área de atuação. Os dados completos podem ser conferidos na planilha em anexo intitulada Anexo I - Consolidação dos valores Previstos x Realizados das Ações e Programas.

Ações referentes a área da Saúde

A análise inicial foi efetuada a partir dos dados coletados nos demonstrativos disponibilizados pela instituição municipal, abaixo se pode verificar um quadro informativo que relaciona o programa com a ação de maior representatividade, junto a essa informação é apresentado o valor total planejado e realizado em cada um dos períodos de vigência dos Planos Plurianuais.

Quadro 03 – Relação dos Programas relacionados a saúde e suas principais ações

AÇÕES MAIS REPRESENTATIVAS NA ÁREA DE SAÚDE					
Programa 1001 - A Saúde Mais Perto de Você		Programa 1001 - Saúde Melhor para Nossa Gente		Programa 1001 - A Saúde para nossa Gente	
Total Planejado/Realizado do Programa		Total Planejado/Realizado do Programa		Total Planejado/Realizado do Programa	
Planejamento Total	Realizado Total	Planejamento Total	Realizado Total	Planejamento Total	Realizado Total
166.5 M	664.4 M	356.2 M	499.1 M	573 M	A realizar
2013		2017		2021	
219 - Serviço de Média e Alta Complexidade e Urgência e Emergência		47 - Manutenção de Serviço Especializado Média e Alta Complexidade – MAC		47 - Serviço Especializado de Média e Alta Complexidade - MAC	
Planejado: 48.1 M Realizado: 114.5 M		Planejado: 153.5 M Realizado: 171.7 M		Planejado: 212.1 M	
(% do total do Programa: 29%)		(% do total do Programa: 43%)		(% do total do Programa: 54%)	
Visa a manutenção, implantação e ampliação do serviço de média e alta complexidade, parceria e manutenção do SAMU, USAV, UPA. Possuindo Campanhas de Cirurgias Eletivas, garantindo o atendimento para Urgência e Emergências Hospitalares e Serviço Oncológico.		Possui como objetivo garantir o atendimento a exames e procedimentos especializados, manter o acesso de atendimento para urgência e emergências hospitalares e serviço oncológico, UPA e a demanda espontânea em obstetria, politraumatizados.		Visa garantir o acesso a exames, consultas e procedimentos especializados, cirurgias eletivas, fomentar a implantação do serviço de hemodinâmica e de UTI pediátrica no Hospital Regional, manter e ampliar o serviço de média e alta complexidade, de obstetria, de urgência e emergências.	

Fonte: PPA, 2013; PPA, 2017; PPA, 2021; Demonstrativo de Investimentos 2013, 2017 e 2021; Demonstrativo das Ações de 2013 e 2017.

A partir dos dados apresentados primeiramente pode-se verificar que o valor total dos programas vem sendo estimado erroneamente ao longo do tempo, a divergência mais relevante foi é referente ao que foi planejado no PPA de 2013, que abrange o que foi executado dos anos de 2014 a 2017, a estimativa com gastos nesse programa foi de 166.5 milhões porém foram efetivamente

gastos 664.4 milhões, uma diferença exorbitante do que foi planejado, diferença ocasionada principalmente pelas as ações de manutenções cotidianas demonstrando uma ineficiência no planejamento orçamentário.

Fica também evidenciado o valor crescente que está sendo estimado para esse programa, iniciando em 166.5 milhões e chegando a 573 milhões em 2021, mostrando uma evolução nos gastos da área e visando uma adequação tanto orçamentária tanto do reflexo da realidade.

Quando as ações mais representativas dentro dos Planos Plurianuais, podemos verificar que a ação de número 47 no PPA de 2021 é a que mais teve relevância perante o total planejado, considerando que metade do orçamento do programa foi alocado para essa ação, isso foi resultado de uma aglutinação de ações e de que a administração visa a implementação de novos serviços, como de hemodinâmica e de UTI pediátrica, o que pode justificar o avanço dos custos nessa área, dessa forma cabe uma análise futura para verificar a realização dos objetivos dessas ações.

Ações referentes a área da Educação

A partir dos dados coletados nos relatórios disponibilizados pela prefeitura estabelecemos uma análise da relação dos programas relacionadas com a área de Educação e com as suas respectivas ações mais relevantes em cada ano planejado, abaixo se pode verificar a tabulação dos dados consolidados.

Quadro 04 – Relação dos Programas relacionados a saúde e suas principais ações

AÇÕES MAIS REPRESENTATIVAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO					
Programa 1201 - Educação, Qualidade e Desenvolvimento		Programa: 1201 - Educação Humanizadora E De Qualidade		Programa: 1201 - Educação Transformadora	
Total Planejado/Realizado do Programa		Total Planejado/Realizado do Programa		Total Planejado/Realizado do Programa	
Planejamento Total	Realizado Total	Planejamento Total	Realizado Total	Planejamento Total	Realizado Total
269.0 M	240.1 M	325.6 M	291.4 M	395.6	A realizar
2013		2017		2021	
258 - Séries Iniciais - Fundeb 60%		43 - Ensino Fundamental/Educação Básica - Fundeb 70%		34 - Educação Básica - Séries Iniciais e Finais	
Planejado: 59.1 M Realizado: 63.6 M		Planejado: 111.4 M Realizado: 89.6 M		Planejado: 189.1 M	
(% do total do Programa: 22%)		(% do total do Programa: 34%)		(% do total do Programa: 48%)	
Educação Fundamental - 9 anos: Remunerar professores do Ensino Fundamental com a utilização de recursos do FUNDEB - garantindo a aplicação mínima de 60%.		Remunerar professores da educação básica - séries iniciais e finais com recursos do FUNDEB com aplicação mínima de 70% e promovendo a execução de programas educacionais.		Ofertar educação de qualidade para todos os alunos atendidos nas séries iniciais e finais do ensino fundamental, manter as unidades escolares com os materiais necessários e ampliar as atividades de contraturno.	

Fonte: PPA, 2013; PPA, 2017; PPA, 2021; Demonstrativo de Investimentos 2013, 2017 e 2021; Demonstrativo das Ações de 2013 e 2017.

Em primeira análise se verifica que o valor total orçado e realizado dentro dos programas de educação tem se mantendo estável com um acréscimo pouco considerável, então considerando o período inflacionário ele não chega a ser corrigido estatisticamente, a partir dos dados coletados se evidencia que pelo histórico se efetiva menos gastos com educação do que foi efetivamente planejado em primeira instância, cabendo uma aprofundada nos planos de educação da entidade municipal.

Se evidencia também que nos PPA's de 2013 e 2017 o próprio nome da ação referência o programa de governo que auxilia nos custos de efetivação que seria o Fundeb, um fundo do governo federal destinado as entidades municipais para ajudar a custear atividades educacionais no município, de forma geral as ações seguiram uma mesma linha de planejamento,

Analisando as descrições das ações se verifica uma alteração na metodologia no PPA elaborado em 2021, adicionando algumas outras atividades previstas, dando a entender uma forma menos genérica de descrever a intenção da administração pública, assim os dados que foram adicionados nessa ação visam como os demais a manutenção das atividades, mas também a expansão

das atividades de contra turno oferecidas pelas entidades, esse projeto visa a ampliação das escolas de tempo integral, assim cabendo uma avaliação futura sobre a efetivação das ações.

Cabe também ressaltar que tanto no PPA de 2013 quanto no de 2017 foram efetivamente gastos menos do que foi planejado, inicialmente a ação que cuidava da estrutura geral cotidiana, ou seja, que promovia o financiamento das atividades principais tinha uma representatividade menor, em torno de 22%, nos demais planos houve uma escolha pela unificação da educação básica e o ensino fundamental, elevando assim essa representatividade das ações, que esse período possuíam como maior objetivo a remuneração dos professores e pela manutenção das atividades gerais.

Ações referentes a área de Urbanização

Seguindo o conceito explorado nas análises adjacentes podemos verificar abaixo um quadro informativo, fazendo uma relação com os dados coletados referente aos programas de urbanização e as principais ações encontradas sobre esses programas.

Quadro 05 – Relação dos Programas relacionados a urbanização e suas principais ações

AÇÕES MAIS REPRESENTATIVAS NA ÁREA DE URBANIZAÇÃO					
Programa: 1501 - Cidade Viva e Estruturada		Programa: 1501 - Urbanizar Proporcionando		Programa: 1501 - Urbanizar Proporcionando	
Total Planejado/Realizado do Programa		Total Planejado/Realizado do Programa		Total Planejado/Realizado do Programa	
Planejamento Total	Realizado Total	Planejamento Total	Realizado Total	Planejamento Total	Realizado Total
123.4 M	159.2 M	161.5 M	181.7 M	329.3 M	A realizar
2013		2017		2021	
241 - Pavimentação de Vias Urbanas		11 - Iluminação Pública		11 - Iluminação Pública	
Planejado: 27.3 M Realizado: 0,00		Planejado: 47.8 M Realizado: 31.4 M		Planejado: 61.6 M	
(% do total do Programa: 22%)		(% do total do Programa: 30%)		(% do total do Programa: 28%)	
Concluir 100% da Pavimentação de vias com Pedras Irregulares (calçamento), incluindo a Rua Beija-Flor no Bairro Padre Ulrico, Avenida Paraná (a partir da Rua Tenete Camargo até o final) e a via pública ao lado do CMEI Dalva Klaus.		Ampliar a instalação da rede elétrica, Adquirir e manter equipamentos e o sistema de iluminação pública, viabilizar o Projeto Corujinha, adquirir caminhões com cesto aéreo para serviços de manutenção da iluminação pública e viabilizar implantação de sistema fotovoltaico.		Ampliar a instalação da rede elétrica, Adquirir e manter equipamentos e o sistema de iluminação pública, viabilizar o Projeto Corujinha, adquirir caminhões com cesto aéreo para serviços de manutenção da iluminação pública e viabilizar implantação de sistema fotovoltaico.	

Fonte: PPA, 2013; PPA, 2017; PPA, 2021; Demonstrativo de Investimentos 2013, 2017 e 2021; Demonstrativo das Ações de 2013 e 2017.

De forma inicial podemos verificar que a parte mais representativa do orçamento nessa área foi a ação de pavimentação de vias Urbanas, o que teve um impacto foi o fato de que nos relatórios de realização esse programa consta com o valor zerado, considerando que por essa lógica o programa não foi executado, a demais o valor com maior representatividade nos demais períodos foi o de Iluminação Pública representando em torno de 30% dos orçamento para essa área, foi estabelecido um importante objetivo a ser cumprido que seria a implementação de sistema fotovoltaico.

Entretanto como podemos constatar na análise dos PPA's, o projeto de implementação de sistemas fotovoltaicos, foi ultrapassado para o PPA de 2021 caracterizando que em primeira análise essa medida não foi no mínimo finalizada nesse intervalo de tempo.

Ação referente a área de Previdência Especial

Abaixo se pode verificar uma relação entre os programas e as ações.

Quadro 06 – Relação dos Programas relacionados a previdência e suas principais ações

AÇÕES MAIS REPRESENTATIVAS NA ÁREA DE PREVIDÊNCIA ESPECIAL					
Programa: 901 - Previdência Dos Servidores Públicos Municipais		Programa: 901 - Previdência Dos Servidores Públicos Municipais		Programa: 25 - Previdência Dos Servidores Públicos Municipais	
Total Planejado/Realizado do Programa		Total Planejado/Realizado do Programa		Total Planejado/Realizado do Programa	
Planejamento Total	Realizado Total	Planejamento Total	Realizado Total	Planejamento Total	Realizado Total
53.4 M	62.0 M	184.3 M	119.5 M	217.1	A realizar
2013		2017		2021	
192 - Manutenção das Aposentadorias, Pensões e Benefícios - Plano Financeiro		25 - Manutenção das Aposentadorias, Pensões e Benefícios - Plano Financeiro		25 - Manutenção das Aposentadorias, Pensões e Benefícios - Plano Financeiro	
Planejado: 51.3 M Realizado: 59.2 M		Planejado: 117.0 M Realizado: 85.5 M		Planejado: 217.1 M	
(% do total do Programa: 96%)		(% do total do Programa: 63%)		(% do total do Programa: 100%)	
Manter o pagamento das aposentadorias, pensões e benefícios previdenciários, cuja admissão ocorreu até o ano de 2005.		Manter o pagamento das aposentadorias, pensões e benefícios previdenciários, cuja admissão ocorreu até o ano de 2005.		Manter o pagamento das aposentadorias, pensões e benefícios previdenciários, cuja admissão ocorreu até o ano de 2005.	

Fonte: PPA, 2013; PPA, 2017; PPA, 2021; Demonstrativo de Investimentos 2013, 2017 e 2021; Demonstrativo das Ações de 2013 e 2017.

Esse programa visa atender uma demanda dos servidores que ainda usufruem dos benefícios especiais, os quais foram adquiridos até o ano de 2005 antes da reforma nesse setor, ainda hoje esse é um programa relevante dentro do orçamento municipal o que demonstra o determinado gargalo que esse tipo de programa ainda representa para as instituições municipais, interessante realta também que o valor aparentemente vem sendo ajustado, considerando que no PPA de 2021 o valor deve uma alteração percentual positiva em relação aos Planos anteriores.

Estimativa de Receitas

Para uma visão geral sobre as receitas pode-se ser acessado o Anexo II – Estimativa das Receitas Consolidadas. Nesse tópico pretende-se verificar representativamente qual foi a estimativa de receita estabelecida pelo governo em seu orçamento.

Inicialmente o PPA de 2013 demonstra as classificações das contas que compõe o valor total dos créditos da administração pública, abaixo se apresenta o quadro 02 com a relação de contas que fazem parte da estimativa de receitas do município analisado.

Quadro 07 – Relação de Contas do PPA 2013

Programa	Nome
11	Receita tributária
12	Receitas de contribuições
13	Receita patrimonial
16	Receita de serviços
97	Dedução receita formação do fundef/fundeb
17	Transferências correntes
19	Outras receitas correntes
21	Operações de crédito

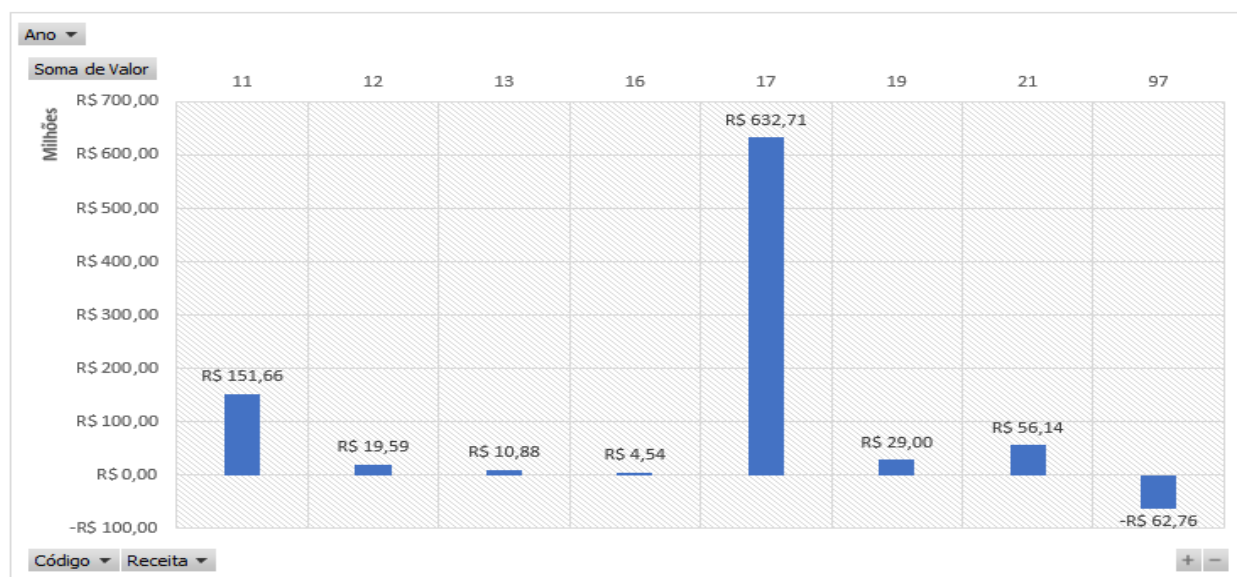
Fonte: Elaboração Autores

A partir dessas informações podemos analisar que esse processo se torna extremamente importante pois é ele quem permite estabelecer o que a administração pretende adquirir de receitas e a partir disso para alocar da melhor forma o valor adquirido, considerando os programas e ações que a administração pretende executar.

A partir das informações levantadas pode ser estabelecida uma análise comparativa em relação a cada uma das contas apresentadas, vale ressaltar também que nesse período a administração optou pela utilização de Operações de Crédito para ajudar no custeamento das operações, assim esse tipo de prática pode ser observada em outros períodos o que indica que a administração pública está necessitando de capital para financiar as suas operações, exemplificando que não seria possível arcar com os programas planejados sem ocorrer na aquisição de crédito externo que futuramente deverá ser compensado.

Outra conta que merece destaque é a de número 97 – Dedução da Receita Formação Fundef/Dundeb atualmente é uma conta redutora da receita, objetivando uma dedução do valor total estimado, abaixo apresentamos um gráfico comparativo das estimativas de cada categoria de receita.

Gráfico 01 – Estimativa de Receitas em relação os anos de 2014 a 2017



Fonte: Elaboração Autores

A partir do que pode ser verificado no gráfico, a maior fonte de receitas atualente é a 17 – Transferências Correntes, demonstrando que as atividades que não possuem correspondência com a prestação de serviços detem a maior parcela da estimativa de receitas do período, pode ser verificado que dentro dessa categoria cabem a citação de subvenções sociais, os juros da dívida entre outros pontos de atenção, na segunda posição pode ser localizada a conta 11 – Receita Tributária que demonstra quando o município pretende arrecadar a partir dos tributos municipais.

Em concordância com os dados analisados no PPA de 2013, um cenário parecido foi apontado no PPA de 2017 sendo possível verificar que as contas estabelecidas mudaram em pontos específicos.

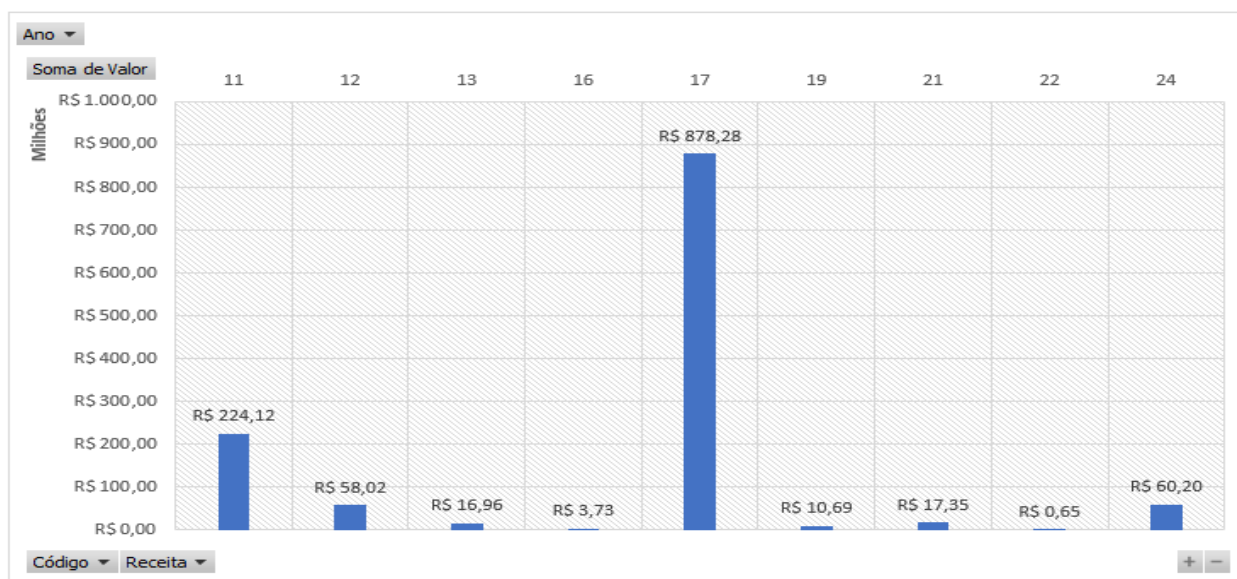
Quadro 08 – Contas de Receitas PPA 2017

Programa	Nome
11	Impostos, taxas e contribuições de melhoria
12	Contribuições
13	Receita patrimonial
16	Receita de serviços
17	Transferências correntes
19	Outras receitas correntes
21	Operações de crédito
22	Alienação de bens
24	Transferências de capital

Fonte: Elaboração Autores

Estando estabelecidas as contas utilizadas, se apresenta abaixo um gráfico para relacionar novamente os valores de cada uma das referidas contas.

Gráfico 02 – Estimativa de Receitas em relação os anos de 2018 a 2021



Fonte: Elaboração Autores

Novamente a conta 17, referente a Transferência Correntes toma o lugar de primeira posição, demonstrando mais uma vez a dependência das instituições municipais dos repasses externos e dos planos de subvenções, a partir dessa relação pode se verificar a necessidade da instituição desse recurso externo, nesse período também foi recorrido ao financiamento das operações.

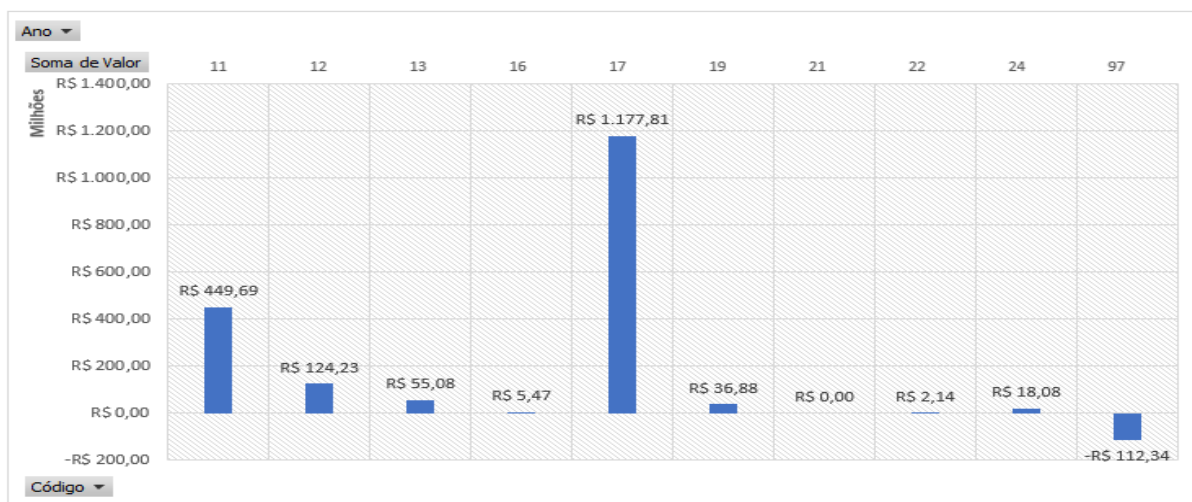
Quadro 09 – Contas de Receitas 2021

Programa	Nome
11	Impostos, taxas e contribuições de melhoria
12	Contribuições
13	Receita patrimonial
16	Receita de serviços
17	Transferências correntes
97	Deduções de Receita para a Formação do FUNDEB
19	Outras receitas correntes
21	Operações de crédito
22	Alienação de bens
24	Transferências de capital

Fonte: Elaboração Autores

A adinstração pública adicionou mais algumas contas em relação aos anos anteriores, assim a partir dessas informações pode-se verficar uma relação entre os dados da receita de cada uma das contas, para estabelecer uma correlação em relação entre as contas e verificar as suas possíveis divergências.

Gráfico 03 – Estimativa de Receitas em relação os anos de 2022 a 2025



Fonte: Elaboração Autores

Um ponto importante a ser levantado é que nesse período não foi utilizado o valor referente a operações de crédito, o que indica que inicialmente a necessidade de financiamento de suas atividades vem diminuindo, assim se pode verificar que a aplicação das transferências de capital vem aumentando gradativamente.

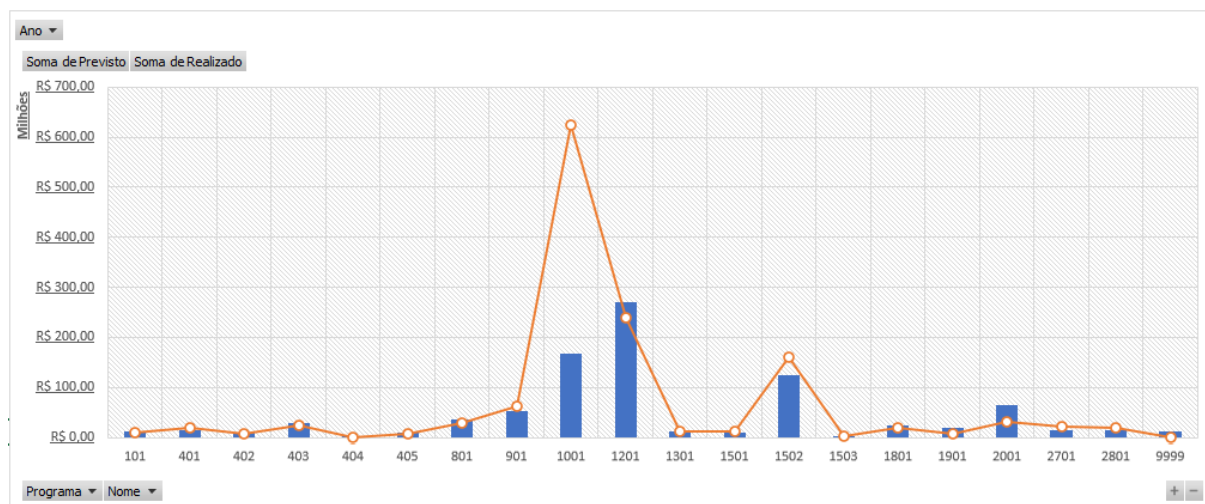
Detalhar o Previsto e Realizado

Para a explanação desse tópico foram utilizados os dados coletados do portal da transparência, considerando o relatório de valores Revistos e Realizados, referentes aos PPA's de 2013 e 2017, ou seja, exprimem os dados de 2013 a 2021. Para uma análise mais detalhada sobre os valores previstos e realizados pode ser verificado o Anexo I – Consolidação dos valores Previstos x Realiza-

dos das Ações e Programas e a Planilha Dashboard PPA Francisco Beltrão onde foi promovido uma análise comparativa dos dados de forma mais interativa que permite uma visão mais ampla deles.

A partir dos dados coletados de fontes públicas estabelecer um estudo geral sobre os dados estabelecidos, para facilitar a visualização dos dados foi criado um gráfico para fazer essa relação, assim comparando o valor planejado (Barra em azul) com o valor efetivamente realizado (Linha laranja), assim promovendo uma relação entre os dados. O gráfico 4 demonstra uma relação entre valor previsto e realizado nos anos de 2013 a 2017.

Gráfico 04 – Relação entre Previsto e Realizado dos anos de 2014 a 2017



Fonte: Elaboração Autores

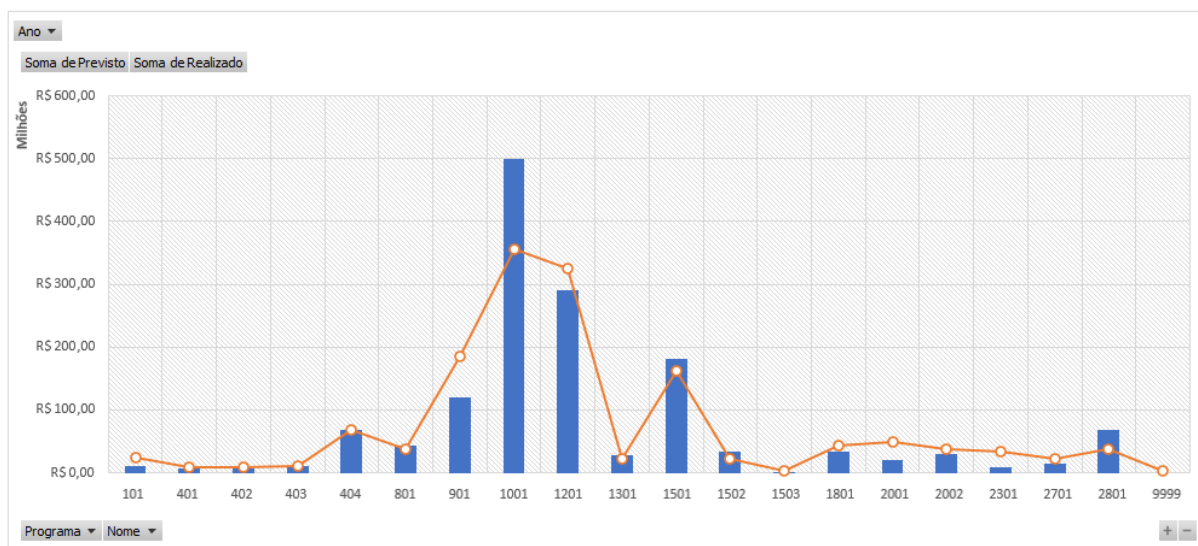
Em uma primeira análise fica evidente a conta com maior distorção, que foi a conta 1001, referente ao programa A Saúde Mais Perto de Você, ao todo foram planejados em torno de 166 milhões e foi efetivamente gasto mais de 624 milhões, gerando assim uma efetivação total de 270% a mais do que foi planejado, investigando as ações que compõe esse programa duas chamam a atenção em alguns períodos, por exemplo em 2015, a ação 199 - Construção e estruturação de novas sedes de equipe de Saúde da Família ela efetivamente consumiu em torno de 10 vezes mais recursos do que o planejado e além deste

a ação 202 - Manutenção da Rede Municipal de Saúde consumiu efetivamente mais de 100 vezes os recursos planejados.

Aprofundando nos dados analisados é possível verificar que os demais programas foram evidenciados alterações pontuais, como por exemplo a ação 9999 - Reserva de Contingência, que em suma não teve sua execução iniciada, finalizando o período com nenhum valor realizado, ou programa que teve um relevante impacto foi o 1901 - Cidade Criativa e Inovadora, que foi efetivado apenas 39% do que foi planejado para esse programa.

Outro programa que pode ser destacado seria o de número 1501 - Um Novo Trânsito na Cidade, esse programa teve um realizado 42% a mais do que foi planejado sendo uma das variações mais relevantes, os demais programas também possuíram um certo grau de variação, porém não chega a ser tão relevante quanto os destacados.

Gráfico 05 – Relação entre Previsto e Realizado dos anos de 2018 a 2021



Fonte: Elaboração Autores

Ao analisar o programa 1001 do segundo período de orçamento previsto e realizado, e compará-lo com o primeiro, nota-se a mudança nos nomes dos programas, que passa de “A saúde mais perto de você” para “Saúde melhor para nossa gente”. Observa-se um crescimento elevado no programa, que pas-

sou de 166 milhões de reais no período de 2013 a 2017, para quase 500 milhões de reais no período de 2018 a 2021. Porém, o orçamento realizado do segundo período ficou em cerca de 350 milhões de reais, em outras palavras, isso significa que cerca de 28% do orçamento previsto não foi utilizado na área de saúde.

Também foi possível verificar uma significativa oscilação nos valores orçamentários do programa 1201 (Educação Humanizadora e de Qualidade). Nesse programa houve um crescimento no orçamento previsto do primeiro período para o segundo. Esse crescimento foi de cerca de 20 milhões de reais. Entretanto, quando se trata de orçamento realizado, identifica-se um gasto de 11% a mais do orçamento previsto.

O mesmo acontece no programa 901 (Previdências dos Servidores Públicos Municipais), onde é constatado um orçamento realizado de quase 65 milhões de reais acima do orçamento previsto, em outras palavras isso significa que foram gastos com previdências dos Servidores Públicos, cerca de 35% a mais do que era para ser realmente gasto.

Considerações Finais

A partir das análises realizadas é possível estabelecer uma base de comparação entre a teoria e a prática, as revisões bibliográficas demonstraram um conceito de como a contabilidade orçamentária deve ser executada no setor público. A partir do estudo de caso é possível perceber que a atividade de estivar o valor a ser gasto em cada um dos anos é árdua e pouco valorizada, existem ações com variações bastante elevadas e em conta partida outras ações não tiveram nem sua execução iniciada, o assim uma quebra de compensação entre o previsto e o realizado.

Também é possível verificar também que a entidade municipal tem uma certa dependência das transferências decorridas de outras unidades da federa-

ção, demonstrando uma grande dependência desses recursos para a manutenção dos gastos públicos municipais, também é possível evidência que no PPA de 2021 foi o único analisado que não possuiu operações de crédito.

Referências

ARRUDA, Daniel. **O Essencial da Contabilidade Pública** - Teoria e exercícios de concursos públicos resolvidos. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília, 1967.

DIAS, R. **Gestão Pública - Aspectos Atuais e Perspectivas para Atualização**. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <[https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597013382/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dbody005\]!/4/38/2](https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597013382/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dbody005]!/4/38/2)>. Acesso em: 23 set. 2022.

FRANCISCO BEUTRÃO. **Demonstrativo da estimativa de Receita**. Disponível em: <<http://pmfb.franciscobeltrao.com.br:7474/transparencia/demonstrativoDaEstimativaDeReceita>>. Acesso dia 30 jul. 2022.

FRANCISCO BEUTRÃO. **Demonstrativo de Ações – Previsto x Realizado**. Disponível em: <<http://pmfb.franciscobeltrao.com.br:7474/transparencia/demonstrativoDasAcoesPrevistoRealizado>>. Acesso dia 30 jul. 2022.

FRANCISCO BEUTRÃO. **Demonstrativo por programa de governo – Investimentos**. Disponível em: <<http://pmfb.franciscobeltrao.com.br:7474/transparencia/demonstrativoPorProgramaDeGovernoInvestimentos>>. Acesso dia 30 jul. 2022.

FRANCISCO BEUTRÃO. **Plano Plurianual 2013**. Disponível em: <<https://www.franciscobeltrao.pr.gov.br/wp-content/uploads/2014/08/LEI-4142-2013.pdf>>. Acesso em 05 de ago. de 2022.

FRANCISCO BEUTRÃO. **Plano Plurianual 2017**. Disponível em: <<https://www.franciscobeltrao.pr.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/4528-17-P-PA-2018-2021.pdf>>. Acesso em 05 de ago. de 2022.

FRANCISCO BEUTRÃO. **Plano Plurianual 2021**. Disponível em: <https://www.franciscobeltrao.pr.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/4899_21-P-PA-2022.pdf>. Acesso em 05 de ago. de 2022.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZALEZ, G. R. A. **Administração pública direta e indireta: 3 pontos para entender**. 2017. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/administracao-publica-direta-e-indireta/#:~:text=A%20administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%BAblica%20direta%20%C3%A9,suas%20secretarias%2C%20coordenadorias%20e%20departamentos.>>. Acesso em: 23 set. 2022.

LAKATOS, M. de A.; MARCONI, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAXIMIANO, A. C. A. NOHARA, I. P. **Gestão Pública**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2021. Disponível em: <[https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597013825/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright.xhtml\]!/4/36/1:57\[und%2Came\]](https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597013825/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright.xhtml]!/4/36/1:57[und%2Came])>. Acesso: 20 set. 2022.

NASCIMENTO, E. R. **Gestão pública**. 4. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571441354/>. Acesso em: 01 ago. 2022.

OLIVEIRA, S. B. D. **Instrumentos de gestão pública**. 1. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. Disponível em: <[https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502635975/epubcfi/6/8\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright\]!/4/4\[page_iv\]/4/2/4/2/4/1:0\[%2CCl%C3%A1\]](https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502635975/epubcfi/6/8[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright]!/4/4[page_iv]/4/2/4/2/4/1:0[%2CCl%C3%A1])>. Acesso em: 23 set. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Gestão em Foco - Introdução à Gestão Pública**, 2018. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gestao_em_foco/gestao_publica_unidade1.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Mônica Aparecida Bortolotti

Bacharelado em Ciências Econômicas - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2006); Bacharel em Ciências Contábeis - Cruzeiro do Sul (2020); Tecnólogo em Gestão Pública - Universidade Estadual do Oeste do Paraná -UNIOESTE (2021) Doutora em Políticas Públicas - Universidade Federal do Paraná - UFPR (2019); Mestrado em Extensão Rural - UFSM (2008); Mestre em Desenvolvimento Regional - Universidade Tecnológica do Paraná -UTFPR (2014); Pós - graduada em Educação Ambiental - UFSM (2011); e, MBA em Controladoria e Finanças Corporativas - Faculdade Futura (2021). Áreas de atuação: Contabilidade Pública; Contabilidade Social; Gestão pública; Políticas Públicas; Políticas Agrícolas; Macroeconomia; e, Segurança Alimentar e Nutricional. Experiência em Instituições Públicas e Privadas; Núcleo Docente Estruturante (NDE); Conselho Departamental; Coordenação de Curso; Tutoria em Cursos de Educação à distância; Orientação de Estágio e Trabalho de Conclusão de Curso. Atualmente docente colaboradora do Departamento de Ciências Contábeis Unicentro/Irati. E-mail: monica_economia@yahoo.com.br

Maricléia Aparecida Leite Novak

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. Mestre no programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PPGDC- UNICENTRO). Doutora no programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PPGDC- UNICENTRO).

E-mail: maricleia@hotmail.com.br

SOBRE OS AUTORES

Ana Carolina Cozza Josende da Silva

Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Administração - UFSM; Linha de Pesquisa: Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional. Mestre em Engenharia de Produção - UFSM (2015), Especialização e Habilitação em Docência Técnica e Tecnológica - IFFarroupilha (2013), especialização lato sensu em Controladoria e Gestão Financeira - URCAMP (2010) e possui graduação em Administração - UFN (2008). Atualmente é Professora alocada ao curso de Administração da Universidade Franciscana (UFN) e membro integrante dos Grupos de Pesquisas Estudos Estratégicos em Negócios - GEN e MUTARE - Grupo de Pesquisa em Mudanças Organizacionais, Inovação e Comportamento Organizacional, registrados no CNPQ. Tem experiência em docência na área de Administração, com ênfase em finanças, empreendedorismo, inovação e produção. Áreas de interesse: empreendedorismo e inovação, comportamento organizacional, produção. E-mail: cjs.anacarolina@gmail.com

Bruno Irineu Mendes Pereira

Administrador. E-mail: brunoimp@hotmail.com

Fernanda Barbosa Pereira

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Centro Oeste- UNICENTRO. E-mail: Fernandabarbosa@gmail.com

Fernanda Tamiosso Wesz

Instituto Federal Farroupilha- Campus São Vicente-RS IFFAR, São Vicente do Sul-RS, (Brasil). E-mail: Fernanda.wesz@gmail.com

Fernando Costa Felix

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Centro Oeste- UNICENTRO. E-mail: fernandofox86@gmail.com

Gabriela Gaievisk Fillos

Bacharel em Ciências Contábeis, Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO - PR) e-mail gabrielagfillos@gmail.com

Lucas José Garcia

Bacharel em Ciências Contábeis, Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO - PR) e-mail lucas01.josegarcia@gmail.com

Maricléia Aparecida Leite Novak

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. Mestre no programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PPGDC- UNICENTRO). Doutora no programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PPGDC- UNICENTRO). E-mail: maricleia@hotmail.com.br

Mônica Aparecida Bortolotti

Bacharelado em Ciências Econômicas - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2006); Bacharel em Ciências Contábeis - Cruzeiro do Sul (2020); Tecnólogo em Gestão Pública - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (2021) Doutora em Políticas Públicas - Universidade Federal do Paraná - UFPR (2019); Mestrado em Extensão Rural - UFSM (2008); Mestre em Desenvolvimento Regional - Universidade Tecnológica do Paraná - UTFPR (2014); Pós - graduada em Educação Ambiental - UFSM (2011); e, MBA em Controladoria e Finanças Corporativas - Faculdade Futura (2021). Áreas de atuação: Contabilidade Pública; Contabilidade Social; Gestão pública; Políticas Públicas; Políticas Agrícolas; Macroeconomia; e, Segurança Alimentar e Nutricional. Experiência em Instituições Públicas e Privadas; Núcleo Docente Estruturante (NDE); Conselho Departamental; Coordenação de Curso; Tutoria em Cursos de Educação à distância; Orientação de Estágio e Trabalho de Conclusão de Curso. Atualmente docente colaboradora do Departamento de Ciências Contábeis Unicentro/Irati. E-mail: monica_economia@yahoo.com.br

Vanessa Berdinski

Bacharel em Ciências Contábeis, Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO PR). E-mail: berdinskivanessa@gmail.com

Vinícius Radetzke da Silva

Doutorando no Programa de Pós Graduação em Administração-UFSM; Linha de Pesquisa: Sistemas, Estrutura e Pessoas. Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal da Santa Maria UFSM (2017). Especialista em Docência Técnica e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha IFFAR (2013). Especialista em Administração com ênfase em Recursos Humanos e Marketing pela Universidade Regional da Campanha URCAMP (2011). Graduado em Administração de Empresas pelo Centro Universitário Franciscano UNIFRA (2008). Desde 2014 é Professor de Educação Básica, Técnica e Tecnológica na área de Administração no Instituto Federal Farroupilha Campus São Vicente do Sul. Possui experiência em docência na área de Administração, com ênfase em Empreendedorismo, Gestão da Produção, Agronegócio e Logística.

E-mail: vinicius.radetzke@iffarroupilha.edu.br

Yaskara Max Raimundo Fegert

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1994), graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2011) e mestrado em Ciências (Economia Aplicada) pela Universidade de São Paulo (2001). Atualmente é professora assistente da Universidade Estadual do Centro-Oeste, perita judicial – Justiça Estadual do Estado do Paraná e perita judicial – Justiça Federal do Paraná.

E-mail: yaskara@unicentro.br

Caderno de Pesquisa em **Ciências Sociais e Aplicadas**

www.arcoeditores.com
contato@arcoeditores.com
(55)99723-4952

ARCO
EDITORES ● ● ●

